

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 23 de Julho de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1286 • Director: José Casanova

## Privatizações sector público e alternativa

O país perde centenas de milhões de contos de lucros, das empresas total ou parcialmente privatizadas, que o encaixe imediato resultante das privatizações está longe de compensar a prazo.



■ Francisco Lopes Pág. 21

## Exercícios de manipulação da informação

A reflexão atenta sobre simples notícias, comentários, análises que foram sendo publicadas após o referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez produz um volume de matéria mais do que suficiente para uma tese de mestrado sobre a imprensa que temos.

■ Lino de Carvalho Pág. 22

## Catástrofe nos Açores

A data de 9 de Julho de 1998 vai ficar na memória e na história como sendo um momento em que, no século XX, fez um dos mais violentos terremotos que atingiram ilhas dos Açores.

■ José Decq Mota Pág. 23

## Carlos Carvalhas na África Austral

Pág. 24

### TRABALHADORES

## Leis laborais

CGTP opõe-se à revisão "pela calada".

Pág. 11

### Neste número



## As cores da juventude



Jornadas de trabalho  
Todos os fins-de-semana  
na Quinta da Atalaia

Ajuda a construir a Festa!

As organizações do PCP entraram em força na batalha pela criação das Regiões Administrativas, certas de que a institucionalização destes órgãos eleitos democraticamente irá permitir um novo equilíbrio de intervenção entre eleitos locais, e regionais e a Administração Central, garantindo mais órgãos eleitos e maior participação das populações na gestão pública.

# As partes de um todo

Págs. 5 e 6

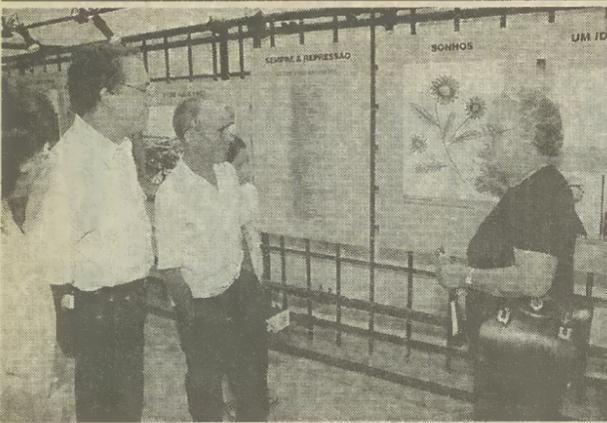
## Couço

Durante um mês, o Couço comemorou as lutas travadas entre 1958 e 1962, levando a cabo inúmeras iniciativas que trouxeram para primeiro plano a gesta de um povo que soube, com heroísmo, fazer frente à feroz repressão fascista. A grande festa de encerramento, no domingo, contou com a presença de Carlos Carvalhas, Secretário-geral do PCP.

Págs. 18, 19 e 20



# As lutas heróicas de um povo heróico



O Couço comemora 40 anos de luta antifascista

## RESUMO

### 15 Quarta-feira

Com uma adesão de 85 por cento, os paramédicos iniciam uma greve de três dias, exigindo a revalorização das carreiras e a reforma do ensino ■ Na feira de Peso da Régua, um tiroteio provocado por razões passionais mata cinco pessoas ■ O presidente angolano classifica a situação no país de «muito tensa» devido à ofensiva «mortífera» desencadeada pela Unita ■ Na Irlanda do Norte, registam-se novos confrontos entre as forças de segurança e os orangistas ■ O exército turco admite que os separatistas curdos do PKK o derrotaram militarmente no leste do país ■ É anunciada a vitória do cristão-democrata Jamil Mahuad nas eleições presidenciais do Equador.

### 16 Quinta-feira

O Ministério da Educação anuncia as medidas de revisão curricular dos ensinos básico e secundário ■ O Parlamento Europeu aprova uma moção de apelo à saída das tropas estrangeiras da Guiné-Bissau, enquanto os presidentes de Angola e de Moçambique criticam a intervenção do exército senegalês no conflito ■ O governo britânico diz ter recebido «sinais encorajantes» de que o desarmamento do IRA terá lugar em breve ■ O presidente da Síria, Hafez el-Assad, inicia uma visita à França.

### 17 Sexta-feira

O Ministério do Equipamento suspende 22 pilotos de barra, acusando-os formalmente de corrupção passiva ■ Termina, na Cidade da Praia, em Cabo Verde, a cimeira da CPLP ■ Xanana Gusmão propõe a Portugal e à Indonésia a criação de secções de interesses nas respectivas capitais e apela à aproximação dos dois países ■ Os confrontos regressam à capital da Guiné-Bissau, registando-se a morte de várias pessoas.

### 18 Sábado

A Indonésia desaconselha o enviado especial do secretário-geral da ONU para Timor-Leste a visitar o território, iniciativa prevista para quinta-feira ■ Em Espanha, realiza-se na cidade de San Sebastian uma manifestação contra o encerramento cautelar do diário «Egin», acusado de colaborar com a ETA ■ É assinada, em Roma, a constituição do Tribunal Criminal Internacional ■ No Ulster, a Ordem de Orange e os católicos de Portadown retomam as negociações sobre a marcha pro-

testante ■ Os combates entre as forças sérvias e os albaneses do Kosovo intensificam-se ■ Um maremoto na Papuásia-Nova Guiné provoca mil mortos.

### 19 Domingo

Carlos Carvalhas participa no encerramento das comemorações dos 40 anos de luta no Couço ■ A ministra da Saúde autoriza a reabertura do Instituto Ricardo Jorge ■ As conversações entre palestinianos e israelitas recomeçam em Telavive, horas depois da polícia hebraica encontrar um carrinha com 600 litros de produtos explosivos no centro de Jerusalém ■ Um violento incêndio deflagra na Catalunha, em Espanha, queimando mil hectares de floresta.

### 20 Segunda-feira

Os camionistas transportadores de materiais perigosos iniciam uma greve que visa pôr em causa a realização de testes teóricos periódicos e reivindica aumentos salariais e melhores condições de trabalho ■ Autarcas alentejanos lançam em Évora o movimento «Alentejo: Sim à Regionalização, Por Portugal» ■ O ministro da Defesa de Angola admite a possibilidade de uma nova guerra eclodir no país, considerando provável a resposta do exército aos ataques da Unita ■ No Afeganistão, o governo talibã decide expulsar todas as organizações não-governamentais, agências humanitárias e representantes da ONU.

### 21 Terça-feira

Por motivo da greve dos pilotos de barra, o Governo decide, em reunião extraordinária do Conselho de Ministros, suspender o Regulamento do Serviço de Pilotagem nos portos, permitindo aos navios entrar na barra sem pilotagem ■ Motoristas de mercadorias perigosas discutem suspensão da greve, face a alguns passos dados nas negociações com o Governo e a entidade patronal ■ Na Guiné, forças leais a Nino Vieira retomam tiroteios, após três dias de calma, atingindo um projectil de «Katyusha» a residência do secretário-geral da embaixada portuguesa, embora não causando vítimas... ■ Parlamento angolano aprova resolução autorizando o Governo a utilizar «todos os meios ao seu alcance» para obrigar a UNITA a cumprir o Protocolo de Lusaca.

## EDITORIAL

# A ordem natural das coisas

**T**oneladas de peixes mortos, no Tejo, em Vila Franca de Xira, lembram-se? Foi em Outubro de 1990 e durante vários dias essa foi a grande notícia do dia. Especialmente a partir do momento em que o então secretário de Estado do Ambiente, Macário Correia, atribuiu as causas da ocorrência a uma operação de desratização promovida pela Câmara de maioria CDU... Televisão, rádios e jornais soltavam pungentes títulos de dor envenenada: “Raticida matou cem toneladas de peixe no Tejo” - “Uma câmara na berlinda” (Público de 20/10/90); “Câmara de Vila Franca acusada pela morte de peixes no Tejo” (Diário de Notícias de 20/10/90) - e seguiam-se longas e pormenorizadas notícias nas quais os esclarecimentos e desmentidos da Câmara apareciam submersos por uma vaga de “provas”: “Macário Correia (...) considera que a Câmara é o principal responsável pela morte do peixe no Tejo”; as acusações à Câmara “são inquestionáveis e fundamentam-se em análises científicas”; Macário está “na posse de dados científicos que justificam as acusações que faz”.

**E**ntretanto, em meia dúzia de linhas, os leitores eram informados que a Câmara qualificava de “irresponsáveis” as afirmações de Macário. Mas logo o feroz Macário desembainhava a espada e golpeava os autarcas da CDU por estarem a “fazer carreirismo político”; e acrescentava, bem humorado: “Os peixes não morrem por divergências políticas ou ideológicas, mas sim por poluição química com implicações biológicas.” A imagem de uma CDU culpada impunha-se, assim, à má fila, na memória das pessoas.

Para ajudar a festa, o DN de 23/10 “confirmou” tudo: “Raticidas causaram a morte do peixe no Tejo” ... - a “confirmação” fora colhida de “um relatório do INIP ao qual o DN teve acesso”... e, em 25/10, Macário assegurava que esse relatório iria ser “publicado dentro de alguns dias” e, naturalmente, esclareceria tudo. Os comentários dos autarcas da CDU eram, para Macário, “propaganda política” com o objectivo de impedir “a análise e discussão dos problemas”. Dramático, acusava o então Presidente da Câmara de “fazer propaganda pessoal aproveitando a morte de toneladas de peixe no Tejo”. Responde-lhe Daniel Branco: “Macário Correia está a tentar atirar lama para cima dos outros mas vai ter pela frente um osso duro de roer.” E tinha.

**D**ois anos depois, em 1992, ainda Macário estrebuchava: dizia-se na posse de “argumentos complementares” que apresentaria “na altura própria” e que confirmariam as suas acusações à Câmara. E no final desse ano, por ocasião de uma visita a Vila Franca, garantiu todo pimpão: “Não retiro uma vírgula ao que disse.” Claro que retirou. Retirou mesmo as vírgulas todas, e os

pontos todos e as palavras todas - como adiante veremos.

Em 26.10.90 a Câmara instaurou-lhe um processo por “afirmações caluniosas”. O processo só não avançou porque o caluniador, então deputado, aproveitou-se da imunidade parlamentar - situação que se manteve até 1997, altura em que o Tribunal retomou o processo e marcou o julgamento para o próximo mês de Outubro.

**E**is senão quando - diz-nos o suplemento “Local” do Público de 12.7 - Macário se dirige à actual presidente da Câmara pedindo desculpas pelas acusações, procurando escapar ao julgamento, confessando que “a avaliação que fez das responsabilidades e a atribuição das mesmas à Câmara de Vila Franca não correspondem à verdade dos factos”. Assim sendo, é necessário perguntar a Macário: então quem é que fez “carreirismo político”? quem é que fez “propaganda política” com o objectivo de impedir “a análise e discussão dos problemas”? quem é que fez “propaganda pessoal” aproveitando a morte de toneladas de peixe”?

A Presidente da Câmara “admitiu aceitar o pedido de desculpas e retirar a queixa”: “A Câmara pode ter uma atitude de generosidade em relação a um processo que, na altura, foi polémico e no qual ficou agora mais claro que não teve qualquer responsabilidade” - esmolou a benemérita senhora, exibindo a generosidade de oferecer o que não lhe pertence e demonstrando que cada Macário tem a Rosinha que merece e vice-versa.

**N**a Comunicação Social, as grandes parangonas exibindo as calúnias deram lugar a pequenas notícias escondendo as desculpas. Para quê falar mais nisso, não é verdade?, o que passou passou, Macário, Rosinha & Comunicação Social comungam, certamente, a opinião de que se trata de calúnias sérias produzidas por um caluniador seriíssimo, o que confere à situação características muito, muito especiais e, por isso dignas da mais pragmática ponderação. Bem vistas as coisas, tudo correu como estava previsto e era desejado e como a “lógica das coisas” impõe todos os dias: a Comunicação Social vendeu as notícias que quis vender; o PS e o PSD colheram os frutos que quiseram colher; a mentira sobrepôs-se brutalmente à verdade.

Agora, depois de tudo esclarecido, o que é necessário é que o espaço das memórias onde ficaram gravadas as culpas da CDU não seja ocupado pelas desculpas de Macário. Para não estragar o arranjinho. Para não perturbar a ordem natural das coisas.

## Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socorro Pereira Gomes  
- 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socorro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis - 90,  
7.º-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.  
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!» - Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,  
- 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota - Linhó - 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B. L. 227 - 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1100 Lisboa  
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.º-A 1100 Lisboa  
- Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 - Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elins Garcia, 27  
Venda Nova - 2700 Amadora  
Depósito legal n.º 205/85

### TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

## «Que os mortos descansem em paz»

A trasladação dos presumíveis restos mortais do czar Nicolau II foi pretexto para mais uma saborosa reportagem do fozoso José Milhazes, no «Público». Milhazes conta-nos, à sua maneira, quase tudo o que se passou. Lendo-o, fica-se com a ideia de que ele esteve lá, viu e ouviu ao vivo, assistiu. Relendo-o, podemos ser levados a pensar que, afinal, não podia ter sido exactamente assim. Isto porque, bem lidas as coisas – as que Milhazes escreveu e as que apareceram noutros jornais – vê-se que não devia ser difícil produzir – não estando lá, o texto que Milhazes produziu – estando. Dir-me-ão que Milhazes falou com pessoas várias, apresentou-no-las, ofereceu-no-las em discurso directo – coisa só possível estando lá. E é verdade. Mas também é certo que, lendo bem, constatamos que os entrevistados de Milhazes têm como missão confirmar, em russo, o que o entrevistador pensa, em português. Com efeito, este sortudo repórter encontra sempre entrevistados à medida exacta do texto que quer escrever; dir-se-ia que os encomenda, que marca encontro com eles e, na hora certa e no momento certo, lá aparecem todos, cada um acrescentando um ponto ao conto de Milhazes; e assim são dados a conhecer o «marceneiro» que veio de

Tula, o «engenheiro» que veio de Tala, o «estudante» que veio de Tela, o «jovem soldado» que veio de Tila, o «homem de idade» que veio de Tola, a «velha enlouquecida» que não sabe donde veio, «a velha exaltada» que veio do mesmo sítio, «a velha» apenas velha que pura e simplesmente veio – enfim um autêntico painel de fazedores da opinião que Milhazes já tinha.

No funeral do czar «o povo ficou de fora»: «as cancelas de acesso à entrada das pontes abriam-se só para os VIP», o que deixou os convidados de Milhazes justamente indignados: isto não se faz, não há direito, vem uma pessoa lá de cascos de Tula, expressamente para «prestar a última homenagem ao czar» (que, aliás, era uma excelente pessoa, não desfazendo), vem outra pessoa lá do cabo de Tola, expressamente para ouvir da boca do «Presidente Ieltsin o pedido de desculpas por essa barbaridade do Partido Comunista», e chegam aqui e batem com o nariz na cancela. Há-de ter sido pungente a imagem daquela «velha» (cuja proveniência, infelizmente, Milhazes não assinalou) «implorando que a deixassem passar»... Enfim, dramas que escapam ao olhar dos simples mortais mas que o

moderno jornalismo capta impressivamente. Diz Milhazes que mal terminou a cerimónia fúnebre, os que ficaram de fora «correram para os bares mais próximos para beber vodka e cerveja em memória dos mortos», enquanto «os VIP's foram para um dos melhores restaurantes de São Petersburgo». Uns e outros cumpriam a tradição russa – «que sobreviveu ao comunismo» – de complementar a primeira golada com um respeitoso «que os mortos descansem em paz!» – após o que passavam à segunda, à terceira... à enésima golada.

Há uma falha na reportagem de Milhazes: não ter valorizado devidamente o enormíssimo respeito pelos mortos de que deu provas Ieltsin. Talvez ninguém saiba de quantas goladas foi a sua prestação pós-funeral. Mas sabe-se que, antes do dito, Ieltsin se fartou de respeitar os mortos. De tal forma que – não conta Milhazes mas conta o DN – «Ieltsin caiu ao descer a escada do avião no aeroporto de Sampetersburgo, agarrando-se no último momento ao braço da esposa e, tanto quanto sei, gritando sempre: «Que os mortos descansem em paz!»

■ José Casanova

## Ficção científica

O «aviso por causa da ciência» que sob a forma de artigo de opinião o ministro Mariano Gago subscreveu no Público da semana passada (15/7) e que reproduz praticamente na íntegra a intervenção que no dia 8 de Maio havia proferido durante uma deslocação oficial ao Porto justifica algumas observações.

Pondo de parte o tom épico escolhido pelo professor Mariano Gago – do género: «saberemos honrar a história desses que nos precederam, cumprindo o desígnio de vencer finalmente o atraso científico, de romper definitivamente o isolamento social da ciência e de tornar a cultura científica e tecnológica, viva e actuante, uma prioridade nacional» – o que convoca mais vivamente a atenção dos leitores é avaliação cor-de-rosa que o ministro faz da situação na área da C&T nacional. E o prognóstico verdadeiramente eufórico que projecta para o futuro próximo, quando afirma que o «atraso científico português pode finalmente ser vencido num prazo compatível com a duração de um programa realista, ambicioso e profundamente integrado na vida social, económica e cultural do País e no contexto do desenvolvimento científico e tecnológico internacional».

Programa esse cuja elaboração está ainda dependente da obtenção, entre Maio e Novembro do presente ano, de «contributos para o levantamento das necessidades e oportunidades do desenvolvimento científico e tecnológico português»... E cuja ope-

rationalização está prevista, para o final do mandato legislativo do Ministério, que é também a altura da realização das próximas eleições para a AR (Outono de 1999)...

Para quem conhece os progressos do sistema científico e tecnológico nacional registados desde o 25 de Abril; mas que não ignora igualmente o carácter limitado e insuficiente desses progressos e a imensa distância, quantitativa e qualitativa, que continua a separar Portugal dos «níveis médios do desenvolvimento científico da Europa Comunitária»; – a análise cor-de-rosa e o prognóstico eufórico que o professor Mariano Gago subscreve, não podem deixar de suscitar perplexidade. E os números sobre patentes em 1997, divulgados há poucos dias, segundo os quais em 99.800 pedidos de registo junto do Gabinete Europeu de Patentes, apenas 21 tinham sido apresentados por Portugal; e segundo os quais em 39.646 patentes atribuídas apenas 5 tinham sido atribuídas a Portugal; – apenas servem para acrescentar um importante indicador a essa perplexidade.

Resta então a necessidade de tentar explicar o entusiasmo estival do professor: terá o seu documento o sentido de um testamento político?, ou não passará, afinal, de um exercício de ficção científica?

■ Edgar Correia



Foto: Jorge Carra

Modernices – Ou tele-stop?

# ANGOLA Até quando?

Angola continua a viver o flagelo da guerra. Podemos constatar directamente o que significa a permanente sabotagem por parte da UNITA dos Acordos de Lusaka assinados em 1994.

A guerra desencadeada pela UNITA para anular os resultados das eleições livres e democráticas causou largas dezenas de milhares de mortos. E fez deslocar centenas de milhares de angolanos dos campos para as cidades.

Em Luanda, onde deveriam viver cerca de um milhão de angolanos, vivem três, sendo que a maioria é de proveniência rural, pouco habituado ao urbanismo das grandes cidades. Em consequência destas deslocações de populações a vida nas cidades degrada-se assustadoramente. Não há habitação. As pessoas vivem ao calhas, onde houver buracos, onde for possível construir um qualquer abrigo. Os serviços primários de abastecimento de água, gás, electricidade, esgotos e outros rebentam pelas costuras.

Não há emprego e cerca de 40% da população de Luanda está desempregada. Há, entretanto, pressões fortes do FMI e BM para o governo despedir alguns milhares de funcionários públicos. Rebentam greves no sector da Educação devido em grande medida às precárias condições do exercício da profissão. A criminalidade sobe e na capital e noutros centros urbanos vive-se sob a ameaça desse terrível flagelo.

A inflação é medida mensalmente e provoca grandes perdas no minguado poder de compra das populações.

O campo minado ou sujeito a acções armadas dos homens da UNITA não produz e obriga o governo a importar produtos que poderia produzir e muitos dos quais exportar.

Este é o pano de fundo de Angola. É nesta situação que se encontrarão as explicações para as acções político-militares da UNITA.

Savimbi e o seu núcleo de incondicionais só conhecem a linguagem do poder. Todos os passos, todas as medidas estão enquadradas na estratégia da tomada de poder em Angola. Savimbi sacou rios de dinheiro com o comércio de diamantes e do marfim. E esteve sempre bem abastecido desde os tempos de Reagan, Thatcher e por alguns déspotas, como era, entre outros, o caso do falecido Mobutu. Savimbi sabe que existem largas dezenas de milhares de homens que são hoje os restos dos exércitos derrotados do Zaire, do Ruanda, do Burundi, dos racistas da África do Sul e da Namíbia e ainda do Zimbabwe. Savimbi tem dinheiro e ambições. E o seu projecto não é ser vice-presidente de Angola, nem de colaborar no governo de unidade nacional, nem no Parlamento, nem ao nível da Administração Local. Savimbi quer ganhar tempo, espaço e condições sociopolíticas para ser a alternativa no terreno político-militar. Por isso diz que desmobiliza, mas mobiliza; diz que desarma, mas guarda armas; diz que UNITA se integra politicamente, mas cria a sua própria estrutura totalmente sob o seu controlo e fora das instituições; diz que reconhece o poder central, mas não entrega o Bailundo, o Andulo, a Nhareia e outros; diz que respeita o cessar-fogo, mas ataca localidades provocando novas vagas de refugiados...

Savimbi está a ver até onde vai a pressão internacional e medir as reacções internas e externas aos seus ataques militares. Até ao momento as medidas não são suficientemente fortes para o pôr na ordem e por isso ele sente-se capaz de prosseguir os seus planos. Savimbi sabe que neste quadro a instabilidade e o consequente agravamento das condições sociais das populações lhe são benéficas.

Às pressões político-militares da UNITA sobre o governo juntam-se outras, as das instituições internacionais do FMI, o novo Ministério das Colónias, como já lhe chamam alguns.

Angola é um grande país cuja influência na região ultrapassa as suas próprias fronteiras. Precisa de paz para poder respirar. Savimbi precisa de desestabilizar e sabotar. Angola percorreu os caminhos acordados na comunidade internacional. Não é legítimo que os sabotadores continuem a impedir que Angola viva em paz. Esta situação é insustentável.

■ Domingos Lopes

## SEMANA

Sem fundamento  
não há inquérito

A Procuradoria Geral da República (PGR) concluiu, no que concerne aos casos da nomeação dos presidentes da EDP e da Portucel; privatização da Quimigal; registo de aviões da TAP; e participação do Instituto de Participações do Estado (IPE) na Companhia Real de Distri-

buição, «não haver elementos que fundamentem qualquer suspeição quanto à ilicitude criminal, motivo por que não determinou, quanto a eles, a abertura de inquérito».

Os quatro «dossiês» fazem parte de um leque de 10 casos sujeitos a análise, a pedido do Governo, na sequência das acu-

sações do PSD de alegado favorecimento de grupos económicos pelo executivo.

Em análise continuam os restantes casos: privatização do BFE e da Lisnave; acordo entre o Estado e a Grã-Pará; compra de carvão pela EDP; concurso respeitante à terceira rede de telemóveis; e Torralta.



## Uma estátua para Virgínia

Virgínia Moura, falecida no passado mês de Abril, completaria 83 anos a 20 deste mês. Assinalando a data, um autodenominado «Grupo de Mulheres» - grupo que assume o vínculo comum de integrar pessoas que privaram com Virgínia Moura em vida e reconhecem nela uma obra que se deve notabilizar para além da morte - organizou uma romagem ao Cemitério do Prado do Repouso, no Porto, mobilizando mais de 50 pessoas para uma cerimónia de homenagem a esta mulher com um trajecto cívico admirável, onde foi realçada a sua luta permanente pela emancipação da mulher, pela igualdade de direitos e contra a opressão do regime fascista. Usaram da palavra a porta-voz do «Grupo», Armanda, as vereadoras do Câmara Municipal do Porto, Manuela de Melo, do PS, e Ilda Figueiredo, do PCP (de que Virgí-

nia de Moura sempre foi militante), e ainda António Reis, da Associação «A Beneficência Familiar», que foi responsável pela organização das exéquias de Virgínia Moura, no passado mês de Abril. Conforme assinala o *Público*, esta associação «pretende continuar, a título póstumo, as homenagens começadas em vida, a realizar em três momentos: o primeiro foi a decisão de encomendar um busto, ou estátua de corpo inteiro, em bronze, dependendo dos meios financeiros que conseguirem angariar, para ser colocado no Largo de Soares dos Reis, no 3º andar da Câmara Municipal do Porto ou, então, numa artéria da cidade que virá a ter o nome de Virgínia Moura; o segundo momento será o contacto com o escultor Manuel Dias, que executará a figura; e o terceiro será a divulgação pública da realização».

Repressão sobe de tom em Espanha  
com encerramento de jornal basco

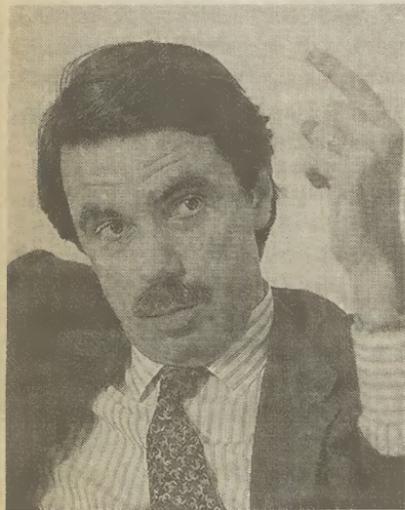
O governo de direita de José Maria Aznar ordena, através do juiz Baltasar Garzón, o encerramento «provisório» do jornal basco *Egin* e da rádio *Egin-Etarria*, sob o pretexto de uma operação ordenada pelo executivo espanhol com o objectivo de «desmantelar» a rede de financiamento da

organização separatista basca ETA. O encerramento foi consumado na sequência de buscas policiais realizadas nas sedes do *Egin* e da *Egin-Etarria*, perto de San Sebastian, e nas redacções locais do jornal em Pamplona e Bilbao, tendo sido detidas 11 pessoas, entre as quais um dirigente da

coligação Herri Batasuna, Pablo Gorostiaga, e vários membros ou ex-membros da administração do grupo de imprensa *Orain*, proprietária do *Egin*. Este jornal (cujo título significa «Fazer», em língua basca) iniciou a sua publicação após o restabelecimento da democracia em Espanha, em

1976, e tem uma tiragem de 50 mil exemplares. Apesar de algumas das edições do *Egin* terem sido apreendidas nos anos 80, por ordem do executivo de Filipe Gonzalez e sob pretexto de ser «o porta-voz da ETA», nunca um governo espanhol levava a repressão ao ponto de atentar contra as liber-

dades fundamentais inscritas na Constituição do país, nomeadamente a liberdade de imprensa. Com este acto, o governo de José Maria Aznar viola não apenas princípios fundamentais a que está obrigado como abre mais um perigoso precedente na democracia espanhola.



## Mandela festeja 80 anos e casa com Graça Machel

O presidente sul-africano Nelson Mandela festejou esta semana o seu 80º aniversário e contraiu matrimónio com Graça Machel, viúva do presidente moçambicano Samora Machel, oficializando assim a relação que ambos mantinham há vários anos. Ambos os acontecimentos foram aplaudidos com grande entusiasmo em todo o país, mas as cerimónias tiveram características diferentes, por vontade do homenageado. A celebração do aniversário de Nelson Mandela foi feita no sábado passado com um jantar de carácter oficial que reuniu dois mil convidados nacionais e estrangeiros, enquanto o casamento se celebrou no dia seguinte, domingo, numa cerimónia íntima, sem a presença da imprensa. No jantar de aniversário estiveram presentes numerosos convidados nacionais e estrangeiros, no primeiro caso com representantes e figuras de relevo da luta anti-apar-

theid dos mais diversos quadrantes da realidade político-social sul-africana, bem como da sua comunidade científica, artística e intelectual, e no segundo trazendo personalidades políticas como os antigos presidentes da Tanzânia, Julius Nyerere, e da Zâmbia, Kenneth Kaunda, ou o líder da oposição nigeriana, Olesegun Obasanjo, recentemente libertado da prisão. O mundo artístico também esteve representado em força, nomeadamente através de figuras empenhadas na luta anti-apartheid, como os cantores Stevie Wonder, Nina Simone e Michael Jackson, o actor Danny Glover e a *top model* Naomi Campbell, entre muitos outros. Entretanto, Nelson Mandela não se furtou a participar em numerosas festas organizadas em sua honra por todo o país, particularmente as que envolviam segmentos mais desfavorecidos da sociedade, as crianças e a juventude.

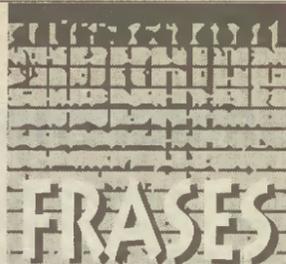


## Prémio Camões para António Cândido

O escritor, ensaísta e crítico literário brasileiro António Cândido é o vencedor deste ano do Prémio Camões, um galardão que visa distinguir, entre os países da comunidade de língua portuguesa, um autor que tenha contribuído «pelo valor intrínseco da sua obra para o enriquecimento do património literário e cultural da língua comum».

António Cândido de Mello e Souza, de 80 anos, foi professor de Literatura Comparada e Teoria Literária na Universidade de São Paulo, professor de Literatura Bra-

sileira na Universidade Estadual Paulista e coordenador do Instituto de Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Campinas. Autor de quinze livros, o vencedor da décima edição do Prémio Camões, embora desconhecido em Portugal, mereceu a escolha do respectivo júri, na passada semana, pela «qualidade literária do conjunto da sua obra, pela sua contribuição ao conhecimento das literaturas, pelo rigor científico da sua acção pedagógica, que fizeram dele uma figura de referência na literatura de língua portuguesa».



“Guterres é a melhor solução de Governo que a direita poderia inventar para defender os seus interesses.”

Paulo Fidalgo  
in «Semanário Económico» de 17 de Julho

“O actual líder do PS é o homem providencial que consegue manusear alguns dos símbolos da esquerda - vocabulário ‘humanista’, preocupações ‘sociais’, medidas de ‘apoio aos mais desfavorecidos’ - enquanto deixa o mundo da economia rolar, sabendo-se que por cada volta que o Mundo dá a direita capitalista enriquece mais alguns milhões.”

Idem, ibidem

“Se o Estado não for compreensivo com o Benfica, o clube corre o risco de fechar as portas.”

Vale e Azevedo  
in «TSF» a 16 de Julho

“Nenhum benfiquista admite a hipótese de o clube fechar. É mais uma chantagem inadmissível.”

Abílio Rodrigues  
in «Diário de Notícias» de 17 de Julho

“É uma questão de legalidade democrática. Se aceitarmos que algum indivíduo ou instituição esteja acima da legalidade democrática, pomos o Estado em causa.”

José Roquete  
idem

“Seria tão absurdo eu demitir-me de líder do PSD em caso de derrota do partido no referendo, como seria absurdo António Guterres demitir-se de primeiro-ministro em caso de vitória do ‘não’.”

Marcelo Rebelo de Sousa  
in «Expresso» de 18 de Julho

“Contrariamente ao que muitos pensavam, o referendo não é uma prática ansiada pelo portugueses, pelo contrário.”

Alberto Martins, deputado do PS  
idem

“Não podemos deixar-nos deslumbrar com o exercício do Poder.”

idem, ibidem

“Durante cerca de 70 anos, com um breve interregno que na Segunda Guerra Mundial custou a vida a 27 milhões de soldados e 20 a 30 milhões de civis, a Humanidade moveu-se, pois, numa corda bamba, sem saber para que lado ia cair, quem ia ganhar a batalha do século XX entre o capital e o trabalho: venceram, por agora, os mais hábeis, que na ocasião eram sem dúvida os mais ricos. Mas não nos iludamos, foi ‘só’ mais uma batalha.”

(António Rego Chaves, DNA, 18.7.98)

“A guerra continuará no século XXI, não apenas entre o Norte e o Sul como no interior de cada país, opondo o egoísmo do ‘salve-se quem puder’ à protecção do Estado-Providência, a hierarquia das desigualdades ao ideal do igualitarismo, o ‘modelo americano’ à ‘utopia comunista’. A História segue dentro de momentos, com ou sem um super-Marx.”

(idem, ibidem)

As organizações do PCP entraram em força na batalha pela criação das Regiões Administrativas. Designadamente as Organizações Regionais de Lisboa e Setúbal, em conferência de imprensa realizada na sexta-feira passada, no Café Martinho da Arcada, manifestaram o seu empenhamento na criação de um grande movimento de opinião em torno da criação da Região Administrativa de Lisboa e Península de Setúbal. Na mesa, José Manuel Maia, presidente da Assembleia Municipal da Área Metropolitana de Lisboa, Euclides Pereira, da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP, António Andrez e Jorge Pires, da Comissão Política, apontaram a criação desta Região como «uma necessidade» e



# Regionalização

## Mais participação, mais transparência, mais democracia

mostraram-se decididos não só a apoiar todos os movimentos unitários que vierem a surgir com esse objectivo, mas também a desenvolver uma campanha própria, «autónoma e forte». E depois de Jorge Pires ter proferido uma declaração sobre a matéria (que a seguir se transcreve), responderam a várias questões suscitadas pelos jornalistas, aproveitando para precisar e esclarecer algumas dúvidas que parecem subsistir na opinião pública, designadamente no que se refere à possibilidade do «aumento do clientelismo político», de um eventual «esvaziamento das competências dos municípios», ou de os novos órgãos, por obstrução do poder central, poderem «não adquirir toda a força e dinâmica previstas».

«As Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto foram criadas pela lei nº 44/91. A Assembleia da República deliberou a criação destas «pessoas colectivas de direito público de âmbito territorial» no fim da primeira legislatura de maioria absoluta do PSD, o que, por si só, é elucidativo das suas ambiguidades e limitações. Com efeito, a aprovação da lei verificou-se por unanimidade, mas em simultâneo com a Lei Quadro das Regiões, o que apontava para não transformar em definitivo o modelo que se afirmava como tímido e transitório, sem meios nem atribuições e competências e com órgãos compostos por presidentes de Câmara, já sobrecarregados com problemas e com uma perspectiva municipal e não metropolitana dos problemas. A tudo isto soma-se a proliferação de diferentes divisões do país segundo os ministérios, institutos, empresas públicas, criando uma administração «regional» descoordinada, cara e caótica, facto que também atingiu a Área Metropolitana de Lisboa e Península de Setúbal.

Da experiência de trabalho desenvolvida nos órgãos da AML resultou a constatação de que a mesma se esgota num quadro legal limitadíssimo, que não permitiu potenciar os recursos disponíveis, para responder às aspirações de melho-

ria da qualidade de vida das populações.

As limitadas competências e operacionalidade da AML, em termos institucionais e de meios disponibilizados, não têm permitido uma acção suficientemente coordenada dos diversos e vultuosos investimentos realizados, e não permitiam a sua máxima rentabilização no sentido de um desenvolvimento regional harmonioso.

Sentiu-se, aqui, claramente, e numa altura em que se têm realizado investimentos vultuosíssimos, designadamente na concretização da EXPO'98, na melhoria da rede viária e do sistema de transportes, na renovação urbana de várias zonas e na construção de importantes equipamentos para tratamento de lixos e esgotos, que a Administração Central, mesmo por intermédio dos seus serviços periféricos, se encontra demasiado longe e por cima dos problemas específicos e concretos do desenvolvimento regional e que, ao contrário, os Municípios quer isolados quer associados ou mesmo integrados em estruturas como são as actuais Áreas Metropolitanas, se encontram longe e por baixo daqueles mesmos problemas.

De facto, sendo as associações de municípios relevantes na resolução de carências e dificuldades que cada município, por si só, não teria capacidade

de vencer, a verdade é que o associativismo não pode deixar de se mover no âmbito das competências municipais, estando incapacitado de intervir, eficazmente, ao nível das acções de coordenação e compatibilização dos meios que ultrapassem essas competências.

As políticas de desenvolvimento para a Área Metropolitana de Lisboa têm assim resultado de múltiplas e descoordinadas intervenções de grande número de organismos desconcentrados dos ministérios, de institutos, de empresas públicas e de investidores privados. Intervenções descoordinadas que, como é óbvio, não poderiam conduzir à máxima eficácia e coerência dos investimentos.

Pese embora constarem das competências das Comissões de Coordenação Regionais dezenas de áreas de intervenção fulcrais para o desenvolvimento, o que concede enorme poder às CCR'S, as mesmas já demonstraram a sua incapacidade no desempenho de uma eficaz acção integradora junto de numerosas, complexas e não raras vezes estranhas divisões regionais de Ministérios, Secretarias de Estado e até Direcções Gerais.

A mesma falta de capacidade integradora de políticas e de objectivos de desenvolvimento verifica-se, também nas estrutu-



Segundo o PCP, a Administração Central encontra-se «demasiado longe» dos problemas específicos e concretos do desenvolvimento regional

ras responsáveis pela gestão do Quadro Comunitário de Apoio, embora tenha sido possível contractualizar entre o Governo e a Área Metropolitana de Lisboa a parte correspondente à gestão de todo o subprograma de investimentos com apoios comunitários que estão a cargo dos municípios.

Com maior incidência se poderá vir a pôr esta questão no futuro, se se confirmar a eventual saída da AML do objectivo I dos apoios comunitários por ultrapassar os 75% da média do PIB per capita comunitário.

Trata-se de uma grave redução de apoios para o futuro da AML que exige, em primeiro lugar, uma forte e incisiva negociação por parte do Governo por forma a que os interesses da região não sejam lesados, e, em segundo lugar uma gestão mais racional e mais participada de todos os interesses em presença que só a criação da região administrativa poderá permitir.

A actual situação conduz a que se esteja a impedir o desenvolvimento harmonioso da região correspondente à AML, a impedir a sua correcta e harmoniosa integração no contexto do desenvolvimento nacional e a desprezar oportunidades de afirmação no contexto europeu.

Urge alterar este quadro, não apenas por questões estruturais, mas também e sobretudo por uma lógica e dever democráticos.

A criação e concretização das regiões administrativas no continente, e, desde logo, da Região Metropolitana de Lisboa e Península de Setúbal, irão possibilitar não apenas uma participação nas políticas europeias, com expressão em Portugal, como ainda e fundamentalmente, completar o edifício constitucional no que se refere ao poder local democrático.

A institucionalização das regiões administrativas eleitas democraticamente irá permitir um novo equilíbrio de intervenção entre eleitos locais, regionais e a Administração Central, garantindo mais órgãos eleitos e maior participação das populações na gestão pública favorecendo assim a democracia participativa, uma menor sobrecarga da Administração Central com o conseqüente aligeirar da máquina burocrática central, uma política de cooperação com os municípios garantindo a assunção, a nível regional, de atribuições que só podem ser levadas a cabo a nível supramu-

# Regionalização

## PCP esclarece



O Gabinete de Imprensa do PCP, respondendo a declarações que, segundo um despacho da Lusa citado pela imprensa escrita, terão sido proferidas António José Seguro na semana passada - que o PS «não vai fazer quaisquer acordos com partidos políticos, nomeadamente com o PCP, para patrocinar movimentos cívicos» no referendo sobre a regionalização -, entende esclarecer:

«1. que o PCP também não vai fazer quaisquer acordos com partidos políticos, nomeadamente com o PS, para patrocinar movimentos cívicos, e nunca teve propósitos nem fez propostas que pudessem ser apresentados nos termos usados por A. J. Seguro; 2. que não é correcto que se apresente como rejeição de alegadas propostas do PCP o que, em boa verdade, teria então de ser considerado a rejeição de hipóteses que responsáveis do PS, sem propostas de ninguém, chegaram a formular ou encarar com simpatia.»

nicipal e uma melhor localização do poder de decisão através de uma aproximação às populações.

As regiões não devem ser concebidas na base de novos desequilíbrios. Os distritos, em muitos casos, foram esvaziados, as assimetrias somaram-se, foram muitas as situações em que se criaram assimetrias e rivalidades. Por isto, e para a unidade do País e para melhor enfrentar os problemas, impõe-se optar por modelos de região polinucleada, com várias cen-

tralidades e serviços e órgãos próprios próximos das populações.

A institucionalização das regiões administrativas, eleitas democraticamente, irá permitir maior transparência e abrir à participação, um nível intermédio de poder, hoje burocratizado, e sem controlo popular. E irá, até por imperativo constitucional, empenhar-se em tarefas de coordenação e de apoio à acção dos municípios no respeito da sua autonomia e sem limitação dos respectivos poderes.

E isto é tanto mais importante quanto está indiscutivelmente demonstrada a superior capacidade do nível da Administração Local na rentabilização dos recursos públicos do Estado. Em 1996, por exemplo, o investimento à responsabilidade da administração local, ainda sem regiões administrativas, correspondeu a 29,7% do total do investimento realizado pela Administração Central, tendo usufruído apenas de 6,5% de participação nas receitas do Estado.»

## Trás-os-Montes e Alto Douro Fórum lança «Movimento de Cidadãos»

O Fórum Regional SIM pela Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, promovido pelo Movimento «Para Cá do Marão Com a Regionalização», juntou no passado sábado, na cidade de Mirandela, cerca de uma centena de personalidades de toda a região.

Das mais de duas dezenas de intervenções verificadas, destacam-se as de Mota Andrade, deputado eleito pelo PS, Agostinho Lopes, dirigente nacional do PCP, José Silvano, presidente da Câmara Municipal de Mirandela, Adérito Branco, presidente do Fórum Nordeste, Rui Tadeu, empresário de Vila Flor, Leandro Vale, director artístico do Teatro em Movimento, Costa Gomes, advogado de Chaves, e Ernesto Areias, advogado e militante socialista de Chaves.

O eleito comunista da Assembleia Municipal de Bragança, José Brinquete, que abriu o Fórum, fez o balanço do trabalho do Movimento durante o seu ano e meio de existência, considerando que, no

essencial, ele «cumpru os objectivos para que foi criado, pois foi possível aprovar pela Assembleia da República a Lei das Regiões Administrativas e a Criação da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro». E depois de referir as mais de mil assinaturas e adesões entretanto chegadas, o Fórum aproveitou para divulgar cerca de 40 de novas adesões de personalidades da região, como as dos presidentes das Câmaras de Alijó e Vila Flor, do presidente da Associação Comercial e Industrial de Vila Flor, do presidente da Associação Distrital dos Agricultores de Bragança-ADAB, de dirigentes sindicais dos Professores, Função Pública e Administração Local, dos coordenadores da União dos Sindicatos de Bragança e Vila Real e de outras figuras do PS, PSD, PCP e PSR.

As intervenções, que convergiram na necessidade da Regionalização e da criação da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro e reflectiram sobre questões como as futuras competências das regiões, os problemas hoje sob o Poder Central que elas podem resolver, ou as vantagens da Regionalização na aplicação do Quadro Comunitário de Apoio, permitiram um debate muito participado que concluiu por um inquérito SIM a esta Região.

O Fórum decidiu ainda delegar no Secretariado do Movimento a consideração de lançar um Movimento de Cidadãos favoráveis ao SIM, com vista à participação no referendo; transformar o Movimento «Para Cá do Marão Com a Regionalização» - legalizando-o - numa Associação de Desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro; lançar uma campanha de Fundos a nível regional para pagamento das despesas do Movimento.



São cada vez mais as pessoas que aderem ao movimento pelo SIM à Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, informou o Fórum

## Entre Douro e Minho Uma região a criar

Por iniciativa da Direcção Inter-Regional do Norte do PCP, realizou-se também recentemente um encontro sobre regionalização, aberto à participação dos que nos distritos do Porto, Braga e Viana do Castelo «consideram necessário unir esforços para que esta importante reforma democrática da Administração Pública se concretize a bem do desenvolvimento da região e do país».

Com a presença de mais de centena e meia de pessoas, a iniciativa permitiu, sem dúvida, um interessante debate, quer por se realizar pela primeira vez no âmbito dos distritos abrangidos pela nova região quer pela diversidade de perspectivas que permitiu. Como convidados, nela estiveram presentes, para além de numerosos independentes, a UDP, a Política XXI, o PEV, a ID, a APRIL, as Uniões de Sindicatos do Porto, Braga e Viana do Castelo, a Associação de Agricultores do Alto Minho e o Movimento Portugal Plural que, não tendo podido comparecer, fez questão de se fazer anunciar entre as organizações que aceitaram o convite.

Em nome da DIRN e das três Direcções Regionais do PCP, António Lopes saudou os presentes, sublinhando que aquela era uma iniciativa que marcava o pontapé de saída para a batalha política que - sem prejuízo das suas próprias posições - o PCP está aberto a travar em conjunto com outras forças políticas, movimentos de opinião e individualidades, em torno da Regionalização e da criação da Região de Entre Douro e Minho. Região cujos contornos, segundo António Lopes, decorrem não do mapa que o PCP defendeu mas da consulta às Assembleias Municipais. Os comunistas não querem uma Regionalização a qualquer preço nem que se substitua às competências e funções do Estado, disse, mas lutarão para que o quadro das competências, finanças regionais e formas de eleição não adulterem o conteúdo fundamental desta reforma democrática. Trata-se, entretanto, de um processo a que a vida imporá inevitavelmente alterações e aperfeiçoamentos legislativos.

João Duarte, da DORViana do Castelo, caracterizou económica e socialmente aquele distrito, chamando a atenção para o contraste entre a classificação do Alto Minho como terceira região mais atrasada da União Europeia e os importantes recursos naturais de que é portadora.

Para Ilda Figueiredo, «a política centralizadora do País é particularmente visível na repartição de verbas do PIDDAC» e «o que está errado não é Lisboa, mas sim esta região com verbas tão baixas, onde as assimetrias inter-regionais são notórias». Sendo, por exemplo, da região de Entrê Douro e Minho que saem quase 43% do total de exportações do País, ao distrito de Braga coube apenas 11,4 milhões de contos e ao de Viana do Castelo 6 milhões.

O eurodeputado comunista Honório Novo, por sua vez, lembrou que «muitos dos que enchem a boca de integração europeia, que alienam tudo em função da supranacionalidade, omitem deliberadamente o facto da distribuição harmónica entre poder central, regional e local, em muitos desses países, ter constituído elemento catalisador fundamental de coesão interna que permite assegurar níveis sustentados de desenvolvimento económico e social». É o caso da Holanda, Bélgica, Finlândia que com área/população próximas da nossa se encontram no pelotão da frente, enquanto outros países nas mesmas condições e não regionalizados - Grécia e Irlanda - estão, como Portugal, no pelotão de trás.

Como Ilda Figueiredo, também Honório Novo defende que, «só a criação do poder autárquico regional e o conseqüente estabelecimento de mecanismos legais de redistribuição orçamental independentes das vontades conjunturais dos diversos poderes centrais e das pressões eleitorais que cada uma das regiões sobre eles exercem, poderá fazer com que a coesão interna possa vir a ser uma realidade e que maiores investimentos públicos sejam claramente afectados às regiões mais atrasadas».

Depois de José Castro, da UDP, e Monteiro Pinho, presidente da APRIL (Associação Política Regional de Intervenção Local), terem apresentado as razões que levam as suas organizações a defender a criação das regiões administrativas, João Teixeira Lopes, sociólogo e docente universitário, apresentou a regionalização como ponte entre diferentes realidades.

Carlos Silva, professor da Universidade do Minho, transmitiu a sua opinião sobre o espaço regional que considera mais identificativo - apenas Minho - mas sobretudo verberou o caciquismo centralizador, de consequências piores que um eventual caciquismo descentralizado.

Adão Mendes, da USBraga, Artur Ribeiro, Fernando Oliveira, Manuela Pereira e ainda José Calçada, sob a forma de perguntas, dúvidas ou respostas, sublinharam e esclareceram ainda alguns itens que envolvem o tema da Regionalização e esta região concreta de Entre Douro e Minho, designadamente o problema dos custos.

## PINHAL NOVO HR volta a laborar

A empresa HR-Teixeira & Ramalho está prestes a regressar à laboração. Pelo facto, a Comissão de Freguesia de Pinhal Novo do PCP saúda os trabalhadores, sem cuja luta persistente «a viabilização da empresa não teria sido possível» mas para a qual e ao longo de todo o processo de recuperação contaram com a solidariedade das autarquias locais. O PCP considera ainda que «a manutenção de postos de trabalho, em condições de emprego estável, são condição essencial para uma economia mais forte e para o consequente bem-estar da população» pelo que, congratulando-se com a viabilização da empresa, faz votos que esta volte a ser uma das empresas de sucesso da freguesia e «um símbolo do desenvolvimento equilibrado» que defende.

## BRAGA Acentua-se fosso na Saúde

Os mapas de especialidades carenciadas, publicados em despacho pela ministra da Saúde, pelo menos no que respeita a recursos humanos e à sua eventual concretização, irão «acentuar o fosso» entre hospitais e centros de saúde das grandes cidades e das zonas periféricas. A Comissão Concelhia de Braga do PCP, a quem cabe a denúncia, entende pois ser imperioso suspender estas medidas, rectificando-as «de acordo com os reais interesses e necessidades das instituições», e critica a «ineficácia da descentralização pretendida com as novas distribuições das ARS's» e a «continuação de critérios de nomeação para as estruturas intermédias de poder». Quanto à preocupação manifestada pelo PSD de Braga pelo agravamento das dificuldades resultantes deste despacho para as camadas mais desfavorecidas da população, os comunistas classificam-na como «uma descarada falta de seriedade», uma vez que a política do PS é, afinal, a continuidade da política que o PSD realizou nos seus dez anos de governação.

## LISBOA Saiu «Unidade e Luta»

O Sector de Empresas da Amadora do PCP emitiu mais um Boletim - «Unidade e Luta» - onde dá notícia das principais lutas dos trabalhadores na zona, tentando, assim, colmatar as graves lacunas de que nesta matéria padecem os meios de comunicação social. O pacote laboral do Governo PS, lesivo dos interesses dos trabalhadores - horários flexíveis, regime jurídico de férias que apenas garante dez dias úteis, trabalho nocturno, aumento dos contratos a prazo, privatização da previdência -, a luta dos trabalhadores dos Cabos Ávila, a situação no sector farmacêutico, onde são as multinacionais quem «põe e dispõe», a insegurança que os trabalhadores deficientes do Centro de Formação de Artes Gráficas são temas que, entre outros, o boletim trata sob o ponto de vista de classe.

## VILA FRANCA DE XIRA PSP com novas instalações

A Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP não está de acordo com a construção das instalações para a PSP no local onde funcionou o antigo matadouro, na estrada de ligação entre a cidade e o novo nó de acesso à auto-estrada. A proposta dos vereadores da CDU ia no sentido da sua construção em Vila Franca, no terreno da Companhia das Lezírias, situado no centro da cidade. Mas tudo o que seja «melhorar as condições de segurança dos cidadãos» merece o apoio do PCP. Por isso, os comunistas, ao mesmo tempo que defendem o reforço dos efectivos da GNR e PSP no concelho, entendem que deverão ser rapidamente concretizados os compromissos assumidos pelo ministro da Administração Interna no que se refere às instalações das Forças de Segurança nas freguesias de Alverca do Ribatejo, Castanheira do Ribatejo, Vialonga e Vila Franca.

## AVIS PCP «não cruza os braços»

O eleitorado de Avis, concelho do distrito de Portalegre onde se registou a mais baixa abstenção e onde o Sim teve maior votação no referendo de 28 de Junho sobre a despenalização do aborto, contribuiu «de forma cívica para mostrar sem hipocrisia mas com responsabilidade que o problema é sério e que só por falta de empenhamento de alguns responsáveis do País é que não foi resolvido», diz a Comissão Concelhia de Avis do PCP. Assim, saudando a forma democrática e consciente como o eleitorado votou, o PCP garante que, assim como não cruzou os braços neste referendo, também não os cruzará nas batalhas e lutas que se avizinham, designadamente no que se refere à Regionalização.

# 1ª Assembleia dos Intelectuais de Évora Contra «pensamento único»

A Assembleia do Sector Intelectual de Évora do PCP reuniu pela primeira vez no passado dia 9 de Julho, com a presença de 38 delegados e duas dezenas de convidados e a participação de José Casanova, membro da Comissão Política que encerrou os trabalhos.

Após fazer o balanço de actividade, analisar a situação presente e perspectivar o desenvolvimento da sua intervenção no futuro, a 1ª Assembleia dos intelectuais de Évora considerou como prioridade de trabalho o acompanhamento e desenvolvimento das «lutas com que os mais diversos camaradas e áreas do sector intelectual se confrontam». Lutas que, em sua opinião, exigem «o reforço político, ideológico e de organização» e a capacidade de «iniciativa e abertura ao debate exterior» e impõem uma «visão objectiva» das áreas em que os comunistas actuam e a «ponderação da complexidade e da dimensão de cada uma delas e respectivas inter-relações».

Contribuir para enformar posições ao nível do exercício do

poder local e intervenção do Partido no concelho, nas áreas da cultura, do património cultural e da criação artística, foi outra linha de orientação saída da reunião magna dos intelectuais eborenses que colocou também como questão importante a sua contribuição para a melhoria do trabalho na Universidade e a sua dignificação e desenvolvimento no domínio científico.

O sector intelectual decidiu ainda estar atento às questões da comunicação social e da formação de opinião e analisar as formas de aumentar a intervenção dos militantes em todas as vertentes deste domínio.

O trabalho do sector - dizem - «deve configurar uma linha de actividade de permanente contacto com o exterior», quer promo-

vendo a «divulgação das posições do Partido» quer auscultando «opinões de outros sectores e de intelectuais individualmente considerados», num combate à corrente do «pensamento único». A verdade é que, para os comunistas, «o potencial de recrutamento para o Partido» que existe é uma perspectiva que deve acompanhar toda a sua acção política, cultural e ideológica.

Depois de definir um calendário de iniciativas políticas, de esclarecimento e de mobilização designadamente para as eleições de 1999, a 1ª Assembleia dos Intelectuais de Évora, elegeu o novo organismo de direcção, constituído por nove elementos, que irá acompanhar e coordenar as células existentes (Universidade, Saúde e técnicos municipais) e a criação de novas células.

### Montemor-o-Novo

Sob o lema «Dar um novo impulso à organização e defen-

der os interesses dos trabalhadores e da população», realizou-se também, no passado dia 3 de Julho, a 3ª Assembleia da Organização da Célula do PCP dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

A Assembleia discutiu e analisou as questões de organização, da situação social e da intervenção do Partido, elegeu um novo Secretariado de célula, tendo ainda aprovado por unanimidade uma resolução política que prevê e reconhece «a importância fundamental da célula como forma tradicional de organização do colectivo partidário».

Das questões debatidas, destacam-se a necessidade da divulgação da imprensa do Partido, de uma atenção crescente a novas formas de intervenção e participação dos militantes em actividades de carácter social, o acompanhamento da gestão municipal e a defesa permanente dos direitos e interesses dos trabalhadores.

## Madeira

# Prossegue luta por habitação condigna

«Luta pela Casa» é o lema sob o qual se realizou, no passado dia 10, com o apoio do PCP, uma manifestação de centena e meia de pessoas pelas principais ruas da baixa do Funchal, exigindo do Governo Regional e das Câmaras Municipais mais e melhor habitação.

A manifestação, que surge na sequência de anterior concentração, integrou pessoas do concelho do Funchal e dos concelhos limítrofes de

Santa Cruz e Câmara de Lobos, muitas delas a viver em casas assustadoramente degradadas, furnas, contentores e apartamentos superlotados. Algumas inscritas no Instituto de Habitação da Madeira há cinco, 10 ou mais anos.

Para os manifestantes, esta foi uma acção de reivindicação mas também de divulgação da situação «chocante» que se vive ao nível da habitação, numa região onde os responsáveis governativos prefe-

rem despendem «autênticas fortunas» do Orçamento Regional no apoio ao futebol profissional, aos grandes clubes desportivos, ao golfe profissional.

A indiferença do Governo Regional e das Câmaras Municipais pelo problema da habitação é tal que ainda não foi sequer equacionado qualquer plano ou programa de emergência para colmatar uma tão grave deficiência. Apenas promessas.

A manifestação, que teve grande impacto, terminou junto à residência do Presidente do Governo Regional, nesse dia a visitar a comunidade madeirense radicada no Canadá. Ficaram as críticas contundentes à insensibilidade e incompetência governativas e a promessa de continuar a luta.

## Região da Bairrada Mau tempo ameaça actividade agrícola

Por iniciativa do Grupo Parlamentar, uma delegação do PCP constituída pelo deputado Rodeia Machado, Artur Ramísio e Hélio Samorinha, da Direcção da Organização Regional de Aveiro, João Sousa e Amílcar Madeira, da Comissão Concelhia de Oliveira do Bairro, e José Paixão, responsável pela organização concelhia de Anadia, teve uma série de reuniões com organizações da lavoura dos concelhos de Anadia e de Oliveira do Bairro, para se inteirar dos prejuízos sofridos em resultado das intempéries deste ano.

A conclusão apurada dos contactos com as Adegas Cooperativas de Vilarinho do Bairro e de Mogofores, a Cooperativa Agrícola dos Lavradores do Concelho de Oliveira do Bairro e a Kiwicoop, foi de que as principais produções da Bairrada - vinho, batata, kiwi e hortícolas - estão irremediavelmente prejudicadas.

Na freguesia de Vilarinho, por exemplo, os prejuízos na produção do vinho - estimados na ordem dos 95 por cento -, leva mesmo a que uma grande parte dos produtores se questione sobre a validade de proceder à vindima, e põem em causa a vida da Adega Cooperativa, neste momento envolvida num processo de reestruturação que implica um investimento da ordem dos 400 mil contos.

Também a Adega Cooperativa de Mogofores aponta idênti-

cos prejuízos na produção do vinho, sendo que as produções de batatas e kiwis irão sofrer graves quebras. Assim, enquanto a CALCOB prevê que este ano a produção da batata será de 30 a 40 por cento da habitual, a Kiwicoop refere que a de kiwis rondará os 30 por cento da do ano anterior.

O PCP, que ouviu queixas generalizadas quanto à falta de sensibilidade do Governo para com estes graves problemas, comprometeu-se, através do seu Grupo Parlamentar, a questionar o Governo sobre estas matérias, designadamente no sentido de considerar a região em situação de calamidade pública.

## Rectificação Língua portuguesa na emigração

No sentido de esclarecer dúvidas que, por deficiente formulação, possam ter sido suscitadas pelo último parágrafo da notícia sobre a mesa-redonda do PCP acerca «da integração do sistema de ensino português dos jovens luso-descendentes que regressam a Portugal», divulgada no «Avante!» da semana passada, passamos a transcrevê-lo na íntegra.

«Face à natural tendência para uma crescente integração das comunidades portuguesas nos países de acolhimento e para uma redução do ritmo de regresso (que a própria evolução do número de jovens ex-emigrantes no ensino básico e secundário, embora continuando a ser muito significativo, revela - de mais de 35 343 no ano lectivo de 94/95 para 25 900 em 96/97), só uma política diferente, com mais audácia e mais firmeza na defesa dos

interesses nacionais e na exigência junto de outros Estados quanto à efectiva integração do ensino da língua portuguesa no ensino oficial desses países como linha prioritária onde o peso das comunidades portuguesas o justifique, com um investimento qualitativo e quantitativamente mais largo e avançado quanto ao ensino e divulgação da língua e da cultura portuguesa lá fora e ao apoio aos que pretendem integrar o nosso sistema educativo, será possível contrariar a lógica da mera assimilação traduzida nas negativas palavras do embaixador norte-americano em favor da valorização duma identidade bicultural, duma identidade bilingue que preserve nas jovens gerações da emigração portuguesa uma relação consistente com Portugal.»

## LISBOA

### Carlos Carvalhas visita CM

O Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, acompanhado pelo Presidente da Câmara, pelo Presidente da Assembleia Municipal e por vereadores, visita hoje a Câmara Municipal de Lisboa e algumas obras na cidade.

Recebido nos Paços do Concelho, Carlos Carvalhas, durante a tarde, começará por visitar as obras do Projecto Integrado do Castelo, de onde segue para as obras do Pavilhão Gimnodesportivo do Casal Ventoso. Segue-se uma deslocação ao prolongamento da Avenida Estados Unidos da América e Parque da Bela Vista e uma visita às obras de habitação para realojamento.

O périplo de Carvalhas na cidade termina com uma visita às obras da ETAR de Beirolas.

## TERCEIRA

### Governo criticado

A nomeação do presidente da Câmara de Angra para presidir aos destinos da Junta Autónoma dos Portos, decidida pelo Secretário Regional da Economia, merece uma crítica severa do Secretariado do PCP da Ilha Terceira.

A justificação para esta «prática condenável» - «motivos históricos, Marina e projecto da área envolvente na baía de Angra» - não convence o PCP que acusa o Governo de ultrapassar «uma decisão descentralizadora, tomada democraticamente pelos responsáveis das instituições directamente ligadas e interessadas na presidência da Junta Autónoma de Portos».

Para os comunistas, esta situação só vem provar a pouca credibilidade do Governo Regional do PS que ultrapassa uma eleição para, de forma «pouco abonatória», colocar os seus «homens de mão» em lugares de destaque.

## FAIAL

### PCP nas zonas sinistradas

O Secretariado da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores e o deputado regional do PCP, visitaram na terça-feira passada as zonas atingidas pelo sismo de 9 de Julho, na Ilha do Faial, tendo-se ainda avistado com os responsáveis da Protecção Civil.

Na parte da tarde, este organismo do PCP reuniu nas instalações do partido na Assembleia Legislativa Regional com os membros da Direcção Regional e do Conselho Regional do PCP residentes nas ilhas atingidas.

Para balanço da visita e dos contactos efectuados, realizou-se ontem, à hora do fecho da nossa edição, uma conferência de imprensa em que participaram o Coordenador Regional do PCP, José Decq Mota, e o deputado regional, Paulo Valadão.

## PORTO

### Fábrica Lionesa

Os trabalhadores da Fábrica Lionesa estão preocupados com a situação da empresa e com o incumprimento por parte da Administração dos compromissos assumidos em 1995 para viabilização da empresa.

Dando voz à preocupação dos trabalhadores - sem salários desde Maio e com vários subsídios de Natal e férias em dívida -, o PCP, através do deputado João Amaral, apresentou na Assembleia da República um requerimento dirigido ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, chamando a atenção particularmente para a gravidade da situação no que respeita ao incumprimento do plano do pagamento à segurança social.

«As soluções que foram encontradas em reunião na Secretaria de Estado da Segurança Social (doação de terrenos e edifício em pagamento à Segurança Social, consequente libertação da hipoteca e libertação de fundos pela verba de outros terrenos) traria hipóteses de solução para a situação da empresa». Assim, o deputado do PCP requer ao Governo que lhe seja informado «quais as medidas que o Ministério vai adoptar tendo em vista a efectivação de um plano de salvação da empresa, com respeito dos direitos dos trabalhadores».

## ALCÁCER DO SAL

### Desemprego aumenta

A Comissão Concelhia de Alcácer do Sal do PCP analisou a situação política e social e as tarefas imediatas do partido.

A elevada abstenção verificada no referendo sobre a despenalização do aborto - por que continuará a lutar -, impõe uma reflexão de todas as forças políticas, concluem os comunistas que, ainda no campo da saúde, alertam para a escassez de infraestruturas, de meios técnicos e humanos que se começam a fazer sentir no concelho.

Quanto à questão do emprego, «confirmando alguns receios» que o PCP havia já manifestado, após a conclusão de obras como a Pousada, a Autoestrada e a ponte sobre o Rio Sado, regista-se um aumento do desemprego no concelho com todas as naturais repercussões negativas para as populações.

## Alentejo

# Faltam financiamentos

O Organismo Inter-Regional do PCP analisou na semana passada os últimos desenvolvimentos relativos à reprogramação do PORA, do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, do Projecto Aldeia e do Plano de Emprego para o Alentejo.

Tendo em conta, designadamente, a reunião de 16 de Julho do Comité Nacional de Acompanhamento do II Quadro Comunitário de Apoio, o OIRA reafirmou a necessidade de reforçar o PORA em mais 25 milhões de contos, como as autarquias vêm reclamando, para a concretização de importantes projectos para a região, até agora travados pela falta de financiamento.

Particularmente grave para os comunistas é a falta de verbas no PORA para a construção dos aterros sanitários de Beja e Évora, ao mesmo tempo que alguns programas sectoriais podem não ter capacidade para gastar as verbas disponíveis. Assim como não aceitam que ministros e secretários de Estado afirmem publicamente que os aterros sanitários são prioridade do Governo e têm de estar concluídos até 2000 e

a CCRA, no seu «Diagnóstico Prospectivo», diga que até esse ano só serão concretizados os Planos para os distritos de Portalegre, o Litoral Alentejano com Aljustrel e Ferreira do Alentejo e a zona que inclui os concelhos de Cuba, Alvito, Vidigueira, Portel e Viana do Alentejo», carecendo a quase totalidade dos concelhos do distrito de Beja e Évora de «recursos financeiros para a implantação dos respectivos Planos Directores».

Quanto ao Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, o OIRA defende a dilatação do prazo de discussão até 15 de Outubro e no que se refere ao Projecto Aldeia, considera «ina-

ceitável» que dele tenham sido marginalizadas as Associações de Desenvolvimento Local e as autarquias.

O PCP está ainda preocupado com o Plano de Emprego do Alentejo, que deixa de fora algumas regiões, e critica o facto de os Sindicatos e as autarquias - os que mais próximos estão da realidade social da região - não terem sido chamados a participar na sua elaboração.

Por fim, o OIRA espera que «com a criação e instituição das regiões administrativas, se ponha cobro a este tipo de funcionamento em que diálogo, participação e parceria não passam de retórica para inglês ver».

## Justiça em debate

«Visões sobre a Justiça - Situação e Projecto», foi o tema a que se subordinou o debate que, no âmbito da iniciativa política «Portugal 2000 - debates para uma política de esquerda», se realizou no passado sábado, no Hotel Continental.

O debate, a que voltaremos em próxima edição, que proporcionou interessantes intervenções sobre a matéria, contando com a participação de Alfredo Gaspar, António Cluny, Gonçalves da Costa, Guilherme da Fonseca, Luís Nunes de Almeida e Luís Sá.



## José Calçada visita região de Entre-Douro e Minho

Em Ponte de Lima, José Calçada assegurou que o PCP vai exigir que o Governo «em colaboração com as organizações representativas dos agricultores e as cooperativas de produção, faça um levantamento rigoroso dos prejuízos e accione o fundo de calamidade com um reforço substancial no Orçamento do Estado».

O ano agrícola em curso, caracterizado por variadas e inesperadas oscilações climáticas, levou à perda de grande parte da produção e, pelo segundo ano consecutivo, a graves quebras nos rendimentos dos agricultores.

O Governo não manifesta, contudo, particular preocupação com a situação, o Seguro Agrícola está longe de cobrir os prejuízos e o Governo recusa-se a accionar o Fundo de Calamidades.

Assim, o Grupo Parlamentar do PCP decidiu a visita de deputados seus às regiões afectadas pelas intempéries para, depois de um contacto directo com os problemas existentes, propor as medidas adequadas.

Decorrente desta decisão, o deputado José Calçada deslocou-se na segunda-feira passada à Região de Entre-Douro e Minho, onde visitou algumas explorações agrícolas, encontrando-se designadamente com a Adega Cooperativa de Barcelos, em Gamil, e com a Adega Cooperativa de Ponte de Lima.

Avaliando em mais de 10 milhões de contos os prejuízos na produção de vinho verde, o deputado comunista disse que os agricultores querem saber rapidamente se vale à pena tratar as vinhas «para que no próximo ano possam ter videiras em condições de produzir». E em relação à quebra de produ-

ção da fruta, informou que ela se calcula entre os 70 e 80 por cento.

Os agricultores esperam, assim, «uma resposta excepcional a um problema excepcional», disse José Calçada, criticando o seguro agrícola, «construído de acordo com a lógica das seguradoras».

## Câmara de Gondomar faz demagogia com idosos

O «Cartão Idade Mais» é uma invenção «à pressa» da Câmara social-democrata para combater o «Cartão 65», diz a Comissão Concelhia de Gondomar do PCP, na conferência de imprensa que realizou, na passada sexta-feira, para fazer o balanço dos primeiros seis meses de mandato dos actuais órgãos autárquicos.

«Sendo certo que nem o original nem a cópia resolvem os problemas reais das pessoas idosas de Gondomar», que mais não são que o «reflexo das reformas e subsídios de sobrevivência, muitos deles de miséria», a verdade é também, diz o PCP, que o cartão do PS ao menos «proporciona alguns rebuçados àqueles que vivem na solidão, com enormes dificuldades económicas».

Motivo de crítica é o facto de o «Cartão Idade Mais» dar apenas acesso a iniciativas e progra-

mas apoiados ou organizados pela Câmara de Gondomar e especificamente dirigidas aos seus titulares.

Na última Assembleia Municipal, os eleitos da CDU tentaram dar algum sentido ao cartão, apresentando propostas designadamente no sentido de os seus portadores poderem beneficiar de isenções e descontos em taxas e serviços camarários. O PSD, porém, rejeitou-as, deixando claro que «não está preocupado com o bem-estar dos gondomarenses mais idosos», preferindo o folclore e a demagogia.

A concelhia de Gondomar do PCP criticou ainda o «caos da rede viária» do concelho e a decisão da Câmara de aplicar a taxa máxima de contribuição autárquica e uma derrama sobre o IRC.

## Acampamento da JCP

Realizou-se nos dias 17, 18 e 19 deste mês o IV Acampamento Distrital da JCP. O acampamento teve lugar no Parque de Campismo Municipal de Avis e contou com a presença de cerca de 60 jovens. O acampamento incluiu diversas actividades, nomeadamente um concorrido debate sobre a regionalização, que contou com a participação do presidente da Assembleia Municipal de Avis. Com muita animação, realizaram-se dois almoços colectivos e, na noite de sábado, um convívio nocturno. O acampamento contou, ainda, com uma vertente desportiva, com um animado jogo de futebol de praia e "actividades aquáticas" na manhã de domingo. No regresso a Lisboa ainda houve tempo para uma paragem no Couço, com convívio e uma visita à exposição "Couço - 40 anos de luta".

## Sessão-debate em Vila Verde

A Comissão Concelhia da CDU de Vila Verde realizou, domingo passado, na Junta de Freguesia de Gomide, uma sessão-debate centrada nos temas: Pobreza; Reformas e Pensões; Rendimento Mínimo. Esta sessão integra-se num conjunto de iniciativas - as *Jornadas Abertas da CDU*, que visam informar e debater com a população alguns dos problemas que mais afectam o concelho. A CDU de Vila Verde pretende alargar a discussão deste tema a outras freguesias do concelho, tendo em vista a necessidade de aplicação de medidas práticas para dar resposta a situações de miséria particularmente chocantes.

## Professores exigem reconhecimento de direitos

Um pequeno grupo de professores, lutando com uma situação de instabilidade e desemprego e perante a total ausência de respostas do Ministério da Educação relativamente ao reconhecimento da formação acrescida que realizaram, por sua iniciativa, no âmbito da formação profissional na Universidade Aberta, deslocaram-se, dia 21, ao ME. Esperam os professores que o Ministério da Educação assuma definitivamente as suas responsabilidades num processo que decorreu durante alguns anos sem que o Ministério da Educação levantasse qualquer problema de ilegalidade ou omissão. A Fenprof apoia esta luta, tendo já apresentado propostas concretas para a resolução deste problema, propostas que até à data também não mereceram qualquer resposta do Ministério.

## Pedofilia na Madeira

A organização belga antipedofilia Morkhoven irá entregar às autoridades da Madeira cópias do material sobre um eventual rede pedófila via Internet. A organização diz ter imagens de crianças filmadas em 1992, na Madeira, das quais 340 fotografias foram entretanto divulgadas pelas autoridades da localidade belga de Dendermonde. Esta descoberta poderá contribuir para impulsionar a investigação sobre as ramificações das redes de pedofilia na Madeira.

## Retrato das regiões

O retrato das regiões portuguesas é tema de uma nova publicação que o serviço de estatística da Comunidade Europeia - Eurostat e o Instituto Nacional de Estatísticas - INE, lançaram segunda-feira, em cerimónia realizada na Expo'98. Na publicação é feita uma caracterização sócioeconómica das regiões portuguesas, identificando os pontos fracos e fortes de cada uma. Ao longo de 118 páginas e de gráficos e mapas, os serviços de estatística dão a conhecer as assimetrias existentes entre as sete regiões que compõem Portugal (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira). A população, o mercado de trabalho, a actividade económica e o meio ambiente foram, entre outros, os principais indicadores que nortearam o Eurostat e o INE neste trabalho estatístico dedicado ao tema das regiões.

## Contaminação de poços

A população da freguesia de Lago, no concelho de Amares, acusa a empresa Alumínios Ibérica de estar a contaminar as águas dos seus poços com os resíduos e efluentes que resultam da sua laboração. A empresa apresentou entretanto análises que comprovariam não ter responsabilidades na contaminação mas o estudo apresentado pela Delegação Regional de Saúde de Braga avança conclusões diversas. Face a esta situação, a população quer que a associação ecologista Quercus intervenha no processo, para que se esclareça a origem da contaminação.

## Nisa'98

A 31 de Julho inicia-se a Feira Regional de Artesanato, Gastronomia e Actividades Económicas - Nisa'98, promovida pela Câmara Municipal de Nisa. Este certame realiza-se anualmente, desde 1987, no início do mês de Agosto, com o objectivo de promover o artesanato local e a gastronomia tradicional da região, e simultaneamente proporcionar aos agentes económicos a oportunidade de divulgarem os seus produtos e actividades. Em paralelo tem lugar um programa de animação que procura corresponder às várias preferências musicais e às expectativas dos públicos de diferentes idades, do rock ao Festival de Folclore, à música popular de raiz tradicional.

# Orla costeira de Matosinhos CDU apresenta propostas

A degradação das praias e da orla costeira do concelho de Matosinhos foi o tema de uma conferência de imprensa promovida pela CDU junto à Lota da praia de Angeiras (Lavra), dia 11 de Julho. Uma iniciativa que vem na sequência do alerta para os problemas de poluição no Porto de Pesca de Matosinhos, e em que uma vez mais se apostou nas questões ambientais.

A apresentação de opiniões e propostas da CDU contou com a participação de Serafim Brás, do CC e responsável da Organização Concelhia do PCP, que desenvolveu as razões desta iniciativa da CDU. Intervieram sobre a temática em causa, Renata Freitas, da Assembleia de Freguesia de Lavra, e José Cavalheiro, membro da Coordenadora Concelhia da CDU, que expôs as propostas da CDU.

"A nossa Freguesia sofre de problemas de vária ordem que começaram já a afectar irremediavelmente sectores de actividade como a pesca e o turismo, com grandes prejuízos para a nossa comunidade", afirmou Renata Freitas ao apresentar os problemas da zona costeira da Lavra.

Renata Freitas referiu-se à falta de estruturas e à "inadmissível falta de limpeza", de que se ressentem o turismo e sublinhou, em particular, as ameaças que pendem sobre a qualidade e

mesmo a abundância de peixe.

"Não existe com certeza uma explicação única para a destruição da nossa riqueza marítima mas sabe-se que os elevados índices de poluição afectam a reprodução e a taxa de sobrevivência da grande maioria das espécies piscícolas" - comentou.

José Cavalheiro afirmou a necessidade de "inverter a lógica de um urbanismo caótico que flutua ao sabor dos interesses e pressões e vem desfigurando de forma irreversível um património precioso que não temos o direito de destruir".

Referindo vários exemplos dessa lógica, José Cavalheiro contrapôs-lhe as propostas concretas da CDU nesta área.

Assim, a CDU convida a Câmara Municipal de Matosinhos para, em Setembro, na Lavra, se fazer representar numa reunião com todos os interessados no litoral de Mato-



Pesca, uma actividade ameaçada

sinhos, onde "muito claramente seja esclarecido":

- Qual o Plano de Ordenamento Costeiro para Matosinhos (POC)?

- Qual a articulação prevista entre o POC e o Plano Director de Matosinhos?

- Qual o Plano de Pormenor para a Zona Costeira do concelho?

A CDU sublinha que "é necessário tornar público os limites para a construção, a sua

volumetria máxima e a definição em pormenor das intervenções na zona de protecção da costa previstas no actual Plano Director".

José Cavalheiro lembrou ainda as propostas apresentadas pela CDU relativamente ao aproveitamento económico do litoral do concelho, que continuam sem resposta. Propostas que passam pela abertura de uma ligação ao porto de pesca e integração das docas no espaço urbano.

## Deputado apresenta contas

O deputado da CDU/Madeira, Edgar Silva, apresentou publicamente, em conferência de imprensa realizada terça-feira no Funchal, as contas relativas aos rendimentos que auferiu como deputado regional, na condição de independente, entre Novembro de 1997 e Junho de 1998. Uma iniciativa que surge na sequência de acusações formuladas pelo PSD, em plenário da Assembleia Regional, segundo as quais Edgar Silva "utiliza e abusa dos dinheiros europeus".

O deputado da CDU confirmou aos jornalistas ter recebido, há alguns anos, cerca

de mil contos de remunerações no âmbito do programa comunitário *Ruama*. Rendimento que foi uma imposição do programa do Fundo Social Europeu no âmbito do projecto *Horizon*, a que o Movimento do Apostolado das Crianças (MAC) se candidatou.

Edgar Silva garantiu, entretanto, que o seu rendimento e o da grande maioria dos elementos do MAC que trabalharam no projecto, foi cedido a esta instituição, depois dos devidos descontos à Segurança Social.

No que respeita aos rendimentos auferidos enquanto deputado regional independente, Edgar Silva apresentou documentos comprovativos de que o seu salário foi equivalente ao salário mínimo nacional, sendo o restante vencimento destinado a iniciativas de solidariedade e iniciativas parlamentares.

Actualmente, no quadro da CDU, o deputado continua a receber o respectivo salário mínimo mensal, sendo o restante rendimento pago pela Assembleia entregue à CDU.

## Alviela

# Um rio de promessas adiadas

A deputada do Partido Ecologista "Os Verdes", Carmen Francisco, entregou ao Presidente da Assembleia da República um requerimento no sentido de obter do Governo, através do Ministério do Ambiente, respostas sobre a despoluição do Alviela.

Em 1996, as obras de limpeza no Mouchão Parque foram incompreensivelmente paradas e desde então o seu reinício tem vindo a ser sucessivamente adiado, pelo que "o Alviela continua a ser um rio de promessas adiadas".

"Os Verdes" responsabilizam o Governo, por ter passado mais um verão sem que a população ribeirinha, e em particular a população ribeirinha, possa usufruir do seu rio e sublinham que "só se poderá dar por concluído o plano de despoluição do rio quando a limpeza do leito e das suas margens for concretizada da nascente à foz".

O partido ecologista exige que as obras de limpeza sejam reiniciadas "com a maior urgência e com os devidos cuidados, tendo em conta a preservação da flora ribeirinha e a protecção

das margens contra a erosão". No quadro das iniciativas parlamentares de "Os Verdes", a deputada Carmem Francisca entregou um outro requerimento, dirigido ao ministro da Educação, no sentido de exigir em véspera da Cimeira a realização de diversas obras na Escola Básica Integrada Fernando Casimiro Pereira da Silva. Obras urgentes face à insegurança das instalações da escola.

A deputada lembra que as obras já foram prometidas há mais de um ano e que devem ser realizadas agora, durante o período de férias, "a fim de não colocarem em causa a segurança dos alunos nem incomodar a normalidade da vida escolar".

Em véspera da reunião dos 15 países europeus membros da Convenção da OSPAR para a Protecção do Ambiente Marinho do Atlântico Nordeste, a decorrer agora em Sintra, "Os Verdes" tiveram um encontro com uma delegação da Greenpeace, para trocar opiniões sobre as matérias em debate nessa reunião.

## TRABALHADORES

# Grundig e OEM criaram «máquina de despedir»

Os representantes dos trabalhadores denunciam os objectivos últimos da aparente divergência de posições entre as duas empresas, que só concordam quando ambas admitem que o pessoal está vinculado à OEM.

Depois de uma ronda de reuniões, em que participaram representantes da Grundig, da OEM e do Ministério do Traba-

lho, as ORTs do Complexo Grundig/Blaupunkt emitiram um comunicado em que afirmam que «as duas empresas pretendem sustentar a aparência de divergência de opiniões e de uma situação contenciosa, cada uma acusando a outra de falta de

cumprimento dos pagamentos a que ambas estão obrigadas, por via do acordo que celebraram».

Ambas as empresas concordam que só a OEM tem obrigações para com o seu pessoal.

Perante estes factos, as organizações representativas dos traba-

lhadores «não excluem a hipótese de todo este problema fazer parte de uma manobra subtil e cheia de artifícios jurídicos orquestrada pela Grundig, com a participação da OEM, para, no final de 1998, a Grundig retirar as produções de áudio hi-fi à OEM, levando esta a invocar a caducidade dos contratos de trabalho».

A concretizar-se este cenário, os trabalhadores nem teriam direito, sequer, à indemnização normal num processo regular de despedimento colectivo, o que leva as ORTs a concluir que «em todo este processo, a OEM poderá estar a assumir o papel de uma subtil máquina de despedir, ao serviço da multinacional alemã Grundig».

Depois de exigirem a intervenção do poder político «ao mais alto nível», os representantes dos trabalhadores conseguiram uma reunião com o ministro da Economia, na passada sexta-feira, informou a União dos Sindicatos de Braga.



## Concurso para a Rocha é negócio para o Mello

A Comissão de Trabalhadores da Lisnave foi surpreendida com o aparecimento de um anúncio de concurso público da Administração do Porto de Lisboa para concessão da exploração do estaleiro da Rocha do Conde de Óbidos a partir de 1 de Janeiro de 1999.

A surpresa, como se afirma na nota de imprensa distribuída segunda-feira pela CT, é agravada por, ainda no dia 13 - quando visitaram as instalações da Lisnave na Mitrena - o primeiro-ministro, o ministro da Economia e o secretário de Estado adjunto terem referido aos representantes dos trabalhadores que o futuro do estaleiro de Lisboa continuava em estudo e deveria ser encarado sem alarmismos. Mas a resposta de Guterres confirmou os motivos de preocupação dos trabalhadores, pois «levantou a ponta do véu» em relação ao triângulo estratégico que interessa ao grupo de José de Mello e que, além da Lisnave, incluirá o Arsenal do Alfeite e os Estaleiros Navais de Viana do Castelo - unidades que o Governo admite querer privatizar.

No início de Junho, a CT expressou a Vítor Ramalho a sua preocupação pelo «manifesto desinteresse» da administração da Lisnave relativamente à Rocha, face às divergências existentes com a APL. O secretário de Estado afirmou desconhecer o problema, agradeceu a informação e até disse que iria apurar mais elementos.

Agora, anunciado o concurso público, a CT voltou a dirigir-se a Vítor Ramalho, pedindo-lhe que explique «como é possível esta situação, depois de um processo de reestruturação em que o estaleiro da Rocha nunca esteve em causa e em que foram aplicados importantes recursos financeiros provenientes de dinheiros públicos». «Fica-nos cada vez mais a sensação de que existem negócios para servir interesses que não são os dos trabalhadores», afirma a CT em comunicado.



Os trabalhadores recusam o despedimento colectivo encapotado (foto da manifestação de dia 8, em Braga)

## Segurança Social «desregionaliza»... em Braga

A decisão de transferir para o Porto a base de dados do Serviço Sub-regional de Braga da Segurança Social «tem, à partida, consequências muito negativas para os beneficiários do distrito de Braga e também para os funcionários do CRSS».

A União dos Sindicatos de Braga, numa nota de imprensa emitida segunda-feira, considera aquela deliberação do Centro Regional de Segurança Social do Norte como uma «vacina» do Governo

contra a regionalização e descentralização dos serviços», que colocaria estes mais perto dos beneficiários.

A centralização decidida em 14 de Maio, pelo contrário, exigirá deslocações ao Porto «caso os terminais de Braga não funcionem», protesta a USB/CGTP, notando que, para já, medidas semelhantes não se verificaram em nenhum outro serviço sub-regional.

## Privatizações geram desemprego

A CGTP entende que «não é eticamente sério nem politicamente correcto criar expectativas sobre a resolução dos problemas do emprego e do desemprego em torno do Plano de Emprego, quando se prossegue uma política em muitas vertentes geradora de desemprego».

Num documento que divulgou sexta-feira aos jornalistas, a central refere que continua a destruição da actividade produtiva em diversos sectores, muitas vezes em favor da especulação imobiliária e financeira. É neste âmbito que se situa frequentemente a política privatizadora, «com efeitos ruinosos para o nível e qualidade de emprego» e que é «negativa para a economia, para a soberania e para a democracia, na medida em que subverte a subordinação do poder económico ao poder político».

O emprego cria-se - reafirma a central, lembrando um relatório de 1995 das Nações Unidas - com o aumento dos salários, para gerar a procura interna, e com o investimento público. «Ora, isto pressupunha parar as privatizações e a política de contenção salarial».

Tal não sucedeu e, em Junho do ano passado, quando a Inter realizou uma tribuna pública para denunciar «o quadro negro das privatizações», os efeitos do processo privatizador já tinham expressão visível em números: o desemprego gerado pelas privatizações atingia 6 mil pessoas, na Banca e seguros, e 70 mil nas empresas industriais e de transportes.

### Tribunal de Contas não surpreende

«A recente conclusão do Tribunal de Contas, relativamente ao uso dos dinheiros das privatizações, não constitui para a CGTP-IN qualquer surpresa», afirma-se no documento, «antes significa a confirmação da denúncia que há muito» a central vem fazendo.

Novamente reportando a 1995, a Intersindical Nacional cita um relatório da OCDE em que se verificava que «a venda de património fornece ao Governo receitas que não poderão ser recuperadas, servindo apenas para dar a imagem de que a situação orçamental melhorou».

A CGTP acrescenta que, «agora, quando o escândalo do processo Lisnave começa a ser mais visível, fica mais claro que os dinheiros públicos foram usados, não para criar empregos, mas para livrar o Governo dos custos políticos dos despedimentos e, neste caso, os Mellos dos custos financeiros dos mesmos (paga-os a «empresa» pública criada para o efeito e a Segurança Social.» Quanto aos trabalhadores despedidos, «passam a ser apresentados

como «beneficiários» quando são lançados pela borda fora da actividade produtiva».

### Outro rumo

A redução do desemprego e a criação de novos postos de trabalho, reafirma a CGTP, «exigem a adopção de políticas económicas que promovam o investimento e o crescimento económico».

São recordadas outras posições da central sobre esta matéria, assumidas já depois das eleições legislativas de 1995, nomeadamente prevenindo para que «a venda ao desbarato do

melhor património público empresarial comprometia o futuro, por deixar o Estado sem alavancas fundamentais para dinamizar a actividade económica»; para que o aumento do poder do capital privado implicaria que as empresas passassem de contribuintes a beneficiárias dos dinheiros públicos; e que a alienação de património procurando dinheiro de caixa acabaria por provocar cortes nas despesas sociais. «É este perigo que se corre hoje. É isto que é preciso denunciar e combater» - conclui a CGTP.



Trabalhadores contra a política de desemprego

## TRABALHADORES

Lionesa  
volta à greve

A falta de pagamento dos salários de Junho e o não cumprimento do plano de pagamento das dívidas aos trabalhadores, no quadro do plano de recuperação da empresa, levaram o pessoal da Fábrica de Tecidos Lionesa, de Leça do Balio, a decidirem entrar em greve segunda-feira passada. A decisão, refere o Sindicato dos Têxteis do Porto e Aveiro, foi tomada em plenário, depois de uma reunião inconclusiva com a administração. O sindicato afirma que os trabalhadores defendem a aceitação das propostas da Segurança Social (credora de mais de 900 mil contos): dação do imóvel onde funciona a fábrica, o que permitirá alienar parte dos terrenos por 250 mil contos, para cumprimento posterior de obrigações para com credores, pagamento aos trabalhadores e relançamento da actividade produtiva. Mas a administração não aceita estas propostas e põe em risco os 220 postos de trabalho da Lionesa, acusa o sindicato.

Atlantis  
toma Ivima

Não vai haver despedimentos na Ivima, comprada sexta-feira para Atlantis e que retomou normalmente a laboração na segunda-feira. A garantia foi dada pela cristaleira ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, que anteontem considerou como «o acordo possível para os trabalhadores» aquele que foi estabelecido entre a Atlantis e os credores da Ivima. A Agência Lusa, citando Durval Gaspar, dirigente do STIV, refere que foi assegurada a manutenção dos postos de trabalho, «à excepção de um número entre 50 e 80 operários, com os quais vai ser negociada, por mútuo acordo, a rescisão do respectivo contrato».

Campo  
Grande

Para o novo edifício municipal de Lisboa não deveriam efectuar-se mais transferências de trabalhadores, defendeu o STML/CGTP, depois de ter conhecimento de afirmações feitas à imprensa por técnicos de Saúde Pública que efectuaram uma vistoria às instalações. O sindicato, que acompanhou a vistoria, entende que, face às dúvidas agora levantadas, a suspensão das transferências era uma medida que se impunha mas que, apesar do pedido formal feito ao presidente da CML, não se concretizou, o que levou o STML a convocar um plenário de trabalhadores na DMPGU, na Avenida Alexandre Herculano, de onde está prevista a mudança de um grande número de pessoas, a curto prazo, para o Campo Grande.

Plenário nacional ontem em Lisboa  
Revisão enviesada das leis laborais  
tem forte oposição da CGTP-IN

Éra esperada a participação de mais de um milhar de activistas sindicais no plenário nacional convocado para o Parque Eduardo VII e que depois iria levar uma resolução ao ministro do Trabalho.

Com esta acção, a CGTP-IN pretendeu prevenir o Governo acerca da forte contestação que está a gerar a tentativa de dar por discutido, em período de férias em muitas empresas, um conjunto de diplomas que virão alterar importantes aspectos da legislação laboral, com prejuízo para os trabalhadores e satisfazendo exigências patronais.

Num levantamento divulgado sexta-feira, a CGTP contabiliza 34 propostas e projectos de diplomas sobre matérias laborais já publicados, a aguardar publicação ou em apreciação para apresentação formal.

Os projectos publicados a 30 de Junho, em separata do Boletim do Trabalho e do Emprego, são «rejeitados liminarmente» pela CGTP e pelas estruturas de trabalhadores que estão a emitir pareceres no prazo legal de 30 dias, nos quais defendem que são tocadas matérias da reserva legislativa da Assembleia da República. O timing definido para a discussão pública deixa de parte muitos trabalhadores que já se encontram de férias. A generalidade dos projectos, por outro lado, visa afectar direitos dos trabalhadores e, no caso da alteração do conceito de retri-



A CGTP alerta os trabalhadores para a necessidade de lutar em defesa dos direitos ameaçados (foto de arquivo)

buição, implica efeitos directos na redução de prestações salariais.

Os restantes projectos referem-se a matérias como o trabalho a tempo parcial, o sistema de sanções laborais, o regime de lay-off (suspensão ou redução da prestação do trabalho), a Segurança Social (proposta de Lei de Bases), os acidentes de trabalho, o regime dos trabalhadores independentes, a contratação a termo, a participação de associações patronais na elaboração de legislação laboral, a lei sindical (duração de mandatos), o fundo de garantia salarial, o trabalho nocturno, as férias e o trabalho temporário.

## Mobilização

A União dos Sindicatos de Setúbal, numa nota de imprensa que distribuiu segunda-feira,

informou que os quadros e activistas do distrito estavam a mobilizar-se «para uma grande participação» no plenário de ontem, de modo a «dar uma resposta pública ao processo enviesado com que o Governo está a pretender levar por diante a revisão da legislação laboral».

A União dos Sindicatos de Santarém tem promovido a distribuição de um folheto em que denuncia o objectivo governamental de «sacar aos trabalhadores e dar aos patrões».

Anteontem, a União dos Sindicatos de Braga adiantou que iriam deslocar-se a Lisboa «várias dezenas» de dirigentes e delegados sindicais e membros de CTs do distrito. Na segunda-feira, informava-se no mesmo comunicado, a USB foi recebida pelas direcções distritais do PCP e do PS.

Dos comunistas, a delegação sindical «obteve a garantia de tudo fazer para impedir que as propostas do Governo sejam lei». No PS, os sindicalistas apresentaram «as preocupações por esta iniciativa do Governo, deixando claro que, ao longo dos anos, após o 25 de Abril, foram sempre os governos do PS a legislar contra os trabalhadores». «Esperamos que a Federação Distrital do PS contribua para que o Governo recue nesta matéria e respeite os direitos de quem trabalha», conclui a nota de imprensa da USB/CGTP.

## — Pela calada... —

«O Governo e o PS sabem que as alterações propostas, no essencial, têm o desacordo das organizações representativas dos trabalhadores» e «respondem a um estranho pacto negocial com as associações patronais», acusou Lino de Carvalho. Ao intervir, na semana passada, na Comissão Permanente da AR, o deputado comunista acusou o Governo de, por tal motivo, procurar «esconder a gravidade» das modificações legislativas que está a desencadear. Lino de Carvalho acusou o Governo de tentar «furtar-se à discussão» no Parlamento de matérias que constituem reserva legislativa da AR e de querer «contrabandear, em tempo de férias, a discussão pública». «Já, pelo menos, em 1991, o então Governo de Cavaco Silva procurou fazer o mesmo e, na altura, o PS, e bem, juntou o seu protesto ao protesto do PCP e dos trabalhadores», lembrou.

Situação inexplicável e considerada como «um escândalo» pela União dos Sindicatos de Évora verificou-se na delegação do IDICT na capital deste distrito: contactada por vários sindicatos, que solicitavam acesso à separata do Boletim do Trabalho e Emprego com os textos dos primeiros projectos para discussão pública, a delegação respondeu que tal edição não existia ali e deveria ser solicitada a Lisboa.

Sindicatos do Alentejo  
querem respostas de Guterres

Foi confirmada para amanhã de manhã a audiência solicitada pelo Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP ao primeiro-ministro, quando da sua visita à região. A estrutura que reúne as uniões de sindicatos de Beja, Évora e Portalegre anunciou que os seus representantes vão ao Palácio de São Bento «colocar os problemas com que se debate a região, reafirmar as propostas do movimento sindical e procurar saber quais as respostas do Governo para os problemas com que nos confrontamos».

Atentos ao resultado da reunião vão estar, designadamente, os mineiros de Aljustrel, que há uma semana vieram a Lisboa para cantar à porta da residência oficial de António Guterres o protesto dos trabalhadores e da população aljustrelense contra o encerramento das Pirites Alentejanas.

Salientando que o concelho depende em muito da actividade da mina, a concentração, que juntou cerca de 400 pessoas,

denunciou o facto de continuarem por concretizar as prometidas alternativas, tal como continuam congelados os salários e a laboração parada há seis anos.

«Que espera, senhor primeiro-ministro, para pôr a mina a produzir?» - esta é uma pergunta dos mineiros a que Guterres deve resposta.

Sazonais em Espanha  
com apoio sindical

Os cerca de 4 mil portugueses que trabalham durante o verão na colheita de tomate na Estremadura espanhola, nas zonas de Badajoz e Cáceres, dispõem este ano de melhores condições, segundo disse à Agência Lusa o coordenador da União dos Sindicatos de Portalegre.

Este dirigente da CGTP-IN preside ao Conselho Sindical Inter-regional Alentejo-Estremadura, órgão intermédio da Confederação Europeia de Sindicatos, que integra representantes das estruturas regionais da CGTP, das Comisiones Obreras e das UGT espanhola e portuguesa. O CSI realizou

sexta-feira, em Évora, a sua assembleia geral, no final da qual foi anunciado o apoio sindical aos trabalhadores sazonais. Tal como em 1997, serão criados dois acampamentos, mas agora com melhores condições, num esforço que envolve, para além dos sindicatos, a Segurança Social e o Governo portugueses.

Na reunião de dia 17 estiveram também em debate as consequências da introdução da moeda única, tema que ocupará um seminário com a participação de todos os conselhos sindicais inter-regionais, de Norte a Sul, na zona fronteiriça.

Da criancice  
ao inferno

Os serviços gerais da Saúde, cujos trabalhadores estiveram em greve, com elevados índices de adesão, nos dias 25 e 26 de Junho, poderão sofrer os efeitos de novas formas de luta, alertou sexta-feira a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. Na véspera, a FNSFP/CGTP esteve na reunião que o Ministério da Saúde agendou após aqueles dois dias de greve, mas, contrariando as expectativas sindicais, o Governo recusou a solução que em Dezembro de 1996 tinha merecido consenso nas negociações com a federação e apresentou uma ideia (não formalizada em proposta) que é «completamente inaceitável para os trabalhadores». Classificando a posição do Governo como uma provocação, a FNSFP acusa-o de ser «o único responsável pelos graves prejuízos que irão ser causados aos utentes», pois «não honra os compromissos assumidos» e «tem comportamentos que se parecem excessivamente com uma brincadeira de crianças». «Quem dá e tira, ao inferno vai parar», avisa a federação, vendo-se «no meio de tão apregoadas preocupações sociais e de tantas atitudes piadas do senhor primeiro-ministro».

«Só Tempo»  
sem pagar

Reclamando o pagamento de salários em atraso, os trabalhadores da «Só Tempo/GRS» decidiram concentrar-se anteontem junto às instalações deste grupo do sector de relojoaria, no Porto. Um comunicado do CESNorte/CGTP, citado pela Lusa, refere que o salário de Junho não foi pago a mais de duas centenas de trabalhadores, dispensados pela empresa de comparecerem ao serviço. Também não foram pagas as indemnizações a que tinham direito os trabalhadores dispensados que tinham contratos a termo. O sindicato denuncia um processo de desactivação funcional e de descapitalização intencional, sem garantia dos direitos dos trabalhadores.

ANA  
Madeira

Um pré-aviso de greve, apresentado pelo Sitava/CGTP para dias 30 e 31, levou o Governo Regional da Madeira a convocar para ontem uma reunião de conciliação, tendo por objecto a situação dos trabalhadores do Departamento de Socorro dos aeroportos do Funchal e Porto Santo, que exigem paridade de tratamento com o pessoal que desempenha iguais tarefas nos aeroportos do continente.

## Tréguas no Sudão

O Exército de Libertação Popular do Sudão (ELPS) anunciou no passado dia 15 a sua decisão de cumprir um cessar-fogo de três meses na província de Bahr Al Ghazal, no Sul do país, de forma a permitir às organizações humanitárias o abastecimento de ajuda a mais de dois milhões de pessoas que sofrem de fome na zona. Um dia depois, o governo sudanês fez saber, por seu turno, que manterá um cessar-fogo de um mês, com o mesmo objectivo. A região é a mais afectada pela guerra civil que desde 1983 opõe o regime de Cartum, de tendência integrista islâmica, ao ELPS, um grupo composto maioritariamente por cristãos e animistas. Estas tomadas de posição resultam das pressões de diversas organizações humanitárias, que temem uma verdadeira catástrofe caso não seja possível acudir aos refugiados vítimas da guerra. Desde o início do conflito, mais de milhão e meio de pessoas já morreu por causa da guerra e da fome. O ELPS luta contra o governo para conseguir uma zona autónoma, com um amplo autogoverno e não submetida à lei islâmica ou «sharia» no Sul do país.

## Samper financiado por cartéis de droga

O presidente da Colômbia reconheceu, na segunda-feira, que a sua campanha eleitoral de 1994 foi financiada pelos cartéis de droga e admitiu pela primeira vez que tinha conhecimento desse facto. «Durante muitos anos fomos tolerantes com a intromissão destes dinheiros na nossa sociedade, na economia, na política. Como se sabe, fui vítima desta invasão na campanha que me levou à Presidência da República», afirmou Ernesto Samper, que será substituído em Agosto por Andrés Pastrana. Samper falava durante a primeira sessão do novo Congresso para os deputados eleitos em Março.

# Um tribunal à medida dos EUA

O Tribunal Penal Internacional (TPI), cuja criação se ultimou em Roma no passado sábado, parece estar desde já condenado a não passar de um mero instrumento ao serviço dos interesses imperiais dos Estados Unidos.

Esta a conclusão que se pode tirar das declarações do porta-voz do Departamento de Estado, James Rubin, segundo o qual os EUA se reservam «o direito de se opor fortemente» ao TPI caso não se proceda às «correções» tidas por necessárias por Washington para a sua assinatura.

Destinado a julgar genocídios, crimes contra a Humanidade, crimes de guerra e de agressão, o TPI contém cláusulas que os EUA contestam. Por exemplo, no respeitante à comparação política dos colonatos israelitas a crime de guerra, ou ainda a noção de agressão.

Não é difícil perceber o que quer dizer James Rubin quando afirma que «devemos convencer aqueles que conceberam (este estatuto) a fazer as correções necessárias para nos permitir fazer parte dele (...) senão, reservamo-nos o direito de nos opor fortemente» a esta competência.

Na óptica norte-americana, uma agressão só é uma agressão quando feita fora da esfera de influência e/ou dos interesses da Casa Branca. Por isso é que Israel, que tem cometido os mais terríveis crimes contra os palestinianos, incluindo roubando-lhes pela força das armas

a terra em que implanta os seus colonatos, desrespeitando e fazendo tábua rasa de todas as resoluções da ONU sobre a questão, continua impunemente a boicotar todas as iniciativas de paz no Médio Oriente.

Israel, naturalmente, votou contra o estatuto dado pelo TPI aos «seus» colonatos. Mais não seria necessário para Washington vir a público com a chantagem do costume: «É difícil imaginar que os Estados Unidos possam apoiar política e financeiramente este tribunal», declarou o porta-voz do Departamento de Estado.

Os EUA têm no entanto outros motivos para se distanciarem deste novo tribunal.

«Será sobretudo o caso», segundo Rubin, se o tribunal ameaçar os «interesses nacionais» dos Estados Unidos ao

«interferir com a sua capacidade» de conduzir operações militares no estrangeiro, por exemplo, «julgando soldados norte-americanos que participam em missões de manutenção de paz».

Ou seja, o Tribunal só terá alguma serventia para o «muito democrático» regime norte-americano se servir para julgar quem Washington determinar, tal como os crimes só serão crimes se o 'tio Sam' assim o entender. E claro, sem nunca, mas nunca, ir contra «os interesses nacionais» dos EUA, que como se sabe não têm fronteiras.

Rubin não se esqueceu de ir avisando que, privado do apoio dos Estados Unidos, o novo Tribunal «está enfraquecido». Dado o recado, resta ao TPI «corrigir-se» ou... o quê?

## Projecto polémico

Criado no âmbito da ONU e fruto de debate em que participaram representantes de 160 países, o TPI tem desde logo a particularidade de não fazer qualquer referência a armas nucleares, o que não é estranho ao peso das potências nucleares.

Em termos gerais, o projecto final de estatuto do TPI permanente, que terá a sua sede em Haia e «será complementar das jurisdições penais nacionais», tem por objectivo «levar à justiça as pessoas que tenham cometido graves crimes de alcance internacional».

Os 160 países reunidos em Roma destacaram nomeadamente quatro crimes: crime de genocídio; crimes contra a humanidade; crimes de guerra; crimes de agressão.

De acordo com a Carta da ONU, competirá ao Conselho de Segurança declarar o que é um crime de agressão. Um Estado que adoptar o estatuto aceitará também a jurisdição do Tribunal sobre estes quatro tipos de crimes.

O projecto de estatuto inclui igualmente, pela primeira vez, no âmbito dos crimes de guerra, actos criminais cometidos durante conflitos armados que não tenham um carácter internacional, de que se exclui «problemas e tensões internas, tais como motins, actos de violência isolados e esporádicos e outros actos de natureza simples».

Está previsto que um Estado, signatário do estatuto do TPI, poderá, durante os primeiros sete anos, «declarar que não aceita a jurisdição do Tribunal» no respeitante aos «crimes de guerra».

O Tribunal actuará apenas se um Estado não quiser ou não puder proceder com o julgamento, sendo os casos entregues ou propostos ao Tribunal por Estados, o promotor público ou Conselho de Segurança da ONU.

A pena máxima será a de prisão perpétua. O Tribunal terá 18 juizes, eleitos para um prazo de nove anos, sem nunca serem dois juizes de um mesmo país, e contará com uma repartição de promotor público, repartição de pré-julgamento judicial, repartição de julgamento e repartição de recursos. Os idiomas de trabalho do Tribunal serão o inglês e o francês. O Tribunal terá direito de passar mandatos de captura e convocatórias, mas não poderá julgar pessoas que tenham cometido crimes antes de completarem 18 anos.

## Grã-Bretanha

# Novas denúncias de trabalho infantil

Um recente estudo encomendado pelo Ministério da Saúde da Grã-Bretanha revela que o número de casos de trabalho infantil no país não diminuiu nos últimos anos, acrescentando que um dos factores para a sua propagação é o facto de a legislação sobre o tema ser muito antiga. As leis referentes ao trabalho de crianças datam do início do século e ainda não foi aplicada a directiva europeia que limita a 12 horas o tempo máximo semanal. O estudo, elaborado por

nove organizações de ajuda à infância, calcula que dois milhões de crianças têm empregos ocasionais e que a sua maioria é claramente explorada. Quatro em cada 10 crianças com idades compreendidas entre os 11 e os 16 anos trabalham. O mesmo acontece com duas em cada três na faixa etária dos 15-16 anos.

Não possuindo a licença das autoridades locais oficialmente requerida e trabalhando fora do período autorizado (das 7 às 19 horas), estas crianças rece-

bem salários baixos, especialmente as raparigas. Um terço ganha em média 360 escudos por hora.

Muitas crianças iniciam as suas funções logo nas primeiras horas do dia na entrega de jornais e de leite, enquanto os adolescentes servem sobretudo à noite nos pubs.

Os empregos destas crianças contribuem de forma significativa para os rendimentos das famílias pobres (cerca de seis por cento). «Não é um dinheiro para gastos que elas afe-

rem, mas uma parte dos fundos necessários à sua sobrevivência», lê-se no estudo, citado pela Lusa. No entanto, encontra-se também nestas condições um grande número de filhos de famílias com mais recursos.

Sendo um dos países da União Europeia onde se encontram mais casos de trabalho infantil, a Grã-Bretanha espera que o governo cumpra as suas promessas e apresente a proposta de revisão das actuais leis no início do próximo ano como prometeu.

## Delegação do PCP na China

Uma delegação do Partido Comunista Português deslocou-se na passada semana à República Popular da China a convite do Partido Comunista da China.

A delegação dirigida por Luísa Araújo, membro da Com. Política e do Secretariado do Comité Central, incluía os camaradas Carlos Humberto, membro da Comissão Central de Controlo, Arman-

do Morais e Fernando Carmosino, membros do Comité Central, e Jorge Figueiredo, membro da Comissão dos Assuntos Económicos. A delegação do PCP teve conversações com Ding Guangen, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PC da China, num encontro em que as duas delegações deram informação sobre a situação política, económica e social nos respectivos países e a

actividade de ambos os partidos. A delegação do PCP encontrou-se, também, com o ministro e o vice-ministro do Departamento Internacional do Comité Central do PCC, Dai Bingguo e Lin Jingqin, com o vice-presidente da Federação Nacional dos Sindicatos da China, Li Qisheng, e com responsáveis do Partido na Cidade de Xangai e na Província de Guizhou, que foi visitada pela delegação.

Foi dada a oportunidade à delegação do PCP de contactar com a realidade do desenvolvimento económico e social na República Popular da China e com aspectos da história e da cultura chinesas.



A delegação portuguesa durante a visita ao Museu do Exército Vermelho, na cidade de Zunyi

## Coreia do Sul Trabalhadores em greve e sindicalistas perseguidos

As autoridades sul-coreanas emitiram mandatos de captura contra os dirigentes sindicais que despoletaram as greves da semana passada, que durante três dias mergulharam o país num gigantesco protesto contra os despedimentos em massa.

A polícia emitiu 55 mandatos de captura contra os dirigentes sindicais do movimento grevista, cujo objectivo é denunciar as medidas governamentais para fazer face à crise económica sul-coreana. Segundo os representantes dos trabalhadores, as medidas sacrificam apenas os operários, quando existe um acordo no sentido de repartir as medidas de austeridade.

Os dirigentes sindicais refugiaram-se na catedral de Myongdong, bairro comercial do centro de Seul e local tradicional de manifestações contra o governo. A catedral foi cercada por milhares de polícias antitímio.

As greves começaram nas empresas do sector automóvel

Hyundai e Daewoo Motors, e nos estaleiros navais da Daewoo Heavy Industries, estendendo-se depois às empresas públicas, para denunciar um programa de reestruturação prevendo despedimentos em massa, aprovado pelo FMI em troca de uma ajuda de 57 mil milhões de dólares.

A Confederação dos Sindicatos Coreanos, KCTU, denunciou entretanto a recusa do governo em encetar discussões com os representantes dos trabalhadores das empresas públicas ou privadas cuja reestruturação é exigida pelo FMI, apesar de ter prometido que o Conselho tripartido (formado pelas autoridades, sindicatos e patronato) seria um verdadeiro



Milhares de trabalhadores sul-coreanos em greve contra as reformas do FMI

fórum para a discussão dos problemas da reforma económica. A verdade é que o governo sul-coreano avançou com as reestruturações - entre as quais se conta a decisão de vender a Korea Telecom e o encerramento de cinco bancos, lançamento do desemprego 10.000 trabalhadores -, sem consultar os sindicatos envolvidos.

Os sindicatos, favoráveis ao desmantelamento dos grandes

conglomerados no âmbito de uma reforma económica que permita um melhor aproveitamento dos recursos financeiros e uma maior transparência das actividades económicas, exigem o respeito pelos direitos sociais e sindicais e a manutenção dos postos de trabalho, bem como a aprovação de leis sociais de protecção aos desempregados e a implementação de programas nacionais

de formação para trabalhadores.

Bem diferente é a receita do FMI, que exige em troca da sua 'ajuda' a liquidação de mais de cinquenta grupos industriais e o total desmantelamento da legislação respeitante ao direito ao trabalho, impondo ao mesmo tempo um plano de austeridade orçamental com cortes drásticos nas despesas sociais.

## Nigéria Promessa de eleições para 1999

Duas semanas após o desaparecimento do líder da oposição Moshood Abiola e da contestação popular da versão oficial da sua morte, o presidente da Nigéria anunciou na segunda-feira a realização de eleições presidenciais livres no próximo ano, no quadro de um conjunto de iniciativas destinadas à democratização do país.

Tendo subido ao poder há seis semanas, depois da morte do ditador Sani Abacha - que liderou um golpe de Estado em 1993 -, o general Abdulsalam Abubakar declarou que o escrutínio terá lugar no primeiro tri-

mestre de 1999 e que o novo presidente prestará juramento a 29 de Maio.

«Os nigerianos querem nada menos do que a democracia verdadeira num país em paz e unido», afirmou.

Considerando nulos os resultados de todas as eleições realizadas sob o regime de Abacha, Abubakar dissolveu a actual comissão eleitoral (considerada um órgão manipulado pelo Estado) e anunciou a criação de outra comissão «munida de uma nova legislação e dos fundos necessários para eleições eficazes, independentes e livres».

Os funcionários locais e regionais eleitos depois de 1993 serão demitidos e todas as acusações contra presos políticos serão retiradas. Abubakar acrescentou ainda que o sistema judicial se tornará independente.

Em relação ao Governo que irá substituir o executivo que demitiu no passado dia 8, o actual presidente não referiu nomes nem datas, prometendo apenas que os seus membros representarão toda a sociedade.

A possibilidade de formação de um Governo de unidade nacional foi posta de lado. Nas

palavras de Abubakar, o regime não «substituirá uma instituição não democrática por outra». «Esta administração não tem desejo algum de suceder a si mesma e está firmemente empenhada em passar o poder a um governo democraticamente eleito», afirmou, citado pela agência Lusa. Acrescente-se que a Nigéria sofreu dez golpes de Estado desde 1960 e viveu 27 anos sob regime militar.

### Reacções

O Comité de Acção Unida da Nigéria, um grupo de oposição com base no sul do país, condenou a decisão de Abubakar de se manter no poder até Maio do próximo ano e defendeu que o presidente não disse nada de novo relativamente aos seus antecessores militares, reafirmando o seu compromisso de continuar a lutar contra o país.

Por seu lado, a Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos diz esperar que as promessas do presidente «se tornem realidades rapidamente», nomeadamente no que diz respeito à libertação dos presos políticos e ao respeito pelos direitos humanos.

Mary Robinson considerou que os últimos episódios da história da Nigéria permitem romper com o passado e iniciar

uma nova era com base na formação de um executivo civil e democrático.

Para a representante da ONU, as autoridades nigerianas têm agora a oportunidade de impulsionar um processo de transição baseado numa ampla consulta e no pleno respeito pelos direitos e liberdades fundamentais.

O secretário-geral da Commonwealth - de que a Nigéria faz parte - saudou o anúncio do presidente nigeriano e afirmou tratar-se de «uma nova prova do compromisso de Abubakar com a reconciliação nacional e com um processo credível para a democracia».

O departamento de Estado dos EUA declarou que «à primeira vista, é um passo positivo para uma credível transição para a democracia que a comunidade internacional vem reclamando».

Entretanto, o ministro da Cooperação francês, Charles Josselin, depois de um encontro com Abubakar, afirmou que o seu país se empenhará no levantamento progressivo das sanções contra a Nigéria. «Cada país faz a democracia ao seu ritmo próprio», sustentou.

As sanções foram decretadas em 1993 pela União Europeia e pelos Estados Unidos após a anulação das eleições, tendo sido agravadas dois anos depois.

### Manifestação em Manágua

Cerca de 40.000 pessoas concentraram-se domingo em Manágua, na Praça da Revolução, para comemorar o 19.º aniversário da vitória sandinista contra a ditadura de Somoza em 1979. Num discurso de hora e meia, Daniel Ortega, ex-presidente da Nicarágua e secretário-geral da FSLN, anunciou a criação de 'comandos' sandinistas eleitorais que devem «assegurar a vitória do partido no ano 2001». No seu discurso, apelou à unidade interna da FSLN, que enfrenta uma grave crise interna, e voltou a alertar os poderes instituídos: «não nos provoquem, que o governo neoliberal não continue a ignorar a lei, porque estamos dispostos a organizar de novo as nossas forças guerrilheiras e utilizar até ao fim essa luta armada que alguns dizem que já está ultrapassada».

### Afeganistão sem ajuda humanitária

A União Europeia, as Organizações Não Governamentais (ONG) e as Nações Unidas suspenderam as suas actividades humanitárias no Afeganistão, devido às crescentes dificuldades levantadas pelos talibãs às organizações internacionais. Num fax enviado sábado às 35 ONG a operar em África, a Comissão Europeia dá conta da suspensão da actividade da ECHO, a sua agência humanitária, e da retirada do seu pessoal de Cabul para o Paquistão. A União Europeia previa dedicar este ano 157 milhões de dólares em alimentos, medicamentos e formação profissional para os afegãos, mas a política restritiva dos talibãs forçou ao cancelamento dos diversos projectos, em especial os dedicados às mulheres. A gota de água que fez perder a paciência à UE foi o ultimato dos talibãs às ONG para abandonarem as instalações em que estavam instalados, dando como alternativa um edifício em ruínas, de uma antiga escola, sem água e sem luz. Com a retirada das ONG, centenas de milhares de pessoas ficam sem assistência no Afeganistão.

## Frelimo vence autárquicas em Moçambique

A Frelimo venceu as eleições autárquicas realizadas em Moçambique no dia 30 de Junho, segundo os resultados anunciados pelo presidente da Comissão Nacional de Eleições na sexta-feira passada.

A Frelimo venceu em todos os círculos eleitorais e obteve as presidências de todas as autarquias, sendo o partido com maior número de mandatos para as Assembleias Municipais.

O escrutínio foi marcado por uma elevada taxa de abstenção e pela não participação da Renamo. No total votaram 285 mil pessoas (14,6 por cento) e abstiveram-se um milhão de setecentos mil eleitores (85,4 por cento).

Em Maputo, o principal dos 33 círculos eleitorais, a Frelimo venceu com 70 por cento, obteve 42 lugares na Assembleia Municipal e elegeu Artur Canana como presidente, enquanto o candidato independente Filipe Cagnaux ficou com 25,5 por cento e 15 mandatos.

Na Beira, a segunda cidade do país, Chivavice, da Frelimo, foi eleito presidente da autarquia com 58 por cento. Francisco Masquil (independente) recebeu 42 por cento dos votos.

Os resultados serão ainda confirmados pelo Conselho Constitucional, órgão dependente do Supremo Tribunal de Justiça, que validará ou anulará as eleições.

## Comemorações das lutas de 1958-1962

# No Couço houve sempre

**P**romovidas pelos órgãos autárquicos do concelho de Coruche e da freguesia do Couço, tiveram o seu epílogo, no domingo, dia 19, as comemorações das lutas travadas pelo povo do Couço no período compreendido entre 1958 e 1962. Durante exactamente um mês, assumindo expressões várias, estas comemorações trouxeram para primeiro plano o que foi a gesta de um povo que soube, com heroísmo, fazer frente à feroz repressão da ditadura.

São páginas de resistência e coragem, de gente que sofreu a prisão e a tortura, de homens, mulheres e jovens que mantiveram uma inabalável firmeza na condução de lutas pelo pão, por melhores salários, por condições de vida dignas.

Agregando na primeira linha o proletariado rural, mas também outras forças e camadas sociais, com relevo para os comerciantes, estas foram, simultaneamente, lutas de forte cariz político, de apego aos ideais de liberdade e justiça social, contra o sufoco, a manipulação e as fraudes de um regime opressor.

Lutas onde sobreleva, ainda, de modo notável, um nível ímpar de consciência política e de classe, cujo grau de maturidade foi crescendo, em todos e cada um, com o próprio curso dos acontecimentos.

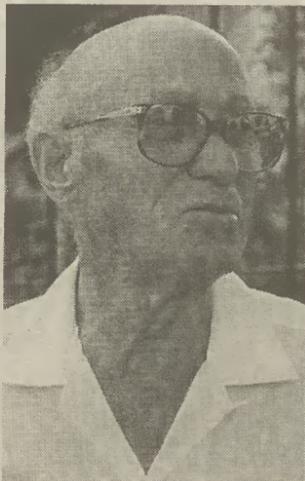
Não faltam, igualmente, no historial destas lutas, testemunhos múltiplos de gestos solidários e fraternos. Como não falta, em todos os momentos, a presença dos comunistas e do seu Partido.

Na génese de todas as acções e movimentações, lá esteve, de modo decisivo, a organização do PCP.

Estas são, afinal, as "lutas heróicas de um povo heróico", sendo que, como frisou José Casanova, no lançamento da primeira pedra do monumento de homenagem ao povo do Couço, no caso vertente, a "palavra heróico é inteiramente aplicada com rigor e justeza".

Sem dúvida oportuna foi, pois, esta iniciativa de assinalar as comemorações destas lutas na passagem do seu 40º aniversário. Estruturantes da própria identidade do seu povo, estas memórias permanecem vivas. Como evidenciam os relatos que atravessaram o tempo e que ficam, perenes, para as gerações vindouras.

O "Avante!" conversou com três camaradas que foram protagonistas directos desses acontecimentos. São eles Maria Galveias, João Camilo e Diamantino Ramalho, actualmente presidente da Junta de Freguesia do Couço. Conosco esteve também Ortelinda Gil Nunes, presidente da Assembleia de Freguesia.



João Camilo, Maria Galveias, Diamantino Ramalho, Ortelinda Gil Nunes

### Anos de fome

Compreender a dimensão e alcance da "Grande Greve" - assim a classificou na altura o "Avante!" - de 1958, exige, entretanto, que recuemos alguns anos, mais precisamente ao ano de 1940, data em que se inicia a organização do PCP e surgem na freguesia do Couço os primeiros "Avantes!".

Foram "anos de fome, sobretudo no Alentejo", diz-nos João Camilo, lembrando como nesse período "Salazar mandava para o estrangeiro os géneros alimentícios" de que o País carecia, bem como calçado e até matérias-primas destinadas à produção de armas.

Foi neste quadro que, já em 1943, com a organização do Partido ainda praticamente inexistente, um grupo de jovens resolve organizar uma "marcha da fome". Respondendo à palavra de ordem lançada pelo "Avante!" - "há que ir buscar comer onde ele existe" -, algumas dezenas de jovens encaminham-se então para os celeiros dos latifundiários, exigindo a sua abertura e distribuição de comida à população. O movimento ganha amplitude e depressa atinge as duas mil pessoas, assinala João Camilo, que recorda bem a manifestação pelas ruas do Couço contra o envio de géneros alimentícios para os fascistas espanhóis, enquanto o povo passava fome.

### Processo dos 108

Neste mesmo ano, perto do seu final, acrescenta, opera-se, entretanto, o "verdadeiro arranque da organização do PCP, tendo

sido criado não apenas o Comité Local, como também os Comités Sub-regional e Regional".

Sucedem-se as lutas reivindicativas, sobretudo para obter melhores salários e melhores condições de trabalho. "Já em 1944 obtém-se duas outras vitórias", sublinha, "conseguindo-se, por um lado, alargar a todos os trabalhadores o direito à pausa de dez minutos que era conferida apenas aos que fumavam, e, por outro lado, melhores salários nas ceifas do trigo e nas mondas de arroz."

Este é ainda um período em que os trabalhadores do Couço participam intensamente, junto com os operários agrícolas do Alentejo, em outras importantes lutas. Ocorre então, em 1947, motivada pela "inexperiência" e pela "transgressão de alguns cuidados conspirativos", uma vaga de prisões que representou uma "machadada forte no Partido" e que o desorganiza nos dois anos seguintes. Vários membros do Comité Local do PCP, incluindo João Camilo, são presos e constituem-se como réus no célebre "Processo dos 108".

Tudo volta, porém, a recompor-se em 1949, data em que o Partido volta a reorganizar-se, mantendo a sua completa estabilidade até 1957.

"As pessoas tinham um grande respeito pelos comunistas que já tinham sido presos", salienta Maria Galveias, referindo-se ao ambiente da época. Não faltavam, assegura, os gestos de solidariedade para com as famílias dos presos, "havendo sempre um forte sentido de entreajuda e de fraternidade". Papel de relevo tiveram, neste capítulo, a quase totalidade dos comerciantes, sempre prontos a prestar uma ajuda amiga aos presos políticos e suas famílias. Foi também, recorda ainda Maria Galveia, um tempo em que "havia uma grande mobilização das pessoas".

### A Grande Greve

Constituindo muito provavelmente a mais importante luta travada no mundo rural durante o fascismo, em 1958, dá-se então a "Grande Greve". Tratou-se de uma greve que, sendo também por melhores salários e por trabalho, foi essencialmente uma greve com motivações políticas. Em causa estava a fraude acabada de cometer nas «eleições» presidenciais, mascarada à boa maneira fascista que suscitou uma onda de repúdio sem precedentes.



A emoção de reencontros e o reavivar de memórias de gloriosas jornadas de luta



# da festa!

AMORA-SEIXAL

4, 5 e 6 SETEMBRO

Compra  
já,  
a tua EP  
e poupa  
500  
escudos!



## As cores da juventude

**A** Quinta da Atalaia é todos os anos lugar de passagem obrigatória para muitos milhares de jovens portugueses, que encontram ali um espaço único para comunicar e se exprimirem livremente das mais variadas formas. Eles são responsáveis por grande parte do ambiente especial da festa, não só nos dias de abertura ao público como durante a sua preparação e construção, contagiando todas as gerações num convívio alegre e saudável. Sem a juventude, a Festa não seria festa. Isso é certo. Mas, para os jovens, aquele é igualmente um momento de intervenção e debate profundo dos seus problemas e uma ocasião para os comunistas divulgarem as suas análises e propostas. Neste número falámos com Ricardo Oliveira e Ângelo Alves, membros da Direcção Nacional da JCP, que revelaram as principais novidades do Espaço da Juventude onde decorrerão exposições, debates e espectáculos.



## Jornadas de trabalho Todos os fins-de-semana na Quinta da Atalaia

**Ajuda  
a construir  
a Festa!**

PAIO PIRES - Os militantes e amigos da Festa da Freguesia de Paio Pires têm no próximo sábado, dia 25, uma jornada de trabalho na Atalaia acompanhada por uma valente sardinhada.

Para participar, a organização solicita que as inscrições sejam feitas ainda hoje, quinta-feira. O ponto de encontro é na zona do Forno, às 12.30 horas.

Mais uma vez, a JCP organiza o Comboio da Juventude, que como à semelhança dos anos anteriores partirá na manhã de sexta-feira do Porto, com paragens nas principais cidades e chegada a Lisboa. A ligação à Festa é depois assegurada por autocarros. Em próximas edições, divulgaremos mais pormenores e horários exactos, mas desde já adiantamos que os preços serão iguais aos praticados no ano passado.

## De comboio para a Festa

# Espaço da Juventude Os espectáculos, as exposições, os debates

**D**uas torres decoradas com bonecos gigantes vão assinalar a entrada do Espaço da Juventude. Decoração arrojada, um programa variado de espectáculos, exposições políticas e debates sobre os temas que preocupam os jovens deste País - são em síntese os principais motivos de atracção desta minicidade construída pelos jovens comunistas.

Como referiu ao *Avante!* Ricardo Oliveira, membro da Direcção da JCP, o Espaço da Juventude procurará espelhar os problemas que afectam directamente os jovens portugueses. As questões da educação, do acesso ao emprego com direitos e da

participação juvenil na sociedade portuguesa. Contudo, outros temas que marcam a actualidade política nacional vão estar presentes. Nomeadamente, a sexualidade e maternidade consciente, do despenalização da interrupção

voluntária da gravidez e o combate ao aborto clandestino; a luta pela criação das regiões administrativas, os problemas da paz e da solidariedade. Para além de uma decoração inovadora, construída sobre mensagens políticas, o Espaço

irá contar com uma zona central de exposições onde sob a forma de um percurso estarão patentes os grandes obstáculos que se colocam aos jovens ao longo da sua vida.

### Brigadas no terreno

Entendendo a Festa como um momento privilegiado de contacto directo com os visitantes, a JCP volta a organizar as brigadas de militantes devidamente

identificados que irão abordar os jovens no terreno da Festa. Esta iniciativa já desenvolvida nas últimas Festas tem tido boa receptividade, afirma Ricardo Oliveira, sublinhando que não só se consegue que os visitantes intervenham sobre problemas concretos, como se divulgam as propostas e actividade da JCP, sendo igualmente uma oportunidade importante para recrutar jovens. A primeira vez que estas brigadas

actuaram no terreno transportavam pequenas urnas de voto, solicitando que os visitantes se pronunciassem por um emprego por direitos. Outra iniciativa de grande êxito teve como tema a exigência de uma «Educação pública, gratuita e de qualidade», em que os visitantes assinavam postais endereçados ao

Ministério da Educação e depositavam-nos em vários marcos especiais de Correio da campanha. Este ano, voltam a estar em foco as dificuldades de acesso ao emprego, sobretudo ao emprego com direitos, que afectam tanto os jovens estudantes como os jovens trabalhadores. Para



FESTA 1993



FESTA 1996

além de procurar conversar com os visitantes, as brigadas vão distribuir postais com uma parte destacável, a qual depois de subscrita e reunida pela organização será entregue ao Governo. O lema da campanha é «Sem emprego não há futuro e

### emprego sem direitos não é futuro para ninguém».

Os jovens comunistas querem ainda dar destaque à campanha de solidariedade e recolha de medicamentos para Cuba e elegem como momento alto a concentração e partida do desfile

para o Comício que como sempre será animado por uma grande presença de militantes da *Jota*.

### Jogos populares

No Espaço da Juventude será igualmente criado

uma zona de jogos populares, onde o visitante poderá, por exemplo, tentar trepar um poste encebado, experimentar uma corrida de sacos, ou medir forças no jogo da corda. Concebido de forma diferente dos anos anteriores, o Espaço alberga

ainda a Esplanada, a Banca da JCP e o Café Concerto. A construção e montagem das estruturas vai começar no próximo fim-de-semana, apesar de muitas dezenas de jovens de Lisboa, Setúbal, Porto, Évora e Covilhã já terem participado este ano nas

jornadas de trabalho na Quinta da Atalaia, em diferentes tarefas. Aliás, para incentivar a participação nas jornadas, a JCP está a preparar, em conjunto com a Célula da Festa, iniciativas de animação e convívio para os construtores da Atalaia.

Com a presença de muitas centenas de jovens, decorreu no passado dia 11 de Julho, no Largo Casal, no Barreiro, o Festival Cantar a Liberdade, iniciativa que se inseriu na preparação da Festa do Avante e que teve como objectivo apurar uma banda juvenil que actuará no Palco dos Novos Valores, nos dias da Festa. Depois de uma fase de apuramento em que participaram três dezenas de bandas, seis foram apuradas, para além de duas suplentes. Os *Cronic*, *Rebellion* e *Noyagem*, do Seixal; *Nau Frágil* e *Sleep Walkers*, de Almada; *José Luís Gonçalves*, de Setúbal; e ainda *Silver Haze*, de Alcácer do Sal, e *Pacífico Sul*, de Almada.

O júri era formado por Luís Chaimho, produtor de espectáculos; Luís Fernandes, agente musical; Pedro Brinca, jornalista; Miguel Paulitos, agente musical; e Bruno Neves, em representação da organização. A banda vencedora foi os *Noyagem*, classificando-se em segundo e terceiro lugares os *Rebellion* e os *Cronic*.

## No Barreiro Cantar a Liberdade

## Jovens divulgam a Festa no Samouco

## — Café Concerto Um tema por dia

Três dias, três temas, um programa e decoração específicos para cada um. Sexta-feira é o 150º aniversário do Manifesto Comunista e a luta dos trabalhadores; sábado, os 30 anos do Maio de 1968; domingo, as lutas estudantis. Segundo revelou ao *Avante!* Ângelo Alves, da direcção da JCP, a decoração do Café Concerto irá mudar todos os dias em função do tema proposto, estando ainda previstos três debates. Assim, no primeiro dia realiza-se uma sessão sobre a **juventude e o emprego com direitos**; no segundo dia, um debate sobre os **acontecimentos de 1968**, com a participação de individualidades que estiveram ligadas a este momento da história recente; e no terceiro dia, um debate sobre a **luta dos estudantes e as perspectivas futuras** denominado «**Ensino Superior, a crise segue dentro de momentos**».

### Dois espectáculos únicos

Quanto à restante programação do Café Concerto, Ângelo Alves sublinhou que foi feito um esforço para diversificar a oferta musical e cultural. O teatro sobre assim ao palco com o grupo

«Teatr'UBI», constituído com estudantes da Universidade da Beira Interior da Covilhã. Da mesma forma, apostou-se em diferentes tipos de música e sobretudo na novidade de apresentar dois espectáculos especialmente concebidos para a Festa do *Avante!*.

Na noite de sábado são os «Ensaios da Atalaia» com João Queirós e Rui Rodrigues, acompanhados de outros músicos profissionais que levam ao Café Concerto versões originais de temas da música portuguesa. No domingo, o Café Concerto encerra com um recital montado especialmente para a Festa, que conta com a participação de vários músicos ligados à JCP que estudam em conservatórios e que se juntam para tocar peças de música erudita contemporânea. Pelo palco da juventude passam ainda os *Octopus in the fisherman style*, um grupo de Lisboa que aposta na música de fusão; os *Pecado Original*, oriundos de Sintra e dedicados ao rock em português com temas próprios; os *Snoopy's Band*, grupo rock da Covilhã; os *Del'AUAL*, constituído por estudantes da Universidade Nova de Lisboa que interpretam temas

portugueses e brasileiros, num concerto acústico; e os *Qualquer Coisa*, banda rock do Porto. Nos dias da Festa, os organizadores pensam fazer animação de rua para divulgar a programação do Café Concerto.



## Festival em Famalicão

É já no próximo dia 30 de Julho que terá lugar em Vila Nova de Famalicão um concurso musical cujo vencedor irá actuar no Palco dos Novos Valores.

A iniciativa promovida pela DORBraga decorre na Praça Cupertino de Miranda e é aberta a jovens artistas que desejem divulgar o seu trabalho nos diferentes géneros musicais.

Os jovens comunistas de Alcochete estiveram presentes nas Festas do Samouco, realizadas entre 17 e 20 de Julho, e que como habitualmente foram atrairam grande número de visitantes.

Na banca da JCP foram distribuídos documentos, vendidos materiais e recolhidos fundos para a organização. Na iniciativa não faltaram os Pioneiros de Portugal, bem como vários camaradas do Partido. «A Festa do Avante!», uma Festa de Todos», era o tema em grande destaque no local.

# Pesca desportiva

## Baía do Seixal, 16 de Agosto

Promovido pela Comissão Concelhia do Seixal do PCP, o Concurso de Pesca Desportiva da Festa do Avante! realiza-se pela primeira vez na magnífica baía seixalense.

Como se refere no regulamento da iniciativa, são objectivos da organização fomentar a prática desportiva, dentro de princípios de respeito pelo adversário, natureza e meio ambiente; proporcionar a todos os participantes algumas horas de lazer e confraternização e promover o maior acontecimento político-cultural do País - a Festa do Avante!.



FESTA 1996

A concentração está marcada para dia 16 de Agosto, pelas 7,30 horas no Largo dos Restaurados, onde se procede à entrega de documentos. O concurso começa às 8,30 horas na Baía do Seixal prolongando-se até às 12,30 horas, altura em que se inicia a pesagem do pescado no Centro de Trabalho do PCP. O concurso culmina no mesmo local com a entrega dos prémios prevista para as 16 horas.

### Inscrições até 13 de Agosto

Podem inscrever-se todas as equipas representativas de colectividades, organizações populares, grupos desportivos de empresas, grupos escolares, outros organismos e ainda a título individual.

Até 13 de Agosto, data em que termina o prazo para as inscrições, os pedidos devem ser enviados para: Comissão Concelhia do Seixal do PCP, Rua João de Deus nº 2, pelos telefones 2216952 e 2216832, ou fax 228770.

A organização adverte que não serão aceites inscrições de última hora, sendo que o seu custo varia consoante os seguintes escalões: agrupamentos - 1500 escudos; equipas 1000 escudos; seniores masculinos e femininos 500 escudos; juniores masculinos e femininos 300 escudos. Os principiantes masculinos e femininos têm inscrição grátis.

O pagamento será efectuado através dos respectivos delegados no acto da inscrição. Se não houver outra indicação será considerado delegado de um agrupamento o concorrente indicado em primeiro lugar na ficha de inscrição.

No escalão de principiante consideram-se aqueles cuja data de nascimento se situa entre 1985 e 1990; escalão de juniores os que nasceram entre 1981 até 1984, e os seniores, 1980 e antes.

### Pesqueiros

O concurso tem lugar nas zonas compreendidas entre o pontão frontal ao edifício da Fiscalização Municipal (antigo matadouro municipal) e a Praia da Velha.

A área permitida de um pesqueiro será de um círculo de cinco metros de raio, sendo considerado centro do pesqueiro o local onde se encontra o respectivo material, que deverá ser colocado de forma visível.

A saída para os pesqueiros será feita pela ordem de sorteio a efectuar no dia do concurso no local da concentração.

### Normas a cumprir

Para que todos estejam em condições de igualdade, o regulamento estabelece um conjunto de proibições a respeitar sob pena de desclassificação.

Assim, é proibido pescar na área da prova nas últimas 24 horas que antecedem o seu início; utilizar mais de dois anzóis simples; iniciar ou terminar a acção de pesca (incluindo engodar) antes ou depois do horário estabelecido; utilizar mais do que um a cana de pesca em acção simultânea (só uma cana pode estar completamente montada e iscada); actuar fora da área do pesqueiro; recusar a apresentação de documentos identificativos a qualquer concorrente ou elemento credenciado da organização; alterar ou mandar alterar a sinalização que define a área da prova; intromissão nos trabalhos da direcção técnica ou do júri. Expressamente proibido é ainda utilizar barcos, entrar na água, recorrer a iscos artificiais; mudar de zona de pesqueiro, ou ter comportamentos antidesportivos.

As faltas quando praticadas em conjunto por dois ou mais elementos da mesma equipa implicam a desclassificação da equipa.

Por outro lado, os participantes podem abandonar o pesqueiro por um período não superior a 30 minutos, mandar entregar por outro concorrente o peixe para pesagem desde que se encontre devidamente selado, e terminar a captura de um exemplar ferrado mesmo que entretanto o tempo da prova se esgotar.

### Espécies e pontuações

A pontuação é atribuída em função do peso do pescado e da sua espécie.

Aos muges, tainhas e garrentos é atribuído um ponto por grama. As outras espécies recebem cinco pontos por grama, à excepção das enguias, safios, moluscos e xarrosos que não são pontuáveis. As dimensões do peixe e dos anzóis segue o disposto na portaria 569/90 de 19 de Julho, anexo 1.

A classificação individual é feita por escalões e em caso de empate entre dois ou mais concorrentes vence o que tiver mais número de exemplares e, em caso da igualdade se manter, vence o que tiver o número de saída para o pesqueiro mais alto.

Haverá duas classificações por equipas: no escalão de seniores masculinos e das que são formadas por membros dos restantes escalões. As equipas são formadas por dois ou três participantes previamente designados. A classificação por agrupamentos é feita pela soma dos seus seis melhores pescadores independentemente dos escalões a que pertençam.

### Prémios

Serão atribuídos taças ou troféus aos primeiros 25 classificados do escalão de seniores masculinos, assim como às cinco primeiras equipas deste escalão. Nos restantes escalões serão premiados os três primeiros classificados individuais e as três primeiras equipas.

Há ainda prémios para os três melhores agrupamentos, bem como taças ou troféus para o concorrente com maior número de capturas e para o que pescar o maior exemplar.

## Cicloturismo

### Partida a 9 de Agosto na Quinta da Atalaia



FESTA 1996

A prova de cicloturismo promovida no âmbito das iniciativas desportivas de divulgação da Festa do Avante! está marcada para o próximo dia 9 de Agosto, propondo um percurso que entre os concelhos do Seixal e Almada.

A concentração dos amantes da modalidade efectua-se pelas 8 horas da manhã na Quinta da Atalaia, local simultaneamente da partida, pelas 9,30 horas, e da chegada dos atletas.

A organização da prova é da responsabilidade da Comissão de Desporto da Festa do Avante! que conta com o apoio técnico da Federação Portuguesa de Cicloturismo.

As inscrições podem ser feitas até uma hora antes da partida, ou para o Clube Recreativo Barroquense, pelos telefones 2502701 e 2594964.

O percurso, já conhecido de edições anteriores, passa Corroios, Miratejo, Laranjeiro, Cova da Piedade, Almada, Pragal, Feijó, V. Flores, Vale Milhaços, Corroios, Cruz de Pau Paivas, Fogueteiro, Casal do Marco, Paio Pires, Seixal, Arrentela, Amora e Quinta da Atalaia.

# um punho erguido

O curso da História e o rumo dos homens esteve testemunhado de forma rigorosa e objectiva na exposição alusiva às lutas travadas pelo povo do Couço

Como recorda Diamantino Ramalho, o povo participou na preparação e na campanha para as eleições presidenciais de Humberto Delgado, tendo o Couço sido a única aldeia onde a oposição organizou um comício com oradores vindos de Lisboa.

"A população impôs a fiscalização do acto eleitoral", lembra ainda, e Humberto Delgado obteve no dia 8 de Junho de 1958 mais de 80 por cento dos votos.

A fraude estava no entanto montada por todo o País e, na sequência das «eleições», o PCP lança a palavra de ordem de greves contra a fraude eleitoral. A resposta, no Couço, assume uma expressão ímpar e, no dia 23 de Junho, os trabalhadores aderem em massa à greve, bem como a esmagadora maioria da população, incluindo a quase totalidade dos comerciantes. "Foi um dia memorável que jamais esqueceremos", diz-nos Diamantino Ramalho, na altura com 21 anos, que traz à memória um outro episódio revelador da determinação revolucionária que animava o povo do Couço.

João Camilo lembra-se bem dele. Viveu-o intensamente. Por dento. "No primeiro dia da greve - conta -, foram efectuadas três prisões. O povo cerca então o posto da GNR. Apavorados, guardas e pides tentam pedir reforços para Coruche, Santarém e Évora. Em vão. As comunicações telefónicas haviam sido cortadas pela população e a GNR vê-se obrigada a libertar os presos."



## Violência policial

Toda a população, durante vários dias, participa de múltiplas formas em manifestações de unidade. Os protestos sobem de tom. No dia 24, o movimento chega à barragem de Montangil, que paralisa. A Montemor chega também o sopro da luta. A GNR e a pide cercam tudo, tudo perseguem. A repressão intensifica-se. O Couço é ocupado por cerca de 300 gnrs. Multiplicam-se as perseguições e os espancamentos. 113 trabalhadores são presos.

Nos dois anos seguintes, não obstante a violência policial, prosseguem as lutas por melhores salários e por trabalho. 1959 e 1960 são anos onde ganha igualmente expressão a campanha pela demissão de Salazar. Luta-se nas praças de jorna, onde, quase invariavelmente, quando surge a GNR, há carga sobre os trabalhadores. O 1º de Maio é comemorado por centenas de trabalhadores, como festejado é o 5 de Outubro. Determinante, em todas as acções, continua a ser intervenção organizada e a força mobilizadora do Comité Local do PCP.

## Luta pelas 8 horas

É esta decisiva intervenção que, dois anos depois - estamos em 1962 -, volta a erguer um poderoso movimento de acção antifascista. A conquista das oito horas de trabalho, acabando com o regime de sol-a-sol, inscreve-se agora nas reivindicações do proletariado rural.

A luta, dirigida e dinamizada pelo PCP, mobiliza mais de 200 mil trabalhadores rurais.

Sublinhada pelos nossos interlocutores é, uma vez mais, a brutalidade da repressão. Apercebendo-se da organização da luta, a PIDE, em finais de Abril, invade o Couço, arromba casas, prende dezenas de cidadãos, entre os quais várias mulheres.

Tal não impediu, no entanto, que o 1º de Maio de 1962 fosse comemorado por centenas de trabalhadores que se concentram na Ponte Caleira. A confraternização é aproveitada para discutir as formas de luta a adoptar pela conquista das oito horas. De nada vale o cerco da GNR e da PIDE ao local. A jornada salda-se por um enorme êxito. Mais: alguns dias depois, na sequência de uma greve por esse objectivo, os trabalhadores do Couço alcançam, finalmente, a jornada de oito horas de trabalho diário.

E concretizaram-na, como assinalou José Casanova, da forma mais «simples»: "Num determinado dia, os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, após terem trabalhado oito horas, deixaram o trabalho e regressaram às suas casas. E assim passaram a fazer todos os dias daí em diante."

## "Não conseguiram fazer-me despir o casaco"

Duzentas prisões. Penas que ultrapassaram, no total, mais de 200 anos. Cerca de trezentos dias de tortura de sono. Na frieza dos números, retratada está uma das faces da violenta repressão que se abateu sobre o povo do Couço, entre o ano de 1933 e a alvorada libertadora de Abril. Comportam, em si, histórias de sofrimento e dor. Mas também de coragem. Coragem sem limites, de entrega, firmeza e lealdade. As motivações para tamanha dedicação e heroísmo são conhecidas. Só uma grande causa, como a da luta por uma sociedade sem exploradores nem explorados, tem esse poder mobilizador. Foram esses ideais de liberdade e justiça social, sempre presentes, que marcaram o tempo e o ritmo das lutas. Como presente esteve também, em todos os

momentos, dinamizando-as e dirigindo-as, o Partido Comunista Português.

Afirmando a sua dignidade, na primeira linha de todas as acções de luta, lá estiveram, onde era necessário, as mulheres. Mulheres que foram um exemplo da resistência. Também elas foram torturadas. E sabiam, sobretudo, como dizia um dos painéis presentes na exposição, que estas eram também lutas pela sua emancipação.

"As mulheres do Couço - recordou Maria Rosa Viseu, ela própria também presa e torturada, na intervenção que preferiu no acto de lançamento da primeira pedra ao monumento de homenagem ao povo de Couço - nunca pouparam esforços. Estiveram sempre ao lado dos homens na luta; deram o seu contributo pela conquista de direitos; lutaram nas praças de

jorna, nas lutas das oito horas, nas lutas para a formação de um sindicato que nos defendesse, nas lutas contra as burlas eleitorais, nas lutas das malditas prisões, e, nas horas amargas da tortura, estiveram sempre, sempre ao lado dos homens, seus companheiros."

O camarada João Camilo, que conheceu as masmorras fascistas por nove vezes, num total de 14 anos de prisão, deu-nos um testemunho sobre o comportamento dos comunistas na prisão. Fala por si: estava-se em 1958, na sequência da vaga de prisões que atirou para as cadeias mais de uma centena de

homens do Couço e cerca de meia centena de Montemor-o-Novo. Depois de barbaramente torturado, Farrica - assim se chamava o militante comunista que protagonizou esta história -, volta à cela, com o corpo amassado, todo ensanguentado. Pede para falar com João Camilo, a quem quer transmitir uma mensagem: "Se continuarem a bater-me assim - afirmou - eu morro. Mas informa o Partido que nem sequer conseguiram fazer-me despir o casaco!"



## Homenagem justa

Foi, por conseguinte, todo este percurso heróico de luta e resistência, este valioso património colectivo, que as comemorações vieram recordar.

Como salientou Ortelinda Gil Nunes, embora com atraso, tratou-se de um acto de elemental justiça para com todo um povo que, com abnegação e sacrifício, lutou pela liberdade e pela justiça, pela dignificação da condição humana, contribuindo, também nessa medida, para o Portugal melhor, conquistado com a Revolução do 25 de Abril.

"É um passado de luta e coragem. Tive a felicidade de não ter de passar por tudo aquilo por que passaram estes homens e mulheres.

Cabe-nos o papel de seguir em frente, sabendo honrar esse património", realça Ortelinda Gil Nunes, para quem o trabalho autárquico é agora a via para enfrentar novas lutas e desafios.

"Hoje enfrentamos problemas diferentes mas que também são igualmente graves. O Couço debate-se com o problema da interioridade, temos uma população envelhecida, os nossos jovens têm de sair para procurar emprego", exemplifica, antes de elencar aquelas que, do seu ponto de vista, são necessidades da freguesia que urge satisfazer: um novo centro de saúde; uma escola básica integrada; a criação de uma zona industrial; um pavilhão gimnodesportivo; um centro de dia.

"A tarefa não é fácil", reconhece Ortelinda Nunes, que, no entanto, deixa expressa uma certeza: "Tudo faremos para estar à altura deste passado de coragem e de luta."

## Apego aos ideais de liberdade e justiça social

Durante um mês esteve patente ao público, na Casa do Povo, uma exposição alusiva às comemorações das lutas de 1958 a 1962. Através de pequenos textos e fotografias (algumas delas inéditas), ao longo da sua dezena e meia de painéis, esta mostra conduziu-nos ao centro dos acontecimentos da época. Aquilo que de essencial marcou esse curso da História e o rumo dos homens lá está, retratado, de forma rigorosa e objectiva.

São imagens, tocantes, que nos falam da realidade do latifúndio e dos homens e mulheres cuja única riqueza é a sua força de trabalho. Que nos lembram as lutas de um povo que se ergueu

contra o fascismo. Em protesto contra a fraude «eleitoral». Pela demissão de Salazar. Por pão, trabalho e melhores salários. Pela jornada de trabalho de oito horas.

Mas que nos fala também das lutas que se seguiram. De outras lutas, do mesmo povo. Lutas, antes e depois do 25 de Abril, que voltaram a evidenciar, sempre, o seu apego aos ideais da liberdade e da justiça social. Como a luta pela Reforma Agrária.

Como se podia ler no painel que encerra a exposição: "A luta continua, firmes e unidos, pelo futuro!"

# COUÇO Forte participação popular

Escassos minutos nos separam das 22 horas. A noite, agradável, apresenta-se convidativa para uma estada ao ar livre. Estamos na Praça 25 de Abril, bem no centro do Couço. Em frente do palanque, situado num dos extremos do vasto espaço, uma numerosa plateia aguarda pelo início do comício. Cumpre-se a última iniciativa de um diversificado programa que, durante um mês, assinalou as comemorações das lutas protagonizadas pelo povo do Couço entre 1958 e 1962. Carlos Carvalhas, Secretário-Geral do PCP, é o convidado de honra e único orador (ver discurso nesta página). Depois da sua intervenção, tempo ainda para um momento musical. À emoção trazida pelo evocar da gesta heróica juntaram-se as guitarras, a sensibilidade poética e a voz de Carlos do Carmo. Chamados ao palco, no decorrer do comício, foram também dois homens e duas mulheres que simbolizam bem o heroísmo de quem viveu intensamente aquele período. Recebidos sob fortes aplausos, para eles, a homenagem sentida dos presentes. Os seus nomes: Custódia Dias, Maria Rosa Viseu, João Camilo, Arménio Marques Gil. À tribuna subiram também Manuel Brandão, presidente da Câmara de

Coruche, José Casanova, presidente da Assembleia Municipal, Ortelinda Nunes e Diamantino Ramalho, respectivamente, presidentes da assembleia de freguesia e da junta de freguesia do Couço.

Concluído estava assim o dia que marcou o encerramento das comemorações. Um dia fortemente preenchido, iniciado, pela manhã, com um acto singelo que marcou o arranque do monumento de homenagem ao povo do Couço.

Intervindo na ocasião, José Casanova sublinhou que as comemorações das lutas entre 1958 e 1962 não tiveram qualquer sentido saudosista. Pelo contrário, enfatizou, o povo do Couço continuou a lutar com a mesma coragem e determinação, a mesma que o levou a construir a Reforma Agrária (entretanto liquidada pela política de direita) e a participar activamente em todas as lutas por uma sociedade mais justa e fraterna.

Por si manifestada foi ainda a convicção de que o povo do Couço continuará no futuro a manter-se fiel aos ideais da liberdade e da solidariedade. As razões explicou-as ainda Casanova: "Este povo foi assim, é assim e será assim. Basta que cada geração saiba transmitir



A população do Couço esteve em peso no almoço de confraternização realizado no último dia das comemorações das lutas de 1958-1962

à geração que se lhe segue este seu 'segredo': a dignidade vale mais do que tudo na vida - e um povo que sabe e assume isso vence sempre."

Nota de realce neste dia que marcou o

encerramento das comemorações mereceu ainda o mega-almoço, aberto a toda a população, que reuniu no Largo da Junta de Freguesia, numa animada jornada de confraternização e convívio, muitas centenas de pessoas.

## Celebrar o passado a pensar no futuro

### - excertos da intervenção de Carlos Carvalhas no Couço

(...)

São comemorações de grande significado e que, precisamente porque não têm uma visão passadista, estão voltadas para o presente e para o futuro. Para a luta que continua. Para as novas gerações que em condições e circunstâncias bem diferentes prosseguem a luta pelo emprego, por melhores salários, por mais justiça, por mais democracia.

Creio que ao comemorarmos estas duas grandes datas da história do Couço e da luta e da resistência antifascista portuguesa, podemos também aqui afirmar que estas mostram e confirmam que quando se luta nem sempre se ganha, mas quando se não luta, quando se desiste perde-se sempre. Que por vezes não se vê de imediato a mudança. Mas a experiência também mostra que quando se luta por causas justas as sementes lançadas não desaparecem e, mais à frente quando as condições são mais propícias elas germinam aparecendo então os frutos de um trabalho empenhado e persistente.

As lutas que hoje comemoramos mostram também a coragem e a determinação das mulheres e das mulheres trabalhadoras. Combate que prossegue hoje por melhores condições de vida, pelo emprego, pela participação em igualdade. E que continuará em todos os domínios da vida e, nomeadamente, na luta pela despenalização da interrupção voluntária da gravidez, porque o PCP que esteve na base da organização e concretização das lutas de 58 e 62 aqui no Couço, continuará honrando o seu património de luta e a levantar a bandeira dos direitos da mulher, a bandeira das causas justas e generosas.

### Lutas de ontem e de hoje

Assim foi ontem quando o Couço desencadeou a "grande greve", como sublinha o "Avante!" da época, com uma indiscutível dimensão política, pois não foi só uma greve por melhores salários, foi também uma greve de protesto contra a fraude eleitoral no País, das eleições presidenciais fascistas em que aqui a população exigiu e impôs a fiscalização e a contagem de votos onde Humberto Delgado obteve mais de 80%.

Assim foi também ontem nas lutas de 62 tendo como objectivo a conquista das 8 horas de trabalho, acabando com o regime de sol a sol, uma luta promovida e dirigida pelo PCP e que envolveu no Sul do País dezenas de milhares de trabalhadores rurais.

E é assim hoje na luta pela redução do horário de trabalho que é também um combate pelo emprego e por avanços de civilização. O desenvolvimento das forças produtivas e as conquistas da ciência e da

técnica permitem hoje alargar consideravelmente os tempos livres, que o mesmo é dizer mais espaço para a produção e fruição cultural, para a formação profissional, para o convívio e o lazer, para o turismo, para a criação de novos empregos.

Luta pela redução do horário de trabalho sem perda de direitos nem de salário que ao longo de muitos meses foi travada pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras da têxtil, do vestuário e do calçado e que foi coroada de êxito. Luta pela redução do horário de trabalho que prossegue na União Europeia e que é protagonizada pelos comunistas e pelas principais forças progressistas.

E permitam-me que aqui faça um parêntesis para lembrar que muitas das conquistas que hoje temos e que são quase tão naturais como o ar que se respira, como sejam as 8 horas diárias, o direito a férias e às férias pagas, o direito à segurança social, ou por exemplo, o direito das mulheres a eleger e a serem eleitas não foram dádivas das classes dominantes. Foram direitos conquistados pela luta e em todas elas encontramos o empenhamento, a intervenção, o esforço e até o sangue dos comunistas e também dos comunistas portugueses.

E se também no passado as lutas da classe operária e do proletariado rural foram acompanhadas pela luta e pela intervenção dos artistas e da intelectualidade progressista, também agora tivemos esse testemunho por parte daqueles que sempre estiveram com o povo e estão presentes nestas comemorações, de que saliento, entre outros, o Manuel Freire, o Carlos Alberto Moniz, e hoje o nosso amigo Carlos do Carmo. Quiseram trazer-nos a sua arte, a sua generosidade, o seu afecto, o seu calor humano.

E levarão também consigo, o afecto, o reconhecimento e o calor humano dos trabalhadores e do povo do Couço que também não os esquece.

Permitam-me ainda que sublinhe que as lutas que hoje comemoramos são também um exemplo da importância, da largueza da unidade, em contraste com as concepções que se traduzem em estreitamento sectário. Na verdade, quando o PCP

lançou a palavra de ordem de greves contra a fraude eleitoral, a "grande greve", iniciada 15 dias depois das eleições teve a adesão dos trabalhadores e das diversas camadas da população, incluindo a quase totalidade dos comerciantes que não só participaram directamente nestas, como apoiaram os presos políticos e as suas famílias.

O povo do Couço comemora com justo orgulho estas duas grandes datas que mais tarde tiveram a sua continuação com a mesma coragem e consciência política, determinação e criatividade, quer na fundação e consolidação do regime democrático, quer na construção da Reforma Agrária quer nas lutas de hoje pela transformação social, pelo aprofundamento da democracia, por uma sociedade mais justa e mais fraterna em que o homem não seja o lobo do próprio homem.

### Um património de dignidade

Estas são datas que são também pertença do grande património histórico do PCP, do património histórico da luta do povo português. Quarenta anos depois aqui estamos confiantes e empenhados na construção de um futuro melhor, na luta por novos direitos e por um grande projecto renovado que tem por horizonte o socialismo.

E no ano em que passaram 150 anos sobre a publicação do Manifesto do Partido Comunista, a obra inesquecível de Marx e Engels, que deu um impulso decisivo para o grande movimento de ideias, de combates e de lutas, orientadas pela perspectiva inovadora e revolucionária da superação do capitalismo, e também no ano em que o PCP celebrou com legítimo orgulho os 77 anos de vida e de luta, aqui estamos hoje no Couço para prosseguir, com novas energias e combatividade renovada um grande património de experiência, de generosidade e de combate pela liberdade, justiça social e a democracia, que marca a incomparável presença do PCP na sociedade portuguesa ao longo deste século.

O povo do Couço comemorou com justo orgulho duas datas maiores com os olhos postos no futuro expressando o seu apego aos ideais humanistas, aos ideais da liberdade, da solidariedade, da justiça e da fraternidade. O povo do Couço foi assim ontem, é assim hoje e será assim no futuro.

(...) Basta, como já aqui foi dito, que cada geração saiba transmitir à geração seguinte este seu "segredo": a dignidade vale mais do que tudo na vida e um povo que sabe e assume isso, vence sempre.



A Praça 25 de Abril foi palco de um grande comício onde interveio o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas

# Privatizações, sector público e alternativa

■ FRANCISCO LOPES  
Membro da Comissão Política

**O GOVERNO PS, prossequindo a política de direita, aprofunda o processo de destruição do sector público. É um processo que corresponde a uma linha estratégica do governo de António Guterres, e que, mais do que cedência e claudicação perante os grupos económicos e financeiros, significa uma efectiva convergência e fusão com os seus interesses.**

Após toda a retórica e ilusão de mudança que andou a vender aos portugueses, o PS não só continuou a política de privatizações do PSD, como a levou mais longe.

O governo PS privatizou, empresas como a Portugal Telecom, a EDP, a Cimpor, a Brisa, a Portucel, a Tabaqueira, a Setenave, a Quimigal e o BFE, num processo que teve como últimos exemplos, os serviços de notariado, a linha de caminho-de-ferro Fogueteiro/Ponte 25 de Abril/Lisboa e as 2ª e 3ª fases da privatização da EDP.

Tem na calha, entre outras empresas ou sectores, a privatização dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, da TAP, dos Aeroportos, dos Portos, dos Caminhos-de-Ferro, da Brisa, da Portucel, de empresas do sector agrícola e pecuário e de áreas do abastecimento de água e saneamento.

Ao mesmo tempo que está a levar ao limite a privatização de empresas e serviços públicos, o governo desenvolve a linha privatizadora da Administração Pública, sobre a qual o secretário de Estado da Administração Pública veio teorizar, com declarações recentes, em que limita o papel do Estado à mera função de coordenação e aponta para a privatização de tudo o resto.

Este processo vem de longe, é um dos maiores escândalos das últimas décadas e tem graves consequências para o país, numa dimensão que está longe de ser avaliada, nos seus efeitos presentes e implicações futuras.

O país perde centenas de milhões de contos de lucros, das empresas total ou parcialmente privatizadas, que o encaixe imediato resultantes das privatizações está longe de compensar a prazo.

A política do governo nesta matéria corresponde a uma opção estratégica, mas não deixa também de ser influenciada pelo objectivo de cumprimento dos critérios de Maastricht e do pacto de estabilidade.

A utilização de dinheiro das privatizações no Orçamento de Estado, divulgada à poucos dias e as preocupações sérias colocadas por responsáveis da Administração Fiscal quanto ao pagamento de impostos, que as empresas privatizadas tendem a deixar de fazer, mostram quanto se está a hipotecar o futuro, vendendo o património.

Neste processo, o favorecimento dos grupos e as negociatas que comprometem o interesse público são uma característica da responsabilidade, tanto do PSD como do PS, que a única coisa que podem seriamente discutir entre si, neste tipo de práticas, é quem ocupa o primeiro lugar.

Vendas directas, subavaliação, entrega ao desbarato, concessões atribuídas por valores ruinosos para o Estado, que em alguns casos ainda tem de pagar verbas elevadíssimas, imenso dinheiro gasto em propaganda, há de tudo um pouco, ao longo destes anos.

Um dia, independentemente dos resultados a que seja possível chegar nos inquéritos em curso na Assembleia da República, este processo será esclarecido. Mas, o que é conhecido permite dizer que a reconstrução do poder dos grandes grupos capitalistas no nosso país, nesta fase da vida nacional, é um processo assente nos favorecimentos, nas negociatas, no compadrio e no tráfico de influências de que o país e o povo português estão a ser as grandes vítimas.

Alguns destes processos de favorecimento foram justificados com o pretexto da necessidade de criar núcleos duros de accionistas ditos nacionais, quando, o processo de privatizações tem significado a penetração do capital estrangeiro, com controlo e domínio de actividades, a quem os grupos "nacionais" estão associados e de quem em vários casos não passam de "testas de ferro", comprovando a conhecida verdade que o capital não tem pátria.

Após a entrega do controlo total de empresas e sectores, em particular da área financeira,

hoje algumas das mais importantes empresas de serviços públicos têm já além de estrangeiros, administradores de um núcleo central de grupos económicos: Espírito Santo; BCP; Mello; Champalimaud; BPI;

Belmiro de Azevedo e Amorim, permitindo-lhes, com baixas percentagens do capital, influenciar decisivamente a gestão.

A redução dos postos de trabalho, a desregulamentação e o ataque aos direitos dos trabalhadores, o agravamento da exploração têm estado sempre associados ao processo privatizador, aspectos que as concentrações, fusões e reestruturações em curso na banca e em outros sectores estão a intensificar.

O desinvestimento nos serviços públicos e o seu encarecimento ou manutenção a preços injustificadamente altos, com a sua sujeição ao exclusivo critério do lucro é outra das consequências que é assumida com orientações explícitas em algumas empresas. Invocando as pressões dos accionistas para aumentarem os seus lucros, são definidas orientações no sentido da redução de investimentos, da subordinação da qualidade dos serviços ao conceito de custo/benefício, da definição da qualidade do serviço não como um fim em si próprio mas como um meio para o negócio.

Verifica-se também uma crescente fusão de interesses políticos e pessoais entre elementos dos núcleos dirigentes do PS, PSD e CDS/PP e os grupos económicos e financeiros, com a dança dos responsáveis, hoje como membros do governo, deputados, dirigentes partidários, amanhã como administradores ou consultores desses grupos e em outros casos associando em simultâneo à sua condição de deputados e dirigentes partidários altas responsabilidades nos referidos grupos.

Em todo este processo é cada vez mais saliente o rápido reforço dos grupos económicos e financeiros, que adquiriram um enorme poder económico, mas também um crescente controlo sobre a vida nacional, sobre a comunicação social e sobre o poder político, que é ilustrado pela arrogância com que falam.

A cimeira de Bicesse, que em 17 de Maio juntou o Primeiro-Ministro e uma grande parte do Governo com os principais elementos dos grupos económicos e financeiros, constitui um elemento esclarecedor, sobre o poder desses grupos e a posição do PS.

Ali estiveram reunidos os interesses que comandam o governo do país e se evidenciou que os portugueses votam, mas que, pela mão do PS, são os grupos económicos que mandam.

Usando uma expressão adaptada com propriedade para a actual realidade portuguesa, na opinião do PS, "o que é bom para os grupos económicos é bom para Portugal".

Estamos perante uma situação com aspectos novos. O Sector Público está consideravelmente reduzido e continua a ser golpeado pela acção do Governo PS que descobre todos os dias novas áreas a privatizar.

Face à ofensiva em curso pode colocar-se a questão de saber se ainda existe um Sector Público, qual o sentido da luta em torno deste, que Sector Público se exige para a concretização de uma alternativa, de uma política de esquerda.

Na situação actual e considerando o Sector Público, como as empresas, áreas e serviços de propriedade pública, o conjunto das participações do Estado ou de entidades por si controladas (em que se inserem participações majoritárias e participações minoritárias com direitos especiais de intervenção), podemos dizer que, apesar dos golpes sofridos, há ainda um sector público com uma dimensão e um papel importantes.

Importantes, mas, face ao poder do grande capital, insuficientes para sustentar um projecto próprio de desenvolvimento do país ao serviço do povo português, particularmente no quadro actual de tendência para internacionalização da economia.

Dada a importância do Sector Público ainda existente e a ofensiva de que é alvo, o prosseguimento e intensificação da luta em sua defesa e contra as privatizações constitui uma tarefa de grande actualidade e sentido de futuro, a travar simultaneamente com a exigência da adopção de orientações e objectivos de gestão alternativos aos actuais e em ligação com a resposta aos problemas e aspirações dos trabalhadores e das populações.

Coloca-se entretanto a necessidade de um sector público forte que, no quadro de uma nova política, do uso dos instrumentos e posições que o Estado detém, possa garantir a aplicação das grandes linhas e a concretização das orientações, capazes de assegurar o desenvolvimento de Portugal.

A Constituição foi sucessivamente alterada, no sentido de facilitar a recuperação do grande capital, mas mantém-se a obrigação da subordinação do poder económico ao poder político e da coexistência, do sector público, do sector privado e do sector cooperativo e social de propriedade dos meios de produção.

No entanto, de pouco serve um conceito geral de subordinação do poder económico ao poder político, que não tenha qualquer expressão prática, e não a terá com o nível que atingiu o poder e o controlo do grande capital sobre a economia e consequentemente sobre a vida nacional.

A luta em defesa do Sector Público e dos serviços públicos, contra as privatizações, está e estará, assim, cada vez mais ligada à necessidade do reforço do papel do Estado, do Sector Público, da propriedade social, nos sectores básicos e estratégicos,

definidos numa perspectiva actual e de futuro, com novas exigências de eficácia de gestão e participação, no quadro de uma economia mista, em que o sector privado com empresas de diferentes dimensões tem, tal como o sector cooperativo, um papel importante a desempenhar.

Esta é uma questão essencial para a definição e concretização de uma alternativa de esquerda, que para o ser de facto, não pode significar a convivência com o enorme e acrescido poder económico e político do grande capital, nem representar assumidamente ou na prática a gestão política dos seus interesses.

Uma alternativa que o Partido Comunista Português insere, na luta por uma democracia avançada — política, económica, social e cultural —, na afirmação do seu projecto e ideais.

**O país perde centenas de milhões de contos de lucros das empresas total ou parcialmente privatizadas, que o encaixe imediato resultante das privatizações está longe de compensar a prazo.**



# Exercícios de manipulação da informação

Um dos exercícios mais sugestivos que se puderam fazer nos últimos tempos foi a leitura da nossa imprensa após o referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

A reflexão atenta sobre simples notícias, comentários, análises que foram sendo publicadas produz um volume de matéria mais que suficiente para uma tese de mestrado sobre a imprensa que temos e os padrões de qualidade, de isenção e de rigor que orientam a sua actividade.

E como não quero incorrer no mesmo pecado daqueles que, por incompetência ou má-fé, generalizam as suas apreciações quero desde já dizer que, felizmente, há várias e boas excepções ao que vou escrever. Em todo o caso há um traço geral de apreciação que é comum a muitos dos profissionais e "analistas" que proliferam na imprensa portuguesa.

Todos estaremos recordados como, antes do referendo sobre a IVG, era reclamada esta consulta e, como em geral, o referendo era descrito quase como a salvação desta democracia tutelada pelos partidos que assim, impediam que a "sociedade civil" se pronunciasse em toda a liberdade e se mobilizasse para uma mais efectiva participação na vida pública. Entretanto, perante a elevada taxa de abstenção, ouvimos e lemos dos mesmos comentadores que afinal "a classe política anda a brincar com o fogo" (1), que "se os mais altos responsáveis políticos se desinteressaram do referendo, dado que fugiram a participar na campanha, porque haveria o povo de se interessar?" (2) e que "os deputados passaram por cima do referendo sobre o aborto e fingiram que o desastre não tinha

nada a ver com eles" (3), este em comentário à primeira sessão plenária da Assembleia da República a seguir ao referendo.

Daqui passaram para a apreciação dos anunciados próximos referendos, designadamente, o referendo sobre o Tratado de Amsterdão. E o que lemos a propósito da aprovação das perguntas? Diz um: "Os pilares da democracia foram de férias... Setenta e cinco dias de descanso para arrefecer os neurónios, naturalmente em brasa depois de terem inventado uma pergunta admirável para o referendo sobre a Europa... É difícil, senão mesmo impossível, encontrar por esse mundo parlamentares com tal poder de imaginação" (4). Outro escreve: "... era aconselhável pensar duas vezes antes de se voltar a pedir-lhe (ao povo) que vote sim ou não sobre qualquer outra matéria. Mas não foi isso que os deputados e líderes políticos fizeram." (5). Outro ainda afirmava: "a forte abstenção no referendo do aborto questiona a realização de novas consultas nos tempos mais próximos? Os partidos políticos com assento parlamentar apressaram-se ontem a dizer que não podia ser assim" (6). Um cronista escreveu ainda: "E o sempre inconformado e anti-europeísta PCP do dr. Carvalhas acaba de manifestar-se como o mais feroz adversário do mesmo referendo (sobre o Tratado de Amsterdão) pelo qual fora o primei-

ro a fazer campanha (com cartazes e tudo) a favor do não" (7).

Desculpem-me os leitores estas várias e insuportáveis citações mas a sua leitura (e muitas outras) são elucidativas de um certo tipo de jornalismo onde a generalização abusiva, o preconceito anticomunista, a falta de rigor e até a mentira mais descabelada têm vindo a fazer caminho. O camarada Vítor Dias já se referiu a este "drama" no artigo que escreveu para o Semanário (8). Eu próprio protestei junto do Provedor dos Leitores do Diário de Notícias. Porque a verdade é que quem escreve isto sabe perfeitamente:

a) Que o PCP (tal como o Partido Ecológico Os Verdes) sempre se manifestou contra esta enxurrada de referendos;

b) Que, apesar disso, "os mais altos responsáveis políticos do PCP" empenharam-se na campanha da despenalização da IVG;

c) Que, na Assembleia da República, logo após o referendo, o PCP pronunciou-se fortemente sobre os seus resultados;

d) Que o PCP votou contra a resolução (aprovada pelo PS e PSD, com a abstenção do PP) que definiu o referendo sobre o Tratado de Amsterdão, chamando-lhe referendo-fraude, e que sempre denunciou o negócio PS-PSD-PP que levou à resolução do referendo sobre a regionalização, tal como já tinha feito na Revisão Constitucional;

e) Que o secretário-geral do PCP foi quem, no debate do Estado da Nação, colocou a António Guterres a pergunta sobre a inutilidade do referendo sobre Amsterdão e interpelou o Governo sobre quais as consequências que extrairia desse referendo se a resposta fosse Não;

f) Que o PCP nunca defendeu um referendo sobre o Tratado de Amsterdão mas sim, o que é coisa bem diferente, sobre Maastricht e sobre a Moeda Única. E que foi sobre estes temas que se fez a campanha do Não.

assento parlamentar", aos "deputados" para não criticarem quem deveriam criticar, isto é, o PS, o PSD e o PP.

O episódio é ilustrativo do grau de "isenção" de quem assim escreve e se pronuncia. Generalizando e manipulando, transmitindo — como lembra Pierre Bourdieu — "uma visão cínica do mundo político, espécie de arena entregue às manobras de ambiciosos sem convicções", estes comentadores e analistas sabem que estão a impedir a formação de uma opinião pública esclarecida e que estão a contribuir para um caldo de cultura onde facilmente se alimentam todos os que desvalorizam a vida democrática e de onde emergem todos os totalitarismos. Mas sabem mais do que isso. Como produtores activos do pensamento ideológico dominante, ao serviço dos interesses económicos (de que o episódio da sobrecapa de publicidade ao terceiro operador de telemóveis *Optimus* de Belmiro de Azevedo publicada numa revista de domingo do Público confundindo-se com a verdadeira capa é bem ilustrativo) e ideológicos que tutelam os *media* eles cumprem uma função: a de desvalorizar, ocultar ou distorcer as posições e propostas daqueles que se recusam a ser cúmplices na gestão deste tortuoso sistema, se opõem a ele e não se resignam ao fado do "pensamento único" ou da vitória definitiva dos "mercados" e do modo de produção dominante. É por isso também que na mesma linha de orientação temas como o desemprego, a precariedade ou a miséria; a crescente e intolerável desregulamentação e liberalização das relações laborais; a privatização e degradação das funções sociais do Estado; a miséria, o crime e a corrupção nos novos países recuperados para o sistema, do Centro e Leste da Europa, etc., ou são silenciados ou são remetidos para pequenas notícias em páginas interiores ou são valorizados como a solução "natural", que não se questiona. Em

seu lugar multiplicam-se as banalidades, as superficialidades, os escândalos sociais, o "fait-divers". Nada pode perturbar a caminhada vitoriosa do sistema de relações dominantes e até do respectivo léxico. Tudo o resto são obstáculos marginais que

não se adaptam à realidade desta "economia global", que não reconhecem as virtudes e os êxitos definitivos do capitalismo e que, por isso, devem ser arredados do caminho e arrumados no baú das coisas sem préstimo.

Contudo, mesmo sem ser necessário aderir a este questionamento do sistema, é possível e desejável que os profissionais da comunicação social — e muitos fazem-no, e bem — reflectam e se interroguem sobre comportamentos como os que criticamos, comportamentos que deliberadamente apagam diferenças e não separam o trigo do joio, que contribuem decisivamente não só para o descrédito da própria função como para o empobrecimento e descaracterização de uma democracia que se quer viva e plural. Para parafrasear Claude Julien, entre "revoltar-se ou agachar-se" há que recusar o caminho que "rebaixa dramaticamente" a qualidade da informação.

(1) Diário de Notícias, Editorial, 6/7.

(2) Expresso, Opinião, 4/7.

(3) Expresso, Opinião, 4/7.

(4) Diário de Notícias, Editorial, 3/7.

(5) Expresso, Opinião, 4/7.

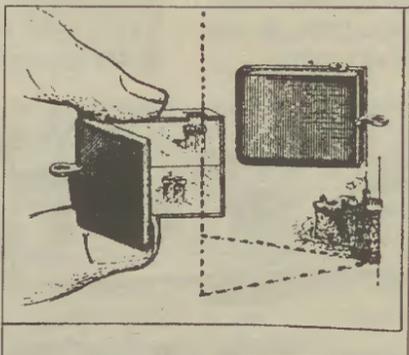
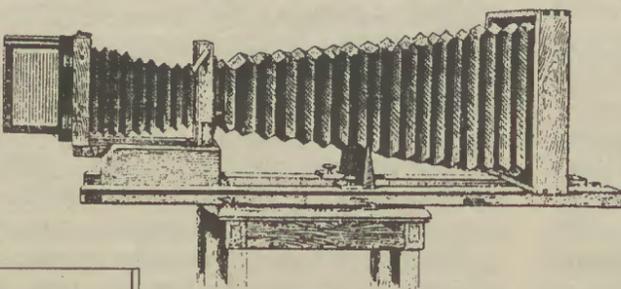
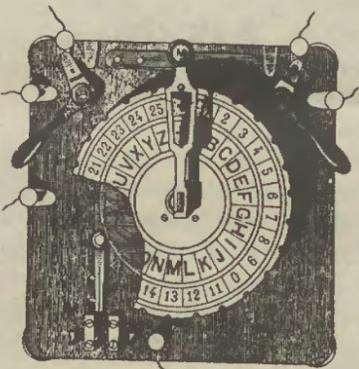
(6) Público, Em Público, 1/7.

(7) O Semanário, Crónica da Semana, 11/7.

(8) O Semanário, À Esquerda, 11/7.



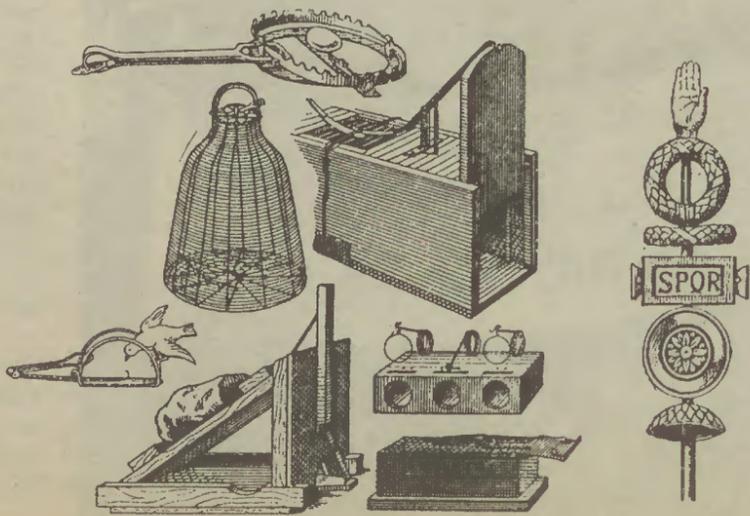
■ Lino de Carvalho



## Generalizando e manipulando

Eu sei que nos tempos que correm a memória parece ser cada vez mais curta. Mas é óbvio que não pode ser tão curta que absolva a nossa imprensa de tantas e tão grosseiras mistificações, generalizações abusivas e mentiras escondidas atrás dessa palavra que tudo recobre e tudo falsamente uniformiza, a "classe política".

Se o PCP fosse, de facto, responsável por todos estes males então seguramente que seria tratado pelo seu nome, escalpelizada a sua história, despido na praça pública. Mas como em todos estes episódios o PCP foi a única força política (como aliás o próprio jornal Público reconhecia num "sobe e desce") que teve uma atitude séria e coerente, que a tempo pôs o dedo nas feridas, que denunciou que "o rei vai nu", que votou contra quando teve que votar e que, apesar disso, se empenhou firmemente nas batalhas políticas do referendo sobre a IVG (como se empenhará nas próximas que se vierem a realizar), então a solução foi (e é) ou ignorar as posições do PCP ou generalizar as apreciações a uma inexistente "classe política", aos "partidos com



9 de Julho de 1998

■ José Decq Mota

# Uma data que não será esquecida

**A** data de 9 de Julho de 1998 vai ficar na memória e na história como sendo um momento em que, no século XX, fez um dos mais violentos terramotos que atingiram ilhas dos Açores.

Comparável pela sua intensidade a vários outros sismos de grande magnitude que semearam noutros anos, morte e destruição, o sismo de 9 de Julho causou 8 mortos no Faial tendo destruído várias freguesias desta ilha, bem como algumas localidades do Pico e algumas habitações em São Jorge.

Quem sentiu este sismo não mais poderá esquecer a violência e persistência do abalo e fica apto a perceber as gravíssimas e inevitáveis consequências destrutivas verificadas nas zonas mais próximas do epicentro e nas habitações que não são anti-sísmicas.

Chegar, como cheguei, à Ribeirinha, aos Espalhafatos ou ao Salão, pouco tempo depois do sismo e ver o mar de destruição que lá está, a desolação que marca os rostos, a dor estampada na expressão de novos e velhos, faz criar uma determinação muito grande em contribuir para que tudo seja reconstruído depressa, mas bem.

A catástrofe que vivemos nestas ilhas centrais veio mostrar a debilidade do nosso parque habitacional, a inconsistência de certas orientações e a necessidade, muito urgente, de ser prosseguida uma verdadeira política de reabilitação anti-sísmica dos edifícios existentes.

Temos que ter também a consciência rigorosa de que este sismo não mexeu apenas com os edifícios, mas afectou principalmente as pessoas e as suas vidas.

Os longos vinte segundos do abalo destruíram vidas, haveres e sonhos. Reconstruir, neste contexto, não é apenas uma tarefa de construção civil. Reconstruir terá que ser, principalmente, abrir caminhos novos para uma população que tem que viver e produzir com maior comodidade e segurança.

## Protecção Civil e solidariedade

Sou testemunha dos acontecimentos de 9 de Julho e dias subsequentes e gostaria de registar algumas situações que observei.

A Comissão Local da Protecção Civil esteve à altura da dimensão da catástrofe. As acções por ela desenvolvidas foram crescendo permanente e prontamente por resultado directo da informação objectiva que ia chegando.

O Hospital da Horta mostrou um elevado grau de prontidão e as equipas conjuntas do Hospital e do Centro de Saúde depressa estavam no terreno.

A Comissão Regional de Protecção Civil chegou rapidamente ao Faial e entrosou-se muito bem com os trabalhos que já decorriam.

Os reforços da Protecção Civil Nacional foram oportunos e vieram com rapidez.

**A nível dos socorros imediatos tudo funcionou bem, porque funcionou com um claro sentido de solidariedade.**

Gostaria, no entanto, de deixar algumas referências especiais.

A primeira delas vai para a Associação Faialense de Bombeiros Voluntários, pela sua imediata mobilização e pela sua prolongada e permanente acção.

Não nos podemos esquecer que muitos dos bombeiros do Faial tiveram também problemas nas suas moradias e têm, como todos nós, as suas famílias.

Não obstante isso permaneceram no terreno salvando, desobstruindo, garantindo o abastecimento de água, organizando campos de desalojados, etc.

Uma palavra também é devida aos destacamentos de bombeiros do Pico, São Jorge, Terceira e outras ilhas que estiveram no Faial, bem como aos destacamentos e meios militares que compareceram. Os radioamadores destas ilhas deram um inestimável contributo na eficiência das comunicações.

As empresas de construção civil disponibilizaram máquinas e trabalhadores e só assim foi possível repor as ligações rodoviárias e criar segurança demolindo escombros perigosos.

A EDA e os seus trabalhadores conseguiram o «milagre» de restabelecer a energia eléctrica em todas as freguesias no próprio dia 9.

Os trabalhadores dos Municípios, das Obras Públicas, dos Serviços Florestais, dos Serviços Agrícolas, do Instituto de Acção Social e de outros serviços deram enormes exemplos de esforço, dedicação e sentido de solidariedade.

As IPSS souberam, também, dar resposta imediata, especialmente no que respeita à alimentação dos desalojados e o volonta-

As decisões dos órgãos políticos e o acompanhamento da respectiva execução exigem simultaneamente rapidez, eficiência e profundidade.

Partindo do momento actual há uma primeira prioridade a cumprir que é a de passar os desalojados das tendas e polivalentes para módulos prefabricados, antes que o Inverno chegue.

A definição do quadro legislativo que vai enquadrar a reconstrução e as ajudas aos sinistrados é outra prioridade a desenvolver com urgência.

Seria um erro pensar que o órgão de coordenação a criar se deve substituir aos Municípios das zonas afectadas, ou que não tem que ter um enquadramento político e técnico substancial e experiente.

**É necessário mobilizar todos os meios técnicos locais, é necessário estabelecer diálogo com as populações e é indispensável deitar mão a experiências anteriores, como é o caso da reconstrução da Terceira.**

Reconstruir terá que ser também melhorar a qualidade construtiva, melhorar a vivência colectiva e melhorar a qualidade de vida das populações.



riado funcionou bem no que toca ao Banco Alimentar, Cáritas e outros organismos.

O Serviço Regional de Protecção Civil e o SIVISA (vigilância sismológica) mantiveram e mantêm ainda hoje a população informada sobre a evolução da crise, adoptando uma postura muito louvável de prevenção, alerta e verdade.

**A vida dos cidadãos desorganizou-se de modo súbito, mas, no geral, a sociedade, as instituições, as pessoas individualmente consideradas souberam ser solidárias e encontrar as respostas de emergência que eram necessárias.**

## Da destruição à reconstrução

A dimensão da destruição é muito grande na ilha do Faial e, embora de menor volume, é muito significativa nalgumas localidades do Pico.

As medidas a tomar no plano legislativo, administrativo e organizativo, tendo em vista a reconstrução terão que ser medidas compatíveis com a magnitude do problema.

Os meios financeiros, técnicos e humanos que são indispensáveis serão inevitavelmente vultuosos e com um elevado grau de exigência.

A reconstrução das zonas rurais têm que ter em conta a importância e o peso vital que a agro-pecuária tem nesta economia.

É esquecida por muitos a luta titânica que os lavradores das zonas atingidas têm desenvolvido desde o dia 9/7, para manter as suas manadas e fornecer, especialmente, água ao gado.

Essa luta que mostra uma profunda determinação em evitar perdas nos meios de subsistência, evidência também que é necessária uma verdadeira intervenção a nível do abastecimento de água às explorações e a nível da reabilitação da rede viária vicinal.

Há que testar o Plano Director Municipal do Faial (em fase de conclusão) face à situação criada com o sismo; há que pensar em planos de pormenor das zonas atingidas; há que reconstruir, modernizando mas mantendo, no grau possível, algumas características importantes e fundamentais.

As ajudas a estabelecer têm que ser canalizadas para os sinistrados, evitando-se todos os tipos de oportunismos e aproveitamentos que tendem a surgir nestas situações.

**Há, acima de tudo, que haver sentido de diálogo com as populações, envolvimento dos meios humanos locais e regionais e o bom senso bastante para não se consentir em racionios e cedências que prejudicariam os sinistrados e comprometeriam a qualidade da reconstrução.**

EM FOCO

# Carlos Carvalho na África Austral

Uma delegação do PCP, dirigida por Carlos Carvalho, e integrando ainda Albano Nunes, membro do Secretariado e responsável da Secção Internacional, e Domingos Lopes, do CC e da Secção Internacional, efectuou uma visita à África do Sul e Angola entre 1 e 7 de Julho. Uma visita sucintamente noticiada no "Avante!" anterior, por falta de espaço, e que aqui retomamos, dada a importância das relações entre os nossos povos e partidos.

"MPLA e PCP estreitam relações." Esta a forma como é titulada, na imprensa angolana, a deslocação da delegação do PCP a Angola, e que envolveu um significativo leque de encontros. A delegação foi recebida pelo presidente Eduardo dos Santos, realizando-se ainda conversações com uma delegação do MPLA dirigida pelo seu secretário-geral, Lopo de Nascimento, e de que faziam também parte, entre outros, Paulo Jorge, do Bureau Político e Secretário das Relações Exteriores, Roberto dos Santos, do Bureau Político e Secretário para as Relações Políticas, e Manuel Ruas, chefe do departamento das Relações Externas do MPLA.

A delegação portuguesa teve oportunidade de visitar as cidades de Benguela e do Lobito, onde visitou empreendimentos económicos e contactou numerosos militantes do MPLA e trabalhadores. Em Luanda, foi recebida na Associação 25 de Abril, onde Carlos Carvalho participou num encontro particularmente caloroso e fraternal.

Em encontro com a comunicação social, Carlos Carvalho valorizou a posição do MPLA, "que tudo tem feito para cumprir o acordado e para que a paz seja uma realidade". E sublinhou: "Não se pode pedir ao governo angolano que fique de mãos atadas face às sucessivas violações dos acordos pela Unita e aos sucessivos actos de vandalismo por ela praticados."

Na África do Sul, a delegação assistiu aos trabalhos do 10º Congresso do PC Sul-africano, onde Carvalho fez uma intervenção em nome do PCP, que publicamos em separado, tendo-se encontrado nomeadamente com Blade Nzimande, o novo secretário-geral do PCSA, e Jeremy Cronin, o secretário-geral adjunto.

Carlos Carvalho teve ainda ocasião de efectuar uma breve troca de impressões com Thabo Mbeki, presidente do Congresso Nacional Africano (ANC) e vice-presidente da África do Sul e a delegação do PCP encontrou-se com uma delegação do ANC, dirigida por Kgalema Mothantse, secretário-geral, onde foram abordadas questões relativas ao desenvolvimento das relações entre o PCP e o ANC.



Carlos Carvalho com Lopo de Nascimento, secretário-geral do MPLA



Pausa no Congresso do PC Sul-africano

## Enfrentar em conjunto velhos e novos desafios

### Intervenção do secretário-geral do PCP

"Fazemos votos para que esta aliança vitoriosa que permitiu derrotar o ignominioso regime do *apartheid*, seja capaz de prosseguir nas novas condições democráticas a edificação de um Estado democrático ao serviço do povo da África do Sul", disse Carlos Carvalho, na intervenção no Congresso do PCSA, ao saudar os comunistas sul-africanos, o ANC e a COSATU, central sindical dos trabalhadores da África do Sul.

Começando por referir a derrota do regime do *apartheid*, que "logrou mesmo ter a bomba nuclear", mas "não tinha o apoio do povo e por isso foi derrotado", Carvalho afirmou que, antes como agora, o inimigo é comum - "se ontem, nos negros dias do fascismo e do colonialismo enfrentávamos um inimigo comum, nos novos tempos, nos tempos da globalização ao serviço das grandes transnacionais, enfrentamos também esse mesmo inimigo, o imperialismo".

Foi, entretanto, a luta desenvolvida pela esquerda na Europa que mereceu particular destaque na intervenção de Carvalho.

A luta "por uma alternativa ao projecto neoliberal que se funda no poder do dinheiro, na abolição das fronteiras para o capital ao mesmo tempo que cria um novo bloco político-militar de carácter imperialista e que em torno da Europa ergue um novo muro intransponível para os trabalhadores do terceiro mundo".

A luta "por uma Europa de paz, cooperação e solidária, capaz de dar resposta aos problemas dos 50 milhões de pobres e dos 20 milhões de desempregados e que em vez de criar forças rápidas de intervenção em África, no Médio Oriente, seja capaz, no quadro

de uma cooperação reciprocamente vantajosa, de poder contribuir para que os países de África possam avançar nos seus projectos de desenvolvimento nacional".

Numa referência aos Acordos de Lomé, o secretário-geral do PCP denunciou a pretensão das principais potências europeias de os substituir pela "cooperação com países do leste europeu, devido aos cortes orçamentais para concretização da moeda única e maior alinhamento às orientações liberalizantes da Organização Mundial do Comércio" e considerou que "a recente acção da África do Sul ao Acordo de Lomé pode contribuir para dar um novo fôlego a essas relações e até às relações entre Portugal e a África do Sul".

"Enfrentamos velhos e novos desafios. Uns e outros são em Portugal inultrapassáveis sem a acção dos comunistas. Uns e outros requerem respostas no tempo presente" - sublinhou Carvalho, a concluir - "Temos consciência que enfrentamos problemas idênticos aos de tantos outros partidos comunistas, revolucionários e de esquerda. É por isso que estamos interessados no aprofundamento da cooperação com todos, para que todos possamos encontrar as respostas de que necessitamos. É também por isso que valorizamos a contribuição do PC Sul-africano para a construção de uma África do Sul democrática em que o governo coloque como objectivo central o desenvolvimento económico ao serviço das populações a fim de criar novos empregos, eliminar as chagas do *apartheid* e contribuir para a estabilidade de toda a região".



Delegação visita posto de secagem de peixe, em Angola

# Formação de professores

- uma questão que necessita de ser tratada com seriedade

**A** Comissão Coordenadora da Área da Educação, Ciência e Tecnologia do PCP vem observando com preocupação os mais recentes acontecimentos relativos à formação inicial e ao complemento de formação dos professores da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Aprovadas nesta matéria, há cerca de um ano, alterações significativas à Lei de Bases do Sistema Educativo, nenhum diploma legal regulamentador dos perfis de competências e dos novos cursos - todos de nível de licenciatura - está ainda publicado.

Também ainda não está criado o quadro jurídico que regule o modo como os professores actuais que sejam bacharéis poderão - caso o desejem - prosseguir a sua formação e vir a obter o grau de licenciado.

Recorde-se que as alterações introduzidas na Lei de Bases se revestiram de grande polémica: o PCP, ao mesmo tempo que apoiou e saudou a passagem para o nível de licenciatura das formações de professores para todos os graus de ensino, bateu-se para que essa elevação do grau académico correspondesse efectivamente a uma melhoria da qualidade da formação e para que as instituições de ensino superior tanto universitário como politécnico que viessem a produzir essas formações devessem possuir recursos, nomeadamente em docentes devidamente qualificados, para que, por exemplo, a atribuição da faculdade de formar os futuros professores do 3º ciclo, concebida agora também no ensino politécnico, não se traduzisse em efeitos indesejáveis. E a somar a tudo isto, o papel sempre crescente de um ensino superior particular fracamente ou nada fiscalizado pelo Estado, cuja produção todos os anos lança no circuito do ensino milhares de novos professores que o próprio Estado aceita recrutar tem sido e continua a ser motivo de apreensão - nomeadamente por falta de regras que a todos obriguem.

Recentemente e apesar de toda a indefinição jurídica, o Ministério da Educação, através do Departamento do Ensino Superior, urgiu as Universidades a indicarem, em oito dias, os números de professores que previam que no próximo ano lectivo já poderiam iniciar cursos de complemento de formação. Na situação descrita, sem se saber o que devem ser os cursos e em que domínios são necessários, parece tratar-se de brincadeira. Ou talvez não o seja: talvez seja apenas uma forma obtusa de afastar as Universidades públicas do seu papel tradicionalmente importante na formação de professores, para a entregar a outros. É evidente que, decorrentes da ausência de medidas decididas nesta fase pelo Ministério da Educação ou de medidas desajustadas, os impactos negativos desta situação não se farão esperar sobre os professores - algumas dezenas de milhar - e sobre a vida das escolas dos ensinos básico e secundário e da educação pré-escolar.

## Por isso se reclama:

1. Definição de regras claras por parte do Ministério da Educação em relação aos níveis de exigência no que toca à formação de professores, visando a melhoria de qualidade da mesma.
2. Reconhecimento do papel do Ensino Superior Público no que se refere à formação de professores com respeito pela autonomia dos estabelecimentos de ensino, o que exige a abertura de vias de negociação efectivas.
3. Intervenção real das organizações sindicais docentes, através da negociação de toda essa problemática, seja no sentido de ser defendida a qualidade das futuras formações iniciais seja no sentido de serem defendidos os direitos e aspirações de todos os professores já em exercício.



## Defesa Nacional e Forças Armadas

■ Rui Fernandes

**N**o passado dia 9 de Julho o CEMGFA, General Espírito Santo, foi entrevistado na RTP1 pela jornalista Judite de Sousa. **Tratou-se de uma entrevista a diversos títulos interessante. Desde logo, pelo facto do CEMGFA ter aceite fazê-la, quebrando e bem uma regra dos seus antecessores. Depois, porque não fugiu às respostas.**

O General admitiu que houve sururu entre os Ramos quando da sua nomeação para o cargo (lembramos que em virtude disso o General Aleixo Corbal pediu a demissão); admitiu que os vencimentos dos militares têm vindo a ser depreciados, etc.

Em matéria de política externa e mais concretamente no que diz respeito à situação na Guiné, a intervenção do CEMGFA foi comedida, com a reafirmação constante de que o direito internacional foi e continuará a ser cumprido, não deixando contudo de fazer sentir a existência de dificuldades com o Senegal.

Em matéria de reequipamento, a referida entrevista foi preciosa. É que o CEMGFA esclareceu em alguns segundos aquilo que o Governo, especialmente o ministro da Defesa, Veiga Simão, não esclareceu em largos minutos. Referimo-nos à aquisição de mais aviões F16. Há compromissos de Portugal no quadro das organizações de que faz parte (neste caso a NATO e a UEO) e a aquisição dos referidos F16 visa satisfazer esses compromissos. Claro, preciso e conciso!

Claro que o CEMGFA não disse nada para o qual o PCP já não tivesse chamado a atenção e razão pela qual votámos contra a aquisição dos referidos aviões. O que se lamenta é a inadaptação do ministro V. Simão no tratamento das matérias ligadas com a Defesa Nacional e Forças Armadas. O que se lamenta é o Governo não assumir publicamente que vai gastar uns milhões largos de contos na aquisição de aviões que não visam, em primeira linha, a defesa do espaço nacional mas a satisfação dos compromissos externos, no quadro de um conceito estratégico de defesa colectiva cada vez mais claramente exposto.

## Ó Sr. General, francamente...

Duas passagens houve na entrevista do CEMGFA que não podem passar em claro.

A primeira diz respeito ao existir muita gente a falar sobre as FFAA, sobre o que elas devem ou não ter. Temos uma opinião muito diferente. Na verdade, seria muito bom para as FFAA e para o País que muito mais cidadãos opinassem sobre problemáticas ligadas com a defesa militar da República. Repare-se que o Governo PS anunciou um amplo debate nacional a propósito da profissionalização das FFAA. Onde está esse debate nacional?

Sabemos que Veiga Simão cada vez que abre a boca cria um problema que obriga à intervenção da "força de reacção rápida" do Governo - Guterres, Jorge Coelho e Pina Moura.

Mas até tendo em conta esse objectivo da profissionalização, Portugal só tem a ganhar com mais debate e mais opinião. Essa coisa de que as questões militares são só para os militares não faz sentido. Até porque as questões militares nem para todos os militares são e aqui entramos na segunda questão, ligada com a afirmação do CEMGFA de que "sindicatos, comigo não!". E para justificar a afirmação, acrescentou que não faz sentido dar uma ordem para as tropas irem numa direcção e vir o sindicato dizer para elas irem noutra. Ó, Sr. General, francamente...

Será que para o CEMGFA os militares congregados em torno das associações militares existentes, e que significam milhares de militares, são irresponsáveis? Será que os países da União Europeia e da NATO que possuem - ou seja, praticamente todos - associações socioprofissionais e até sindicatos (sem direito à greve, como é óbvio) são, tanto no plano político como no plano militar, governados por irresponsáveis?

O fantasma lançado pelo Sr. General CEMGFA já só habita nalgumas casas, poucas, situadas para os lados do Restelo. E tanto assim é que as associações existentes têm relacionamento com todos os órgãos de poder, excepto, pasme-se! com as chefias militares.

Pode o Sr. General, e não só, pretender continuar a viver nesta hipocrisia (que tem custado punições a muitos militares) à sombra de um artigo - o 31 - da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas absolutamente caduco. Porque a questão é esta: o que está caduco já não vivifica e, como diz a canção, "não há machado que corte a raiz ao pensamento".

## A greve e os combustíveis

A greve desencadeada pelos camionistas está a lançar o país no caos, bastando dois dias de paralisação para «secar» os combustíveis na maior parte das bombas de abastecimento no País, por um lado evidenciando a fragilidade da rede de abastecimento e, por outro, expondo mais uma vez a tendência para o açambarcamento mal retine uma campanha de alarme. O mais grave, contudo, é a irresponsabilidade legislativa que está na origem do conflito. O Governo fez sair em Fevereiro deste ano legislação que obriga todos os motoristas de camiões de mercadorias perigosas a sujeitar-se a um exame teórico quinzenal onde pontificam perguntas como «qual é a altura das quebra-ondas de uma cisterna de transporte de produtos inflamáveis», exame que os motoristas consideram completamente desenquadrado da profissão e, ainda por cima, eliminatório, além de pago do bolso dos próprios, à razão de 100 contos por cabeça. A prova de que este exame está, de facto, completamente desajustado, está no facto - referido pela Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários (FESTRU) - de que, em Abril, mais de 90% dos motoristas que fizeram este exame teórico chumbaram. No meio disto, o secretário de Estado da Administração Interna,

## PONTOS CARDEAIS

Armando Vara, não resistiu a engrossar a voz com ameaças veladas e não explicitadas, acabando por «moderar» o tom perante a firmeza destes trabalhadores e a óbvia necessidade de se encontrar uma saída negociada para o conflito. É o que faz legislar-se como se o País fosse um imenso painel em branco onde os governantes desenham as suas iluminadas concepções da realidade...

### Pagar um «desejo»

Patrizia Reggiani, ex-mulher do milionário italiano Maurizio Gucci, assassinado misteriosamente em Milão, foi acusada de ter promovido o assassinato do marido, tendo sido confrontada com algo de aparentemente incontornável: o facto de ter entregue, em dinheiro, 500 milhões de liras aos executores do crime, entretanto também apanhados nas malhas da Justiça. Negando terminantemente que tenha encomendado o assassinato do ex-marido, a senhora explicou que dera tão elevada quantia aos assassinos porque «eles tinham feito uma coisa que ela desejava» - a morte do marido. Caramba! Se o pagamento de um «desejo» valeu 500 milhões de libras, imagine-se quanto não estaria a senhora disposta a

desembolsar pela própria encomenda!

### As mentiras

No seu desvario de «esquerda», Marcelo Rebelo de Sousa já atira indiscriminadamente. Agora até chama mentiroso ao Primeiro-Ministro António Guterres só porque ele disse que a regionalização iria facilitar a captação dos fundos comunitários sem, contudo, explicar onde estava a inverdade. Entretanto, que chamará ele ao seu próprio partido, que votou a inscrição da regionalização como um imperativo constitucional?

### O visitante «três milhões»

Esta semana, uma criança de seis anos vindo da Rampa de Sintra teve a grata surpresa de ser recebido à porta da EXPO'98 pelas mascotes Gil e Docas, que o mimosearam, e aos 40 colegas que o acompanhavam, com diversos presentes entregues solenemente no Pavilhão da Oceanofilia. Razão de todo este tratamento preferencial: o facto de o jovem Francisco Serra Matos ser o «visitante três milhões» da Exposição. Está certo, e ainda bem que a «sorte» tenha calhado ao jovem

Francisco Matos. O que não merece prémios são as previsões que apontavam para se estar a festejar, neste momento, a entrada do visitante «dez ou doze milhões»...

### Consumidores de peixe

Segundo dados divulgados em Bruxelas pela Eurostat, o departamento de estatística da União Europeia, cada português consome, em média, 57 quilos de peixe por ano, equivalentes a 13,6% do total de proteínas absorvidas e constituindo um consumo que equivale a mais do dobro dos 22 quilos consumidos em média em todos os países da União Europeia. Segundo estas estatísticas, ninguém bate os portugueses em consumo de peixe, na Comunidade Europeia: quem se aproxima são apenas os espanhóis (mesmo assim com «apenas» 39 quilos/ano), enquanto no fundo da tabela pontificam os austríacos (10 quilos/ano), os alemães e os holandeses (ambos com 12 quilos/ano). Perante tão saudável evidência, como se explica que se continue a afundar o que resta da nossa frota pesqueira e se esteja, crescentemente, a importar peixe, quando, ainda por cima, somos o segundo país no mundo (a seguir ao Canadá) a ter as mais vastas zonas económicas marítimas? «Mistérios» de «bons alunos»...

## PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

### Para sorrir e para pensar

#### Respeitinho!

Gascoigne não vai à selecção inglesa porque o seleccionador dissera: nada de copos, de noitadas e de cigarros. Gascoigne não respeitou. E ficou de fora.

#### Na legenda de um filme

- Do you think I can throw a baby shower?

(Trata-se de uma festa que os americanos dão às grávidas. Juntam-se em casa delas e levam prendas para o bebé que vai nascer)

Tradução:

- Acham que deite fora o chuveiro do bebé?



#### Elogio: a outra face do Euro

Uma atitude não passa com um discurso de elogio, isso ainda é pior. No mesmo dia em que (Marcelo Rebelo de Sousa) fez isso, ou no dia seguinte e após uma intervenção minha numa organização do PSD, em que eu e Cavaco discutíamos problemas legados ao Euro, ele fez-me um elogio, pensando que com elogios se compra a consciência das pessoas. Isso tornou essa pessoa ainda mais intolerável. Ele não pode ser um chefe político neste país.

(Belmiro de Azevedo)

#### Oremos pelo bispo

Hitler quis exterminar os judeus para os substituir por alemães. As mães que abortam, matam os filhos para os substituir por quem?

(António Rafael, bispo de Bragança)

#### Quem tem razão: Cuba ou Brasil?

O Brasil é um lugar onde coexistem a riqueza mais inacreditável com a mais inacreditável das misérias.

(Cohn Bendit)

#### A carta de António, lembrem-se? Fez agora 40 anos

D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, marcou em termos públicos um dogma que era o da identificação da Igreja e do Estado Novo, especialmente a hierarquia da Igreja de Portugal. E depois também veio demonstrar que não era verdade que quem se opunha ao regime era comunista.

(Prof. Pinto Machado)

#### Quem deve entrar no Guinness?

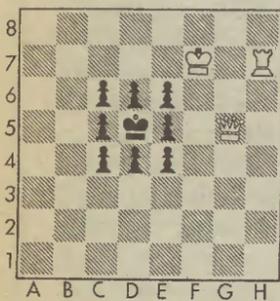
Foi assim. Houve aqui várias inaugurações. A ponte Vasco da Gama foi inaugurada com pompa e circunstância, com um grande almoço, mega-almoço chamado. Segundo parece, a feijoada entrou para o Guinness. Quem merecia estar no Guinness eram os trabalhadores que aguentaram esta situação de dezoito meses e meio com salários em atraso. Este sim, é um recorde impossível de bater a nível mundial.

(Trabalhador da Baptista Russo, na manifestação organizada à porta da Expo'98)

## XADREZ

DCLXVI - 23 DE JULHO DE 1998  
PROPOSIÇÃO Nº 1998X29

Por: David Przepiórka  
«Deutsches Wochensach» - 1907  
Pr.: [9]: Ps. c4, c5, c6, d4, d6, e4, e5, e6 - Rd5  
Br.: [3]: Th7 - Dg5 - Rf7



Mate em 4 [quatro] lances

\*\*\*

SOLUÇÃO DO Nº 1998X29 [D. P.]

1. Dc7!, d3; 2. D:d6+, R:d6; 3. Rf8, ~; 4. Td7 # 1. .... e3; 2. Th4 e 3. D:e6 #

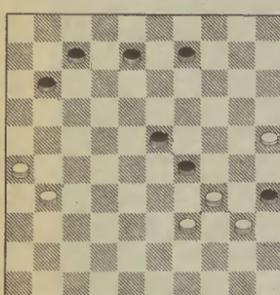
Nota: Este tema figurado é chamado: «A jaula de Tamerlão», «O sarcófago» ou «O túmulo do Conde»

A. de M. M.

## DAMAS

DCLXVI - 23 DE JULHO DE 1998  
PROPOSIÇÃO Nº 1998D29

Por: Maurice Nicholas [F]  
«Het Damspel», NL, V. 1958  
Pr.: [7]: 25-26-31-34-39-40  
Br.: [7]: 7-8-9-11-23-29-35



Branças jogam e ganham

\*\*\*

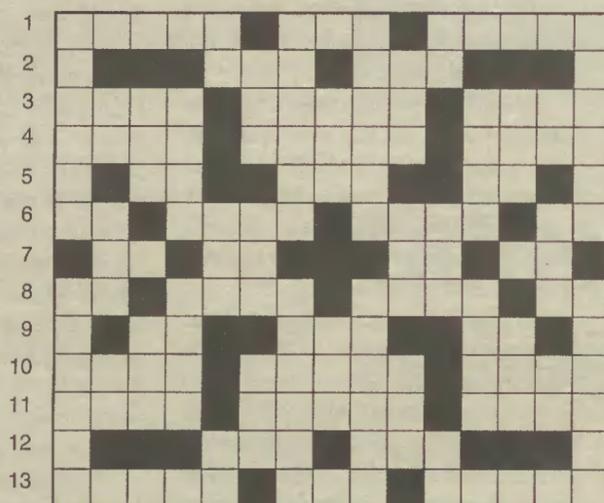
SOLUÇÃO DO Nº 1998D29 [M.N.]

1. 34-30! (35x33); 2. 30-24, (29x20); 3. 25x1=D, (23-28\*); 4. 31-27, (33-38/39); 5. 27-22, ~; 6. 9-6; 7. 9-6

A. de M. M.

## PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



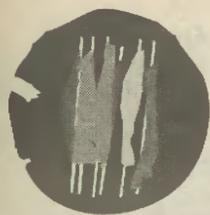
**HORIZONTAIS:** 1 - Cabo com que amarra uma embarcação ou uma tenda de campanha, ou com que se puxa qualquer coisa; hidróxido de cálcio; o mais distinto numa colectividade ou série. 2 - Rim (ant.); compareciam. 3 - Castiguei; osso par da face; casta inferior de japoneses. 4 - Paixão; acarinha; guisado de carne (bras.). 5 - Apelido; guameça com asas; artigo antigo. 6 - Américo (s.q.); triturar com os dentes; nome por que são vulgarmente designados uns batráquios anuros, semelhantes à rã; rapaz (pop.). 7 - Antiga nota dó; medida itinerária chinesa; divindade solar dos antigos egípcios; Ruténio (s.q.). 8 - Interj. de dor; modificação no aspecto que as coisas vão apresentando sucessivamente; antiga unidade de medida agrária correspondente a uns cinquenta ares; o mais (art.). 9 - Nota musical; víscera dupla; articulação das falanges dos dedos. 10 - Magnete natural; grande medo; discursam. 11 - Couro de boi preparado para fazer calçado; ave aquática brasileira; gritei (fig.). 12 - Apelido de poeta português; arco de cabaz. 13 - Destroço; o sono dos meninos (pl.); obra de malha feita com fio de linho, que apresenta desenhos mais ou menos caprichosos.

**VERTICAIS:** 1 - Arma branca constituída por uma lâmina comprida, de dois gumes e perfurante, com punhos e guardas; temperar com anis. 2 - O primeiro de todos os números; forma apocopada de muito; pedra de moinho. 3 - Zona circular e engrossada de uma haste donde sai um ou mais ramos (pl.); enfermidade. 4 - Encolerizar; finura. 5 - Brisa; carta ou documento escrito numa só folha; rio costeiro de França. 6 - Íntima; aqui está; parecido. 7 - Vociferar; o tesouro público. 8 - O m.q. lírio; designação corrente e abreviada do imposto sobre o valor acrescentado. 9 - Atilhos; frutos silvestres. 10 - Altar cristão; apelido de heroína francesa; pano de arrás. 11 - Preposição; que é divisível por dois; atmosfera. 12 - Que é feito de bronze, arame ou cobre; vinho que se aplica, em medicamentos, como excipiente. 13 - Semelhante; reza. 14 - Prata (s.q.); bico de verruma; Astatino (s.q.). 15 - Sinceridade (fig.); folha de arma ou instrumento cortante.

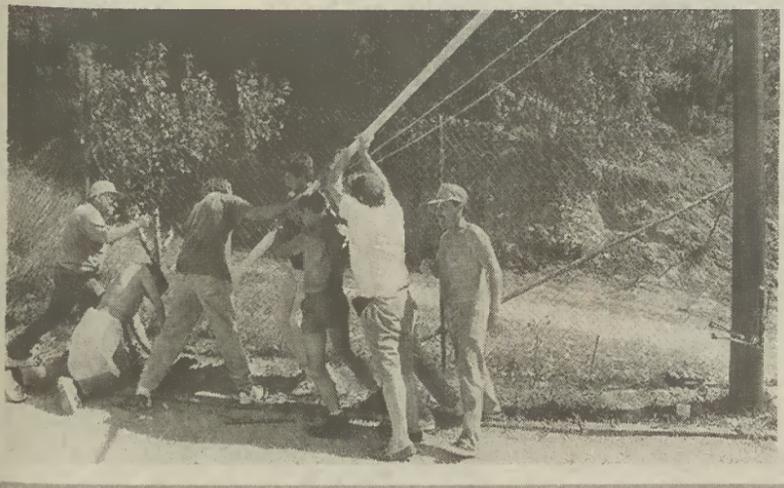
**SOLUÇÃO:**  
HORIZONTAIS: 1 - Espada; cal; escol. 2 - Rã; ím. 3 - Punt; malhar; elas. 4 - Amor; amimna; regu. 5 - Sá; asc; el. 6 - Am; roci; esp; pd. 7 - Ur; lh; Rk; Rn. 8 - Alt; fase; ace; 3. 25x1=D, (23-28\*); 4. 31-27, (33-38/39); 5. 27-22, ~; 6. 9-6; 7. 9-6  
VERTICAIS: 1 - Espada; antisar. 2 - Ur; mui; mo. 3 - Nds; mal. 4 - Irr; fira. 5 - Ar; ois; renda.  
Al. 9 - M; nm; no. 10 - lman; pavor; oram. 11 - Sota; arat; lat. 12 - Art; asa. 13 - Rufina; 14 - R; 15 - Tisura; lâmina.  
Arc; rds. 11 - Em; par; ar. 12 - Ereo; enol. 13 - Tal; ora. 14 - Ag; puq; At. 15 - Tisura; oia. A. 6 - lma; els; par. 7 - Clam; erdo. 8 - Lis; VA. 9 - Lames; amora. 10 - Ara; 11 - Interj. de dor; Ruténio (s.q.). 12 - Que é feito de bronze, arame ou cobre; vinho que se aplica, em medicamentos, como excipiente. 13 - Semelhante; reza. 14 - Prata (s.q.); bico de verruma; Astatino (s.q.). 15 - Sinceridade (fig.); folha de arma ou instrumento cortante.

A. de M. M.

## AGENDA


**F E S T A**  
**do Avante!**
**PASSEIO DE BARCO**  
**no "Alcatejo" DOMINGO, 26**

de Alcochete (às 8h) ao Mar da Palha e Quinta da Atalaia promovido pelas organizações de Alcochete e Montijo do PCP

**JORNADA DE TRABALHO E CONVÍVIO NA FESTA**

**• ALCOCHETE**

Plenário de militantes: Sexta-feira, 24, às 21h, no Centro de Trabalho concelhio.

**• BELAS**

Plenário de militantes: no Salão Polivalente da Junta de Freguesia (junto à URBIP), Sexta-feira, 24, às 21h30.

**• LISBOA**

Plenário de militantes da freguesia do Beato: Sábado, 25, às 15h30, na sede da Junta de Freguesia.

Reunião de Bancários Reformados: Quinta-feira, dia 30, às 14h30, no Centro de Trabalho Vitória.

**• PAIO PIRES**

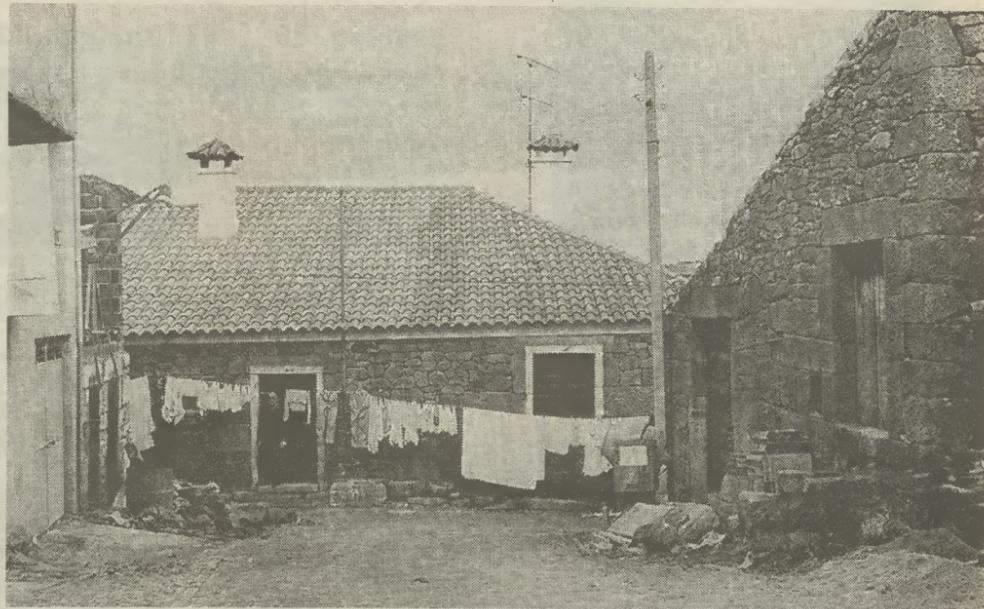
Plenário da célula da S.N.-Longos e S.N.-Serviços sobre questões de Organização/Direcção, Situação social e laboral, Festa do Avante!: Quinta-feira, 23, às 17h, no Centro de Trabalho de Paio Pires.

**• PALMELA**

Plenário de militantes: Sexta-feira, 24, às 21h, no Centro de Trabalho local.

**• VIALONGA**

Plenário de militantes: no Centro de Trabalho local, com a participação do camarada Salsa: Sábado, 25, às 16h.


**Regionalização**

Amanhã, sexta-feira, às 15h, no CT Vitória

**DECLARAÇÃO DE CARLOS CARVALHAS**  
sobre o referendo das Regiões e a intervenção do PCP

**SALVATERRA DE MAGOS**
**Debate**

- Regionalização o que é? Que desenvolvimento para o nosso concelho?  
com a participação de **LUÍS SÁ**

Sexta-feira, 24, às 21h30, no Auditório da Escola Profissional

**LOURES**

**Stand do PCP nas Festas do Concelho**  
**Junto ao Parque Municipal**

Dia 24, às 21h15

Intervenção de **LUÍS SÁ**

**MOITA**

Dia 26 de Julho

**VISITA**  
**AO FORTE**  
**DE PENICHE**

com o camarada  
**José Vitoriano**  
promovida pela Organização local


**Pavilhão PCP/JCP**  
**na FEIRA**  
**DE SANTIAGO**

De 25 de Julho a 16 de Agosto

**EXPOSIÇÕES**  
**- VENDA da EP**
**Associação**  
**de Amizade**  
**Portugal-Cuba**

**Comemoração**  
**do 26 de Julho**  
**de 1953**

**Assalto**  
**ao Quartel de Moncada**

**MÚSICA CUBANA no**  
**LARGO DE CAMÕES**

Sexta-feira, 24,  
a partir das 21h

**Visitas**  
**de deputados**

No próximo dia 24, os deputados Lino de Carvalho e Rodeia Machado manterão encontros com diversas organizações da Lavoura dos Distritos de Évora e Beja, com o objectivo de conhecer os prejuízos causados à agricultura pelas ocorrências climatéricas.

No dia 27, serão Rodeia Machado e Joaquim Matias a visitar a zona da Cova da Beira, enquanto Lino de Carvalho contacta organizações da Lavoura dos concelhos do Oeste e Norte do distrito de Lisboa. Estão também programadas visitas a outros concelhos e organizações do Ribatejo e do distrito de Portalegre.


**Acampamento Distrital**  
**de SANTARÉM**

25 e 26 de Julho

Parque de Campismo Municipal  
de Constância



**JCP Espinho - Dia 1 de Agosto**

**Festival de música**

**Audácia de conquistar**

*Festival integrado na divulgação da Festa do Avante!*

*e que apurará um participante no programa do*

*Palco da Liberdade / Novos Valores*

*(o Regulamento está disponível nos CTs do PCP no distrito)*



**Alhos Vedros**

Domingo, 26

**Caracolada da JCP**  
**no Centro de Trabalho**

**RUBRO'S**  
BAR

SÁBADOS À NOITE  
NO CENTRO DE TRABALHO  
DO PCP NA AMADORA

NÃO FALTES

**MÚSICA**  
**COMES & BEBES**  
**CONVÍVIO**

JCP Juventude Comunista Portuguesa

TELEVISÃO

Quinta, 23

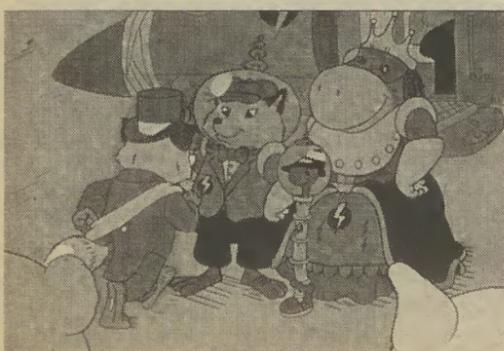
RTP 1
08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.10 Consultório
15.15 Isto S6 Video
15.30 Reis do Estúdio
17.55 Chiquititas
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
20.40 Cais do Oriente
21.05 As Lições do Tonecas
21.40 Terra Mãe
22.40 Programa a designar
24.00 24 Horas
00.50 Ciclismo - Volta a França
01.00 Especial Musical
02.05 Operação Toucinho Canadiano
(de Michael Moore, EUA/1995, com Alan Alda, John Candy, Rhea Perlman. Comédia)

RTP 2
10.00 Espaço Expo'98
15.00 Informação Gestual
15.30 Ciclismo - Volta a França
16.45 Super Esquadra
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Hugo
20.10 O Fantasma Escritor
20.35 Tudo em Família
21.05 Portugalmente
21.35 Murphy Brown
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 David Lynch (Documentário)
00.45 Olhos nos Astros

SIC
08.00 Buêré
11.30 Imagens Reais
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.40 Vidas Cruzadas
15.50 Fátima Lopes
17.50 Corpo Dourado
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
21.00 Torre de Babel
22.00 A Última Chance
23.15 Moda Mar
00.45 Último Jornal
01.20 Flash
02.40 Vibrações

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
16.00 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 A Bela e o Monstro
19.00 F/X - Efeitos Mortais
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Terra: Conflito Final
23.00 Anjo Nocturno
(de Matthew Patrick, EUA/1993, com Jennifer Beals, James Wilder, Justin Louis. Drama)
01.00 Seinfeld
01.30 Ponto Final

Como é costume no Verão, os desenhos animados preenchem largas horas da programação



Sexta, 24

RTP 1
08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.20 Consultório
15.25 Os Andrades
16.00 No Tempo em que Você Nasceu
17.55 Chiquititas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.40 Cais do Oriente
20.45 Cais do Oriente
21.05 Terra Mãe
22.00 Concurso 1, 2, 3
00.05 24 Horas
00.55 Máquinas
01.30 Ciclismo - Volta a França
01.40 Ravenhawk, O Grito da Liberdade
(de Albert Pyun, EUA/1994, com Rachel McLish, John Enos, Ed Lauter. Acção)

RTP 2
10.00 Espaço Expo'98
15.00 Informação Gestual
15.30 Ciclismo - Volta a França
16.35 Super Esquadra
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Hugo
20.10 O Fantasma Escritor
20.35 Tudo em Família
21.05 Portugalmente
21.35 Quem Sabe, Sabe
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Estrada Perdida
(de David Lynch, EUA/1996, com Bill Pullman, Patricia Arquette, John Roselius, Balthazar Getty. «Thriller»/Fantástico)
01.00 Ternuras e Arrufos

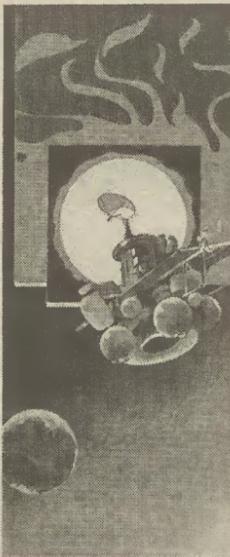
SIC
08.00 Buêré
11.30 Imagens Reais
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.40 Vidas Cruzadas
15.50 Fátima Lopes
17.50 Corpo Dourado
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.50 Bom Baião
21.30 Torre de Babel
22.30 Ponto de Encontro
23.30 A Casa Suspeita
(de Peter Yates, EUA/1988, com Kelly McGillis, Jeff Daniels, Jessica Tandy. Ver Destaque)
01.00 Último Jornal
01.30 Americanos de Segunda
(de Edward James Olmos, EUA/1992, com Edward James Olmos, William Forsythe, Danny de la Paz. Ver Destaque)
02.55 Vibrações

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
15.50 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 A Bela e o Monstro
19.00 F/X - Efeitos Mortais
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 As Teias da Máfia
23.00 A Esquadra de Brooklyn
24.00 Vítima Fatal
(de Jerry London (EUA/1991) Pierce Brosnan, Jobeth Williams, Virginia Madsen. Drama. Suspense)
02.00 Seinfeld
02.30 Ponto Final

Sábado, 25

RTP 1
08.00 Infantil / Juvenil
12.00 Fórmula 1 - GP da Austrália
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Top +
15.00 Simpsons
15.35 Horizontes Selvagens
16.05 Novas Aventuras de Robin dos Bosques
17.10 Amor Fraternal
17.45 Conan, o Guerreiro
18.40 Há Horas Felizes
20.00 Telejornal
20.50 Cais do Oriente
21.25 Nós, os Ricos
22.00 Em Nome da Justiça
23.00 86-60-86
23.40 24 Horas
00.30 Narcos - Máquinas Assassinas
(de Giuseppe Ferrara, It-França/1992, com Juan José Pinciro, Adriana Sforza, Aldo Sambrell, Andy Garcia. «Thriller»)

RTP 2
09.00 Universidade Aberta
12.00 Faenas
12.30 Música Maestro
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Zoom



A importância dos satélites artificiais no desenvolvimento das ciências da Terra é tema de «Olhos nos Astros», hoje à noite na RTP2

15.00 Desporto 2
19.15 Ruby Wax
19.45 2001
20.25 Tenchi Muyo
21.05 Onda Curta
(O Baile do Criado, The Waiter's Ball, filme de Mark Sennett, EUA/1914; Morrer um Pouco, Dô En Smula, filme Mats Ekberg, Suécia/1997; Sua Alteza Manhosa, His Royal Shtyness, filme de Hal Roach, EUA/1919. Curtas metragens)
22.00 Jornal 2
22.30 O Lugar da História
00.30 Um Dia de Cão
(de Sidney Lumet, EUA/1975, com Al Pacino, John Cazale, Sully Boyar, Beulah Garrick. Ver Destaque)
02.40 Scopophilia

SIC
08.00 Buêré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Pepsi Chart
14.00 Aracnofilia
(de Frank Marshall, EUA/1990, Jeff Daniels, Harley Jane Kozak, John Goodman. Terror)
16.00 Xena
17.50 Uma Mulher dos Diabos
(de Penny Marshal, EUA/1986, com Whoopi Goldberg, Stephen Collins, John Wood, Carol Kane. Comédia)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
21.30 Big Show Sic
00.50 Último Jornal
01.25 Duas Vidas, Um Destino
(de Chris Menges, EUA/1990, com William Hurt, John Hurt, Chris Cleary Miles. Drama)

TVI
10.00 Animação
12.45 Gémeas
13.35 Contra-Ataque
15.00 Feed Back
15.50 Os Julgamentos de Rosie O'Neill
16.50 Competente e Descarada
17.20 Texas (I)
19.05 Aventuras no Pacífico
20.00 Flipper
21.00 Directo XXI
22.00 Na Noite Fatal
(de Tom McLoughlin, EUA/1992, com Molly Ringwald, Lee Grant, Perry King, Martin Landau. Drama)
00.30 Telhados de Nova Iorque
(de Erik Fleming, EUA/1989, com Jason Gedrick, Troy Beyer, Eddir Velez, Tisha Campbell. Acção)

Domingo, 26

RTP 1
08.00 Infantil / Juvenil
12.30 Jornal da Tarde
13.00 Fórmula 1 - GP da Austrália
14.55 Made in Portugal
16.10 Emoções Fortes
16.45 A Hora dos Campeões
(de Stephen Herek, EUA/1992, com Emilio Estevez, Joss Ackland, Lane Smith. Telefilme. Comédia)
18.45 Casa Cheia
19.20 Jet 7
20.00 Telejornal
20.50 Cais do Oriente
21.05 Assalto à Televisão
22.40 Millennium
23.40 24 Horas
00.20 Ciclismo - Volta a França
00.30 Limites do Terror

RTP 2
09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 A Canção da Foca
12.30 Grandes Romances do Séc. XX
13.30 Jornal d'África
14.00 Baby Face
15.00 Desporto 2
18.25 Três Irmãos
(de Teresa Villaverde, Port-França/1994, com Maria de Medeiros, Marcelo Urghege, Laura del Sol, Mirreille Perier. Ver Destaque)
20.15 Bombordo
20.40 Artes e Letras - «Schoenberg - "My War Years"»
22.00 Jornal 2
22.30 Horizontes da Memória
23.00 Ópera: «Ruslan e Lyudmila»

SIC
08.30 Buêré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Malvados Dólares
(de Francis Weber, EUA/1992, com Mathew Broderick, Jeffrey Jones, Heidi Kling. Comédia)
16.00 A Ilha Misteriosa
17.00 Stargate
18.00 O Rei dos Gazeteiros
(de John Hughes, EUA/1986, com Mathew Broderick, Mia Sara, Alan Ruck, Charlie Sheen. Comédia)
20.00 Jornal da Noite
20.40 Diário do Mundial
20.50 Camilo na Prisão



«Tudo em Família», humor «actual» inventado há 20 e tal anos...

21.10 Surprise Show
22.30 Porky's II
(de Bob Clark, EUA/1982, com Dan Monahan, Mark Herrier, Kari Hunter, Scott Colomby, Nancy Parsons. Comédia)
00.30 Último Jornal
01.00 Trovão Azul

TVI
10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Geo: Os Olhos do Mundo
15.10 Hospital Universitário
16.40 Competente e Descarada
17.05 Texas (II)
18.45 Desafios
19.05 A Lenda de Guilherme Tell
20.00 Flipper
21.00 Directo XXI
22.00 Causa Justa
23.00 Testemunha para uma Execução
(de Tommy Lee Wallace (EUA/1994) com Sean Young, Len Cariou, George Newbern. Drama)
01.00 A Magia do Cinema

Segunda, 27

RTP 1
08.00 Infantil
10.10 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.25 O Mundo de Cá
15.35 Nico d'Obra
16.20 Top+
17.45 Chiquititas
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.10 Reformado e Mal Pago
21.50 Terra Mãe
22.45 Espiões de Classe
23.45 24 Horas
00.40 O Condenado de Alcatraz
(de Marc Rocco, EUA/1995, com Christian Slater, Kevin Bacon, Gary Oldman, Embeth Davidtz. Drama)

RTP 2
10.00 Espaço Expo'98
15.00 Informação Gestual
15.30 Ciclismo - Volta a França
16.25 Fora de Casa
16.35 Super Esquadra
17.30 Desertas
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Hugo
20.10 O Fantasma Escritor
20.35 Tudo em Família
21.05 Portugalmente
21.35 Sarilhos com Elas
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 A Idade do Ouro
(de Luis Buñuel, França/1930, com Lya Lys, Gaston Modot, Caridad de Laberdesque, Pierre Prévert. Ver Destaque)
23.50 Duckman, o Trapalhão

SIC
08.00 Buêré
11.30 Imagens Reais
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.40 Vidas Cruzadas
15.50 Fátima Lopes
17.55 Corpo Dourado
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
21.00 Torre de Babel
22.00 Roda de Milhões
24.00 Toda a Verdade

Terça, 28

RTP 1
08.00 Infantil
10.10 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.25 O Mundo de Cá
15.35 Lições do Tonecas
16.15 Made in Portugal
17.40 Chiquititas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.15 Terra Mãe
22.15 Herman 98
24.00 Na Rota do Oriente
01.00 24 Horas
01.35 Rotações
02.35 Volta a França
02.45 Um Rapaz Chamado Ódio
(de Mitch Marcus, EUA/1995, com Scott Caan, Missy Crider, Elliott Gould, James Caan, Adam Beach. «Thriller»)

RTP 2
10.00 Espaço Expo'98
15.00 Informação Gestual
15.30 Ciclismo - Volta a França
16.35 Fora de Casa
16.50 Super Esquadra



Com Vasco da Gama no caminho para a Índia: a terceira parte nesta terça-feira à noite

17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Hugo
20.10 O Fantasma Escritor
20.35 Tudo em Família
21.05 Portugalmente
21.35 Ellen
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Susana
(de Luis Buñuel, México/1950, com Rosita Quintana, Fernando Soler, Luis Lopez-Somoza. Ver Destaque)
00.55 Desejos Proibidos

SIC
08.00 Buêré
11.30 Imagens Reais
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.40 Vidas Cruzadas
15.50 Corpo Dourado
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.00 Furor
22.00 Torre de Babel
23.20 Força Delta
(de Menahem Golan, EUA/1986, Chuck Norris, Lee Marvin. Acção)
01.45 Último Jornal
02.20 Extraordinário
03.40 Vibrações

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
16.00 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 A Bela e o Monstro
19.00 F/X - Efeitos Mortais
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Pensacola
23.00 Juramento de Sangue (I)
00.50 Seinfeld

Quarta, 29

RTP 1
08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.25 O Mundo de Cá
15.40 Concurso 1, 2, 3
18.10 Chiquititas
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.10 TV Verdade
21.50 Terra Mãe
22.50 Águia Negra
(de Eric Karson, EUA/1988, com Sho Kosugi, Jean-Claude Van Damme. Acção)
00.40 24 Horas
01.35 Ciclismo - Volta a França
01.45 O Dueto das Almas
(de Diane Ladd, Bruce Dern, Kelly Preston, Shelley Winters. Drama)

RTP 2
10.00 Espaço Expo'98
15.00 Informação Gestual
15.30 Ciclismo - Volta a França
16.35 Super Esquadra
17.35 Euronews

18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.40 Hugo
20.10 O Fantasma Escritor
20.35 Tudo em Família
21.05 Portugalmente
21.35 Simpsons
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Uma Mulher sem Amor
(de Luis Buñuel, México/1951, com Rosário Granados, Júlio Villareal, Joaquín Cordero. Ver Destaque)
01.05 Campeões da Magia

SIC
08.00 Buêré
11.30 Imagens Reais
12.00 Malucos do Riso
12.30 Primeiro Jornal
13.30 O Juiz Decide
14.40 Vidas Cruzadas
15.50 Fátima Lopes
17.55 Corpo Dourado
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
21.00 Torre de Babel
22.00 Furor
23.15 Casos de Polícia
00.30 Último Jornal
01.05 Conversas Secretas
02.35 Vibrações

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
16.00 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 A Bela e o Monstro
19.00 F/X - Efeitos Mortais
20.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
21.00 Directo XXI
22.00 Tal Pai, Tal Filho
22.30 Diagnóstico do Destino
(de Randa Haines, EUA/1991, com William Hurt, Elizabeth Perkins, Christine Lahti, Mandy Patinkin. Drama)
01.00 Seinfeld
01.00 Lanterna Mágica
01.30 Ponto Final

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...



Kelly McGillis, principal intérprete de «A Casa Suspeita»

## A Casa Suspeita

(Sexta-feira, 23.00, SIC)

O realizador britânico Peter Yates ostenta a invulgar glória de ter realizado algumas das inquestionáveis obras-primas de Hollywood, entre as quais é indispensável recordar Bullit e A Testemunha. A sua preparação como actor e cineasta obtida na Grã-Bretanha terá aliás certamente contribuído para um fenómeno comum a realizadores europeus dos anos 60-70: a especial acuidade na análise da técnica cinematográfica dos mestres norte-americanos, atenção e distanciamento de que só a geração universitária dos Coppolas, Scorseses viria a dar provas em Hollywood. A Casa Suspeita é claramente influenciada por Hitchcock conseguindo inspirar-se na sua tradicional densa teia de situações e suspeitas filmada com meios esqueléticos. A história tem por fundo o clima de suspeição gerado pelo mccarthysmo (a protagonista, a deslumbrante Kelly McGillis, que Yates faz contracenar com Harrison Ford em A Testemunha, é despedida por «actividades subversivas») e é de não perder.

## Americanos de Segunda

(Sexta-feira, 01.30, SIC)

Um thriller realizado e interpretado por uma das figuras mais emblemáticas da comunidade hispano-americana em Hollywood, Edward James Olmos, e em torno da qual o argumento exactamente se desenvolve, alegadamente sobre um caso real da complexa rede de tráfico de droga ligada aos países latino-americanos e aos conflitos entre as diferentes mafias.

## Um Dia de Cão

(Sábado, 00.30, RTP2)

Para além de ser um dos realizadores politicamente mais à esquerda no cinema americano, Sidney Lumet é unanimemente considerado como um homem particularmente atento aos traços do quotidiano dos EUA, aos pequenos e grandes problemas do homem de todos os dias e de com esse material frequentemente desprezado por outros cineastas criar verdadeiras obras-primas, do número das quais este Um Dia de Cão faz inquestionavelmente parte. O argumento baseia-se num desajeitado assalto a um banco, mas o falhanço da operação desencadeia uma situação de impasse em que se envolvem assaltantes, população, jornalistas, polícia, numa tragicomédia de quotidiano primorosamente montada e interpretada. Lumet vai aliás buscar um Al Pacino em princípio de carreira (é a sua sétima longa-metragem) com quem já rodara dois anos antes outro êxito, Serpico, e que, com as aparições nas duas primeiras partes de O Padrinho se lançaria para a primeira linha dos intérpretes.

## Três Irmãos

(Domingo, 18.05, RTP2)

Fui com esta sua interpretação que Maria de Medeiros ganhou em Veneza o prémio da Melhor Actriz, num filme que confirmou Teresa Villaverde como uma caso muito particular no cinema português. Se a crítica justamente assinalou a profunda sensibilidade que transparece nos seus filmes quanto aos universos de tristeza e angústia, se é clara a capacidade de observação da realizadora para as situações familiares e os seus universos mais ou menos fechados, o que é igualmente notável é o carácter profundamente urbano dos ambientes onde evoluem, com todos os seus dramas e desgostos,



Teresa Villaverde, a cineasta portuguesa que «Três Irmãos» consagrou

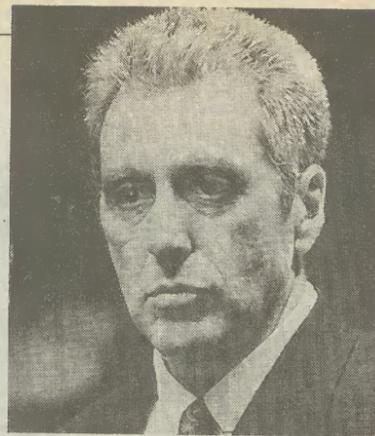
personagens construídas com dramática densidade. Esta urbanidade dos filmes de Teresa Villaverde torna-se tanto mais fascinante quando nela transparece o contraste profundo entre a visão do mundo urbano feérico e movimentado e as vidas e mortes que se desenrolam anónimas, ocultas, reveladas apenas pela câmara por detrás das paredes e janelas da cidade.

## Luís Buñuel

(Segunda-feira, 22.50; Terça-feira, 22.50; Quarta-feira, 22.50, RTP2)

Os «Cinco Noites, Cinco Filmes» da RTP2 é na próxima semana dedicada a um dos mais importantes realizadores europeus, o espanhol Luis Buñuel e com uma selecção criteriosa que permitirá ver algumas películas essenciais quase desconhecidas em Portu-

gal. Na segunda-feira, será exibida A Idade de Ouro, a película que Buñuel realizou em 1930 com a colaboração de Salvador Dali e que é seguramente um dos mais importantes filmes do surrealismo. Grandes traços da sua obra (o seu carácter profundamente provocador, o fascínio por Sade, a ironia, tudo servido por uma pessoalíssima técnica de iluminação) já aqui se encontram e valeram a este primeiro filme rodado quando o autor tinha apenas 29 anos um banimento censório que duraria mais de meio século. Na terça-feira, será a vez de Susana, um portentoso exercício de ironia e sátira que teve o condão de iludir à época a censura portuguesa... Quarta-feira, será a vez de uma obra relativamente menor, do período em que Buñuel foi forçado a viver no México e que pega de novo num conto de Guy de Maupassant que André Cayatte havia já adaptado. Obra escorregada, não tem contudo a importância e impacto dos restantes, merecendo ser visto essencialmente pela caracterização de figura feminina interpretada por Rosario Granados.



Al Pacino, que há mais de 20 anos se afirmava em «Um Dia de Cão» como um dos grandes actores do cinema americano

Ciclo Buñuel, com uma maioria de filmes do seu período mexicano, durante a próxima semana na RTP2



## CABO &amp; SATÉLITE

## Rigorosamente a não perder!

A hora é absolutamente decente (Segunda-feira, 22.00) no Hollywood: um dos grandes clássicos do cinema de Hollywood, As Vinhas da Ira, uma histórica realização de John Ford baseada no romance do mesmo título de John Steinbeck. A epopeia dos okies e dos arkies, os camponeses dos estados do Oklahoma e do Arkansas fugindo para a Califórnia após as tempestades de areia que devastaram os seus campos. Henry Fonda num dos grandes papéis da sua vida como Tom Joad, uma figura a que Woody Guthrie daria dimensão de lenda.



## Margueritte Yourcenar

Não, não é um documentário sobre uma das maiores escritoras contemporâneas, mas é um filme que muito ajudará a ler o que é talvez a sua grande obra: hoje às 13.00 o Odisseia dedica 60 minutos a Adriano, o imperador romano que inspirou Yourcenar.



## Sons cubanos

Há esta semana duas formas de visitar o manancial inesgotável da música afro-cubana. Hoje às 12.00 e às 18.00 o Sol transmite um programa dedicada a uma filha de cubanos, nascida em Miami, e que é hoje figura de primeira linha no showbizz norte-americano: Gloria Estefan. Pode discordar-se do que pensa e diz - mas é uma grande intérprete... Na segunda-feira às 11.00 a questão é outra: o Odisseia faz uma viagem pelas rumbas, sôns, danzons, guajiras e outras manifestações da criatividade musical do grande lagarto verde do Caribe.



## Basquetebol

Já se vê, o favoritismo vai todo para os Estados Unidos, mas depois de tanto futebol, apetece outra coisa... E o Eurosport transmite quarta-feira às 16.30, de Atenas, jogos do Campeonato do Mundo de Basquetebol que se prolongará até 9 de Agosto.



## Marilyn Monroe

Há quem diga que é talvez o seu melhor filme, aquele em que demonstrou que era de facto uma actriz e não apenas um pin up. É Paragem de Autocarro, filmado em 1956 por Joshua Logan, onde Marilyn canta a sua famosa versão de «That Old Black Magic» e que o Hollywood transmite às 20.00 de domingo.



# O argumento humanitário

Durante a passada semana, em todos os canais portugueses de TV, e sem dúvida não apenas neles, passaram imagens de um dos mais serôdios funerais de que desde sempre há memória: os do czar Nicolau II e sua família, executados sumariamente há setenta anos na sequência da Revolução de Outubro. Com uma particularidade não decerto inédita mas contudo rara: os restos mortais que foram o centro da cerimónia eram apócrifos, de inautenticidade não apenas afirmada por diversos especialistas mas também confirmada pelo patriarca ortodoxo de Moscovo que, com um notável sentido da dignidade, se recusou a estar presente e desse modo avaliar a farsa que, toda a gente o sabia, era apenas uma manobra política.

A intrujice era de tal modo deficitária em matéria de credibilidade que o próprio Boris Ieltsin achou prudente (ou acharam-no os assessores de imagem) demarcar-se um pouco dela: as TV's explicaram-nos que o incomparável

presidente russo reflectiu longamente antes de se decidir a fazer o que, sem dúvida, sempre terá sido a sua intenção: incorporar-se na primeira fila do espectáculo. Em alocução ao país, afirmou que o fizera para não estar ausente de uma cerimónia que visava «reconciliar o povo russo». O homem tem o vício das imposturas intragáveis: é óbvio que aquela espécie de homenagem tardia ao mais desacreditado dos déspotas europeus deste século, para mais organizada em torno de um pretexto que tresanda a fraude, só pode dividir mais os russos e não «reconciliá-los».

Então, para quê a iniciativa que seria apenas ridícula na sua pompa um pouco medievalesca se não fosse também inquietante? E claro que para servir de arma de arremesso contra os comunistas, que na Rússia continuam a polarizar não apenas a compreensível nostalgia do passado mas também a justificadíssima e inevitável indignação perante o presente. Lembrar a execução do czar e dos seus, insistir em que se tratava de uma família, a família Romanov, em que o chefe seria naturalmente um dedicado pai de família, evocar as crianças abatidas, tudo isso suscita uma consternada reprovação na opinião pública chocada pela tragédia ocorrida há setenta anos. E a responsabilização política pelo facto recai nos comunistas actuais, russos e também não russos. «Se não foste tu, foi teu pai!» O lobo da fábula deixou descendentes.

## Os outros mártires

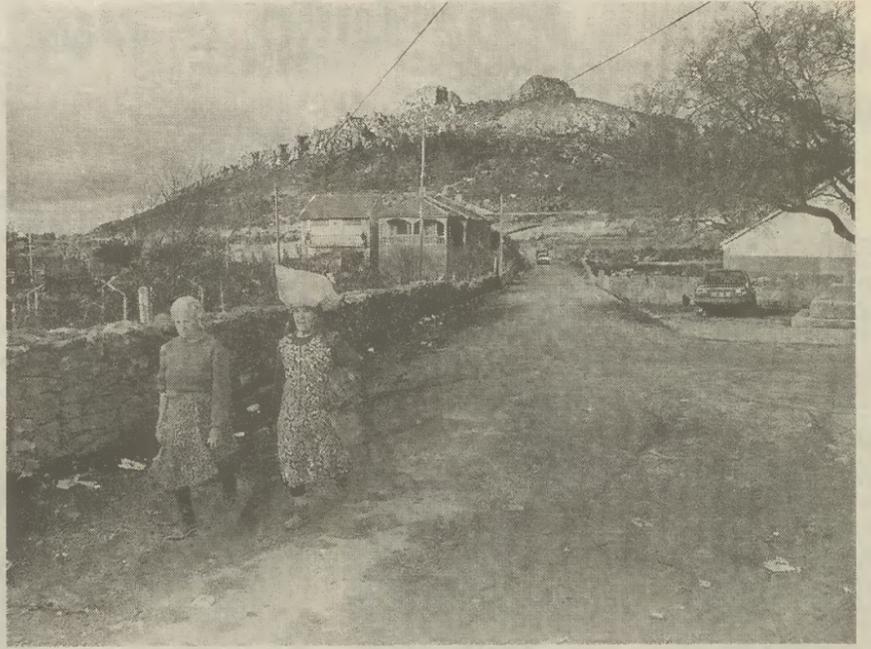
Poder-se-á observar, e com verdade, que as breves imagens das tardias exéquias dos Romanov pouco impacto terão tido entre nós, e que não são nada em confronto com a permanente campanha anticomunista que todos os dias assina o ponto, com maior ou menor empenhamento, na televisão portuguesa. Em todo o caso, e sendo clara que o «show» de Moscovo não foi montado a pensar nos portugueses, registre-se que o aliás prestigiado canal franco-alemão ARTE, distribuído em Portugal pela TV Cabo e portanto acessível a muitos milhares de portugueses, consagrou um serão inteiro ao acontecimento, numa emissão de extensão notável que mereceu informação a toda a largura de uma página de um dos maiores diários portugueses, o «DN». Quanto ao «Público», consagrara na véspera duas páginas ao acontecimento. E é claro que um e outro não fizeram mais que seguir uma onda que veio de longe.

Escusado será dizer que as execuções de Ekaterineburgo foram, num quadro terrível, um momento atroz. Comparável decerto ao encarceramento da família real francesa e posterior execução de Luís XVI e Maria Antonieta no contexto da Revolução Francesa. Recorde-se, aliás, que durante perto de dois séculos, e ainda hoje, estas duas execuções serviram e servem como munições de formato humanitário para disparar contra a implantação das repúblicas modernas e da democracia tal como hoje é orgulhosamente reivindicada, mesmo quando não sinceramente vivida, em todo o Ocidente.

Acontece, porém, que o argumento humanitarista implica deveres até para os que dele se servem como mero instrumento de propaganda. Assim, lembrar os Romanov não dispensa, muito antes pelo contrário, a memória dos muitos milhares de russos que morreram em martírio sob a repressão czarista, em plena inocência ou apenas por terem desejado uma Rússia mais digna e mais justa. Entre eles, um jovem que foi enforcado: tinha um irmão mais novo que mais tarde seria conhecido por Vladimir Ilitch Lênine. Ninguém fala disso. Esses mortos não têm direito a exéquias faustosas, sequer a que os *media* se lembrem deles. Pelo contrário: omitem-nos deliberadamente, esquecem-nos. Isto é: assassinam-nos uma segunda vez. Em cumplicidade com o czarismo por cuja execução sem dúvida cruel agora derramam lágrimas de tinta impressa ou de luzes num ecrã.

TVISTO

Francisco Costa



# Má-fé e/ou ignorância

Os adversários da regionalização evidenciam um crescente nervosismo. Apesar do PS lhes ter feito todas as vontades e lhes ter concedido todas as vantagens – os adiamentos sucessivos, o referendo à partida inconstitucional, as perguntas incongruentes – temem manifestamente a consulta popular.

Tinham apostado no referendo como pura manobra obstrucionista. Depois convenceram-se, em face das sondagens, que a sua realização daria uma folgada vitória ao não. Agora já perceberam que não é bem assim e que os resultados das sondagens, mais do que produto da sua acção mistificadora, são consequência das posições equívocas que o PS tem assumido e, em geral, das omissões e da timidez no domínio do esclarecimento por parte de todos os defensores da regionalização.

O que melhor traduz este nervosismo dos adversários da reforma descentralizadora é a ridícula diabolização com que a apresentam e, salvo raras excepções, a incapacidade de trazerem ao debate argumentos sérios, pertinentes, que tenham a ver com o que está em causa. O que eles dizem das Regiões Administrativas é tão estranho ao que estabelece o texto constitucional e às soluções encontradas na legislação aprovada pela Assembleia da República que se torna apropriado perguntar se trata de má-fé ou de ignorância.

É claro que Proença de Carvalho, chefe «Portugal Único», sabe muito bem que está a mentir quando aponta como alvo do seu movimento o «projecto de retalhar o país em regiões político-administrativas», como disse numa entrevista ao «Expresso», ou quando agita o perigo do «fraccionamento do Estado com oito governos regionais em concorrência com o Governo central», como disse em declarações à SIC.

É evidente também que o ex-furioso regionalista do PSD, António Capucho, sabe perfeitamente que está a querer enganar quem o ouve quando usa a expressão «esquartejar» para se referir à delimitação das Regiões Administrativas aprovada pelo PCP e o PS na Assembleia da República.

São também essencialmente marcados pela má-fé os argumentos usados por Cavaco Silva, Mário Soares, Marcelo Rebelo de Sousa e vários outros que pintam a regionalização como uma ameaça à coesão nacional.

É curioso registar como um ex-adversário da regionalização, agora adepto dela, Almeida Santos, respondeu a estes argumentos explicando, numa recente entrevista ao «DN»: «quem gosta dos municípios não pode deixar

de gostar também das regiões que são uma espécie de autarquia de espaço superior».

Os textos da Constituição e das leis aprovadas na Assembleia são aliás inequívocos na definição da região administrativa como a autarquia que falta, não deixando dúvidas que os seus órgãos não têm competências políticas, mas tão-só administrativas e de coordenação.

A par da má-fé que enxameia a argumentação dos adversários da regionalização, eles revelam também, apesar da prosápia, muita ignorância do país real, seja a província profunda e periférica, sejam as próprias freguesias da capital, como assinalava há dias o camarada Andrés, na conferência de imprensa do PCP. Quem atenta seriamente nos problemas do país todos os dias descobre situações que poderiam ser resolvidas com muito maior

rapidez e eficácia se as regiões administrativas já existissem.

Refiro um exemplo concreto, entre numero-

so que se podem citar, relativo às grandes cheias de Novembro do ano passado. No baixo Guadiana todos os cais destinados a embarcações de recreio foram arrastados pela corrente súbita e impetuosa. Estes cais constituem um elemento essencial para o turismo na região, por isso o Governo, o governador civil, todas as autoridades garantiram que seriam rapidamente reconstituídos e até ampliados e melhorados. Houve concursos, relatórios, pareceres dos ministérios implicados. A matéria subiu a Lisboa, baixou à periferia, voltou a subir a Lisboa, e com todas estas andanças o Verão vai a meio e sobre os cais as notícias mais esperanças são as que talvez lá para Setembro comecem as obras. Mesmo que tal aconteça é um ano perdido. É assim que se perdem tantas oportunidades no país. No caso, trata-se de matéria onde há concorrência geral, não é um investimento assustador, com toda a vantagem podia ser resolvido na região. Como este tantos outros.

A regionalização é, também, a reforma da administração com duas componentes essenciais: a descentralização e a democratização.

A primeira, implica transferir para as regiões decisões e procedimentos administrativos que nada justifica que continuem centralizados em Lisboa.

A segunda, implica que estas competências sejam conferidas a órgãos resultantes do sufrágio das populações e por estas democraticamente fiscalizados.

É isto que mete medo aos centralistas. Temem sobretudo que, por esta via, qualquer parcela de poder escape à lógica do bloco central.

VARIANTES

Carlos Brito



ESCAPARATE

REVISTAS

O Militante

Está em distribuição - e muito atempadamente - o número de Julho/Agosto de **O Militante**. Como sempre, leitura diversificada, a interessar os militantes e os quadros do Partido, que encontrarão



nesta edição artigos sobre questões de organização, sobre as lutas, sobre as iniciativas e tarefas que neste momento ocupam os comunistas. De novo, várias páginas são dedicadas às actividades e preocupações da JCP e da juventude em geral. Economia, cultura, questões internacionais, notas variadas, eis algumas das propostas ao leitor. Em destaque uma entrevista com **Edgar Silva**, o antigo padre que concorreu e foi eleito pelas listas da CDU, como independente, à Assembleia Regional da Madeira. Recentemente inscrito como militante do Partido, Edgar Silva fala das lutas pela democracia na Região Autónoma.



84

Vértice

Número dedicado ao **Brasil** este da **Vértice** que começou a ser distribuído. Com numerosas colaborações, de autores portugueses e brasileiros, são cerca de duas dezenas de textos que a prestigiada revista nos propõe, abrangendo temas que vão da história à economia e à política, da ciência à literatura e aos *media*. A revista abre com uma **Carta do Brasil**, um texto da autoria do jornalista brasileiro **Sérgio Buarque de Gusmão** que, parafraseando um outro texto com quase 500 anos - a Carta do Achamento do Brasil, de Pero Vaz de Caminha - coloca o escrivão do Pedro Álvares Cabral a tornar a terras de Vera Cruz, em vésperas de comemoração do

TEATRO

Tio Vânia

Termina no próximo dia 31 do corrente a exibição, no **Centro Cultural Malaposta**, da peça **Tio Vânia**, de Tchecov. Em tradução e encenação de **Rui Mendes**, a peça tem vindo a ser exibida em espectáculos de



terça-feira a sábado, às 21,30, e, aos domingos, às 16 horas. Com cenário e figurinos de **Juan Sotullo**, a peça do mestre russo é interpretada por **Ana Nave**, **Elisa Lisboa**, **Elsa Valentim**, **Jorge Estrela**, **Jorge Silva**, **José Peixoto**, **Luís Alberto**, **Maria José** e **Mário Jacques**.

Não termina aqui, no entanto, a carreira desta interpretação de **Tio Vânia** que a **Companhia de Teatro Malaposta** levará, de 4 a 13 de Setembro, aos Recreios da Amadora.



Animações

Um **Workshop Internacional de Arte e Animação** - projecto de intercâmbio artístico entre as cidades do **Barreiro** e de **Bratislava** (Eslováquia) - está a ser organizado pelo **Artelier/Espaço de Arte**, em colaboração com a Câmara Municipal barreirense. Esta iniciativa, que decorre de 23 do corrente a 3 de Agosto, pretende criar um «espaço de reflexão e criação das artes plásticas tendo como referência a arte contemporânea». Participarão diversos artistas plásticos, críticos e coordenadores do projecto de ambos os países. Além de *ateliers*, exposições e palestras, estão também previstas visitas ao património cultural do Barreiro. O programa encerra com uma exposição de artes plásticas dos dois países na **Galeria Municipal de Arte**.

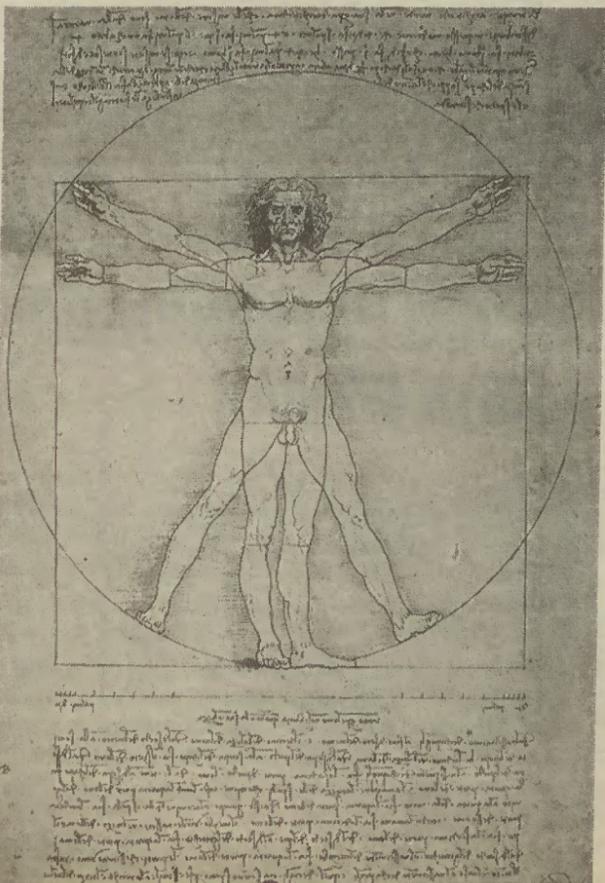
Danças e Canções

Terminam no próximo domingo as **festas 98** no concelho de **Loures**. Com vários espaços oferecendo aos visitantes uma variedade de iniciativas, estas festividades, promovidas pela Câmara Municipal, propõem todos os dias - todas as noites - os espectáculos, a música, o artesanato, a gastronomia. O **Artivários** apresenta desde produções teatrais à música; o **Artesanato**, variados espectáculos e fado; o **Arraial Saloio**, a Música Tradicional Portuguesa, os ranchos folclóricos, os cantares alentejanos; o **Espaço das Comunidades**, vários espectáculos de música e dança africanas.

Encontros

**Encontros de Verão** são na **Moita**. E têm vindo a animar as noites em várias localidades do concelho, com teatro de rua, animação circense, malabaristas de fogo e fados de Coimbra. No próximo sábado, actuam os **Praxis Nova** no coreto do Parque José Afonso, na **Baixa da Banheira**. No dia 31, o Largo do Coreto do **Gaio-Rosário**, há animação circense. No dia 1 de Agosto, na Praça da República, na **Moita**, vai ser representada a peça **Nau Ventura**. Todos os espectáculos têm início às 22 horas.

EXPOSIÇÕES



As Máquinas de Leonardo

Entre as muitas iniciativas que fazem parte da agenda cultural de **Évora** - promovidas pela respectiva Câmara Municipal - destaque para estas **Máquinas de Leonardo**, as fabulosas construções do grande homem do Renascimento que foi **Leonardo Da Vinci**. Mais conhecido mundialmente pela sua actividade artística no campo da pintura, Leonardo foi também, como muita gente sabe, um engenheiro e, sobretudo, um inventor - verdadeiro precursor de muitas das máquinas que são hoje de uso corrente. Alguns dos seus projectos podem ser admirados nos **ex-Celeiros da EPAC**. Todos os dias, das 10 às 12,30, das 14 às 17 e das 21 às 23 horas.

Arte Postal

A primeira **Exposição de Arte Postal Internacional** tendo por tema o Automóvel vai ser promovida pela **Câmara Municipal de Santiago do Cacém** que, para tal, divulgou um Regulamento de participação ao qual podem concorrer todos os artistas nacionais e internacionais, com trabalhos individuais e colectivos. A recepção dos trabalhos decorre entre 1 e 20 de Setembro e virá a ter lugar em Outubro.

Esta iniciativa é mais uma a juntar àquelas que, desde 1995, a Câmara Municipal tem vindo a dinamizar, comemorando o centenário da chegada a Portugal do primeiro automóvel que rodou nas estradas do País.



LIVROS

Literatura para Crianças e Jovens em Portugal



Quais os propósitos deste livro que **Garcia Barreto** publica na colecção **Campo da Literatura/Ensino**, da **Campo das Letras**? Este escritor, cuja carreira no romance se iniciou em 1981 com a publicação de **A Malta da Rua dos Plátanos**, mas já se metera pelos caminhos da literatura infanto-juvenil, explica-nos, em nota de abertura, que a sua ideia foi a de «levar ao conhecimento do leitor não especialista no tema o percurso da literatura infanto-juvenil portuguesa com a sua envolvente de autores e obras mais representativas». Decidiu ainda o autor «coligir uma série de fichas biobibliográficas de autores estrangeiros cujas obras de algum modo concorreram com as portuguesas na preferência dos leitores nacionais».

E se **Garcia Barreto** nos fala da «arca do tempo» onde moram estas obras, o leitor sentir-se-á tentado não apenas a propor aos filhos a leitura de algumas obras-primas da sua arca, mas a reler também...



Novas Terras

Chamemos-lhe assim, porque os títulos deste interessante livro, em não menos interessante edição, são muito mais longos. Trata-se de três textos em língua inglesa, traduzidos e devidamente reproduzidos das suas primeiras impressões em Antuérpia, no ano de 1515. **Sobre as Novas Terras** e **Sobre os Povos que os Mensageiros do Rei de Portugal, de Nome Manuel Encontraram - Que É a Descrição da Viagem de D. Francisco de Almeida desde Lisboa até à Índia em 1505**; **Sobre as Diversas Nações Cristianizadas & Sobre o Preste João e as suas Terras** e **Sobre as Fortalezas de Alto Valor e as Maravilhosas Melodias que Existem Naquela Terra**. Uma excelente edição bilingue de **O Mundo do Livro**.

## ÚLTIMAS

ATALHE  
DE FOICETornar à vida  
no Vimioso

A vila do Vimioso, no Distrito de Bragança, tem raízes que mergulham nos alvares de Portugal e um trajecto de humanidade que se perde no fundo dos tempos. Abundam no seu território prodigiosos vestígios de culturas pré-históricas à espera de estudo adequado, a par de construções e arquitecturas que testemunham uma personalidade forjada e fundida nos próprios caminhos da nacionalidade.

Ali, em pleno Trás-os-Montes, as serranias albergam extensas jazidas de mármore e alabastro das mais finas qualidades, às vezes forrando grutas fabulosas e guardando tesouros de actividade humana pré-histórica - como sempre por explorar, neste país onde apenas se reconhecem os tesouros que tenham imediata conversão bancária.

Ali, nas cortantes e extremadas temperaturas transmontanas, ora se esculpiram as duas surpreendentes gárgulas da «Fome» e da «Sede» que ornamentam a frontaria da igreja matriz do século XVI, ora se ergueu na escarpa bravia de Algosio um fantástico castelo, alicerçado no século XII sobre os restos de um castrejo e que ainda hoje se mantém, altivo e poderoso, a vigiar o abismo.

Ali, em suma, vale a pena uma visita.

Foi o que fiz recentemente, sem imaginar que ia ficar a dever a vida à vila e às gentes do Vimioso.

Chegado de um esticão de 400 quilómetros ao volante, feitos de propósito para conhecer a vila, encontrei abrigo e calorosa recepção na Residencial Centro do Sr. José Luís Fernandes, simpático hospedeiro que iria desempenhar um dos papéis decisivos na história. Cansado, deitei-me à uma da manhã e adormeci instantaneamente, para acordar numa sala escura, vagamente húmida e a cheirar a desinfetante. À volta, num círculo apertado de batas brancas, vários rostos olhavam-me flagrantemente consternados, semelhando o plano subjectivo de um filme para que não comprara bilhete. No absurdo da situação, onde não sabia quem era quanto mais onde estava, voltei a olhar o Sr. José Luís - que conhecia horas antes - e decretei compenetradamente, lá do fundo da minha nudez tapada por um lençol: «Eu conheço este senhor. É o dono da residencial.» Com esta sábia assunção - concomitante com a identificação de um frasco de soro ligado ao meu braço esquerdo e um audível suspiro de alívio dos presentes -, emergi para a plena consciência de mim próprio e do que se passara: uma hipoglicémia com perda de consciência, em resultado da má avaliação que fizera do desgaste provocado pela viagem. Debelada a crise, lá segui de ambulância para o hospital de Bragança para análises complementares e controlo da situação, sendo transportado pelo Sr. João, dos Bombeiros do Vimioso, que, assinala-se, aguardou até ao meu restabelecimento e me levou de regresso à residencial, seis horas depois de lá me ter ido buscar ao quarto, inconsciente e aos pinotes.

Convém dizer que uma hipoglicémia se resolve com a simples ingestão de açúcar e só constitui um problema sério se, quem a tiver, perder a consciência e a capacidade de agir. Nesse caso, pode até levar à morte se não houver intervenção externa mais ou menos rápida. Foi a que recebi, beneficiando de uma notável sucessão de eficácias, a começar por quem, no meu quarto, surpreendeu as convulsões às quatro e meia da manhã e deu o alerta, continuando no Sr. José Luís que chamou a ambulância, na ambulância que surgiu de imediato, nas urgências do Centro de Saúde do Vimioso que me atenderam sem demora e no médico de serviço que soube agir decisivamente, concluindo-se na atenta observação posterior das urgências de Bragança e na inexcelsível disponibilidade dos bombeiros do Vimioso.

Este episódio, insignificante no meio de tantos outros, semelhantes ou muito mais graves, que ocorrem diariamente nas instalações hospitalares portuguesas, não mereceria uma linha se não fosse um pormenor.

Um pormenor assinalado pelo médico que me atendeu nas urgências do Vimioso, ao confidenciar a quem me acompanhava, já eu palavra muito senhor da minha recuperação: «Vá lá, teve sorte, porque querem acabar com este serviço de urgência. E se o serviço já estivesse fechado, tinha de ir para Bragança numa viagem de hora e tal e a coisa podia tornar-se muito complicada.»

Tão complicada, que podia sofrer lesões graves ou mesmo morrer por demora na assistência a uma coisa tão banal como uma hipoglicémia.

O que me permite afirmar, com saber de experiência feito, que se agora fui salvo no Vimioso por serviços de urgência responsáveis apesar de precários, mais tarde seria assassinado por uma política de Saúde irresponsável apesar de convencida.

O que transforma num crime monstruoso a actual política governamental de fechar serviços de urgência, pois decerto já matou e vai continuar a matar, ela própria, portuguesas.

■ Henrique Custódio

Regionalização  
Alentejo cria

## «Grupo de Cidadãos» pelo SIM

Em conferência de imprensa, promovida por um conjunto de personalidades representado na mesa por Rogério de Brito, Alfredo Barroso, Fernando Travassos, Manuel Camacho e Abílio Fernandes, foi lançado, na segunda-feira passada, o Movimento para a constituição do «Grupo de Cidadãos - Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal».

O Movimento, que tem como objectivo a dinamização da campanha pelo SIM à regionalização e à Região Alentejo em toda a região alentejana e junto das principais comunidades de alentejanos dispersas pelo País, tem como base algumas definições de que comungam todos os seus subscritores. A saber:

«A criação e a institucionalização das Regiões Administrativas são uma importante reforma da administração pública. Compete às Regiões, nos termos constitucionais, "a direcção de serviços públicos e tarefas de coordenação e apoio à acção dos municípios no respeito da autonomia e sem limitação dos respectivos poderes", bem como "a elaboração de planos regionais e a participação na elaboração de planos nacionais".

Regionalizar é descentralizar e democratizar poderes, competências e meios que hoje se encontram em órgãos descentralizados e não eleitos da administração central.

As Regiões Administrativas, enquanto poder regional autárquico democrático, podem e devem estimular mais participação dos cidadãos. Podem e devem ser factor benéfico ao desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental. Podem e devem ter em conta a diversidade de pólos urbanos e desenvolvimento existentes e ser um instrumento corrector das assimetrias.

As Regiões Administrativas significam uma grande oportunidade para uma reforma da administração pública, são a possibilidade de criação de

áreas de gestão dos serviços públicos mais lógicas, mais próximas dos cidadãos, mais conformes com a evolução e a realidade do País e as necessidades de desenvolvimento, assim reforçando a coesão e unidade do País.

Por mais democracia, maior participação, mais poder local, melhor gestão, mais transparência, menos burocracia, mais solidariedade, menos centralização, maior coesão nacional».

Este Movimento, «sendo um movimento aberto a todas as cidadãs e a todos os cidadãos, independentemente da sua filiação partidária ou credo religioso, procurará, de acordo com a

sua natureza, mobilizar personalidades dos mais diversos quadrantes da sociedade portuguesa - políticos, sociais, culturais, económicos - no sentido de se pronunciarem pelo SIM à regionalização, pelo Sim à Região Alentejo, e apelarem às portuguesas e portugueses e muito em particular às alentejanas e alentejanos para que participem activamente no referendo sobre a regionalização votando massivamente SIM à Regionalização, por Portugal».

Assim, «considerando a natureza autárquica das Regiões Administrativas, o seu carácter complementar do Poder Local Democrático existente e tendo presente o empenho inquestionável da esmagadora maioria dos autarcas na sua criação e instituição, o Movimento SIM à Regionalização, Por Portugal, terá como mandatários todos os Presidentes de Câmara, Presidentes de Assembleias Municipais e Presidentes de Associações de

Municípios do Alentejo que o subscravam».

Contando já com a declaração de aceitação para mandatários de cerca de 50 Presidentes de Câmara, Presidentes de Assembleias Municipais, Presidentes de Associações de Municípios, Presidentes de Assembleias Distritais, além do Presidente do Conselho da Região do Alentejo - na qualidade de cidadãs e cidadãos empenhados e primeiros subscritores do «Grupo de Cidadãos - Alentejo: Sim à Regionalização, por Portugal» -, o Movimento irá promover já na próxima semana uma iniciativa pública para apresentação de todos os mandatários.

A sua estrutura assentará numa Comissão Executiva, a designar pelos mandatários, nos mandatários e em Comissões Dinamizadoras de âmbito distrital, concelhio, de freguesia e de local de trabalho, cuja primeira preocupação será a recolha das 5 mil assinaturas para o reconhecimento do Grupo.

## Trabalhadores em greve

Apesar do período de férias que se atravessa, a situação social mantém-se conturbada, sendo vários os sectores profissionais que nestes últimos dias entraram em greve.

Hoje mesmo os trabalhadores dos mármore iniciam uma greve de 24 horas.

Na base desta greve, convocada pela Federação Nacional dos Sindicatos da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção, encontra-se o comportamento "estranho e potente" do patronato no processo negocial onde, começando por apresentar "lamentos" que não correspondem à realidade, foi piorando, apenas admitindo "fazer pequenos ajustamentos nas cláusulas de expressão pecuniária" (subsídios de almoço inferiores a 30\$00/dia de trabalho).

Quando à tabela salarial, a última proposta do patronato foi de 2,3% - 73\$50 por dia -, sendo que se recusou a discutir as restantes propostas apresentadas pelo Sindicato, de que se destaca a redução do horário de trabalho.

Também os motoristas de transportes de mercadorias perigosas iniciaram, na segunda-feira passada, uma greve por tempo indeterminado. Os trabalhadores reivindicam melhores salários e condições de trabalho e contestam a obrigatoriedade de testes de reciclagem com carácter eliminatório.

Após dois dias e meio de greve - que obteve um índice de adesão de cerca de 100 por cento - os trabalhadores decidiram suspendê-la, uma vez que na reunião entre a FSTRU, o Governo e a entidade patronal

foram dados alguns passos no sentido da satisfação de algumas reivindicações. Os trabalhadores continuam, entretanto, a considerar que o carácter eliminatório dos exames de reciclagem ameaça os seus postos de trabalho, pelo que admitem poder vir a regressar de novo à luta.

Por sua vez, os pilotos dos portos e barras iniciaram, também na terça-feira, uma greve de 14 dias, reivindicando aumentos de cinco por cento, a atribuição de um subsídio de risco, a revisão da carreira e a manutenção da autonomia técnica. Uma greve face à qual o Conselho de Ministros, reunido extraordinariamente, decidiu suspender o Regulamento do Serviço de Pilotagem nos portos, de forma a permitir aos navios entrarem na barra sem pilotos. O Governo considera que não há nada a negociar e acusa os pilotos de pretendem a "manutenção de exorbitantes privilégios corporativos, apoiados em formas de auto-organização, contra o Estado de Direito".

Por seu lado, o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado classifica de "ilegal e inaceitável" a "recusa do diálogo" e apelou para a intervenção do Provedor da Justiça e do Presidente da República, propondo-se continuar com a greve.

Grupo Parlamentar  
visita IPIMAR

Face às notícias que nos últimos tempos têm dado conta das crescentes preocupações com o estado dos recursos pesqueiros, uma delegação do Grupo Parlamentar do PCP visita na próxima terça-feira o Instituto de Investigação das Pescas e do Mar.

Em particular no que se refere à sardinha, «teme-se que a confirmação de informações com origem em relatórios internacionais de investigação

conduza a Comissão Europeia a reduzir drasticamente a pesca da sardinha já a partir do próximo ano, o que provocaria graves dificuldades para a pesca do cerco e para a indústria conserveira».

Entretanto, desconhecem-se as medidas que no terreno da investigação e de propostas alternativas estão a ser estudadas pelo Governo português.

É, pois, reflectindo as interrogações «que atravessam

